© 2011 Fundo Monetário Internacional

Dezembro de 2011
Relatório do FMI No. 11/353

Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

Este Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau (DENARP II) foi elaborado através de um processo alargado de consultas com as partes interessadas e os parceiros de desenvolvimento, inclusive os corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. O DENARP II descreve as políticas macroeconómicas, estruturais e sociais do país em apoio ao crescimento e à redução da pobreza, bem como as respectivas necessidades de financiamento externo e as principais fontes de recursos. Este documento nacional, juntamente com a Nota Consultiva Conjunta das Equipas Técnicas sobre o Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, está a ser publicado no website do FMI, com a autorização do país membro, como um serviço aos utilizadores do website do FMI.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services
700 19th Street, N.W. • Washington, D.C. 20431
Telefone: +1 202 623-7430 • Telefax: +1 202 623-7201
E-mail: publications@imf.org • Internet: http://www.imf.org

Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.

MEPIR

República da Guiné-Bissau

Ministério da Economia do Plano e Integração Regional

Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

Guiné-Bissau DENARP II

DENARP II (2011-2015)

Bissau, Junho 2011

ÍNDICE

Siglas e abreviaturas **3**
Resumo executivo **5**
1. Progressos realizados e novos desafios 5
2. Principais Orientações Estratégicas do DENARP II 7

Introdução **11**

I. CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL **12**
1.1 Ambiente Político, Governativo e de Segurança 12
1.2. Desempenho Económico 14
1.3 Perfil do desenvolvimento hunamo 16
1.3.1 Situação global : Desenvolvimento humano baixo e precário 16
1.3.2 Acesso aos servicos de base: progressos e desafios a vencer 18
1.3.3 VIH/SIDA: ganhos modestos à consolidar e expandir 21
1.3.4 Direitos Humanos: uma aplicação e um exercicio difíceis 22
1.3.5 Igualdade do Género:desigualdades estruturais e morosidade no progresso em direcção a igualdade entre homem e mulher 24
1.4. Desenvolvimento económico e infra-estruturas 25
1.4.1 Principais constatações e desafios do sector primário: fraca valorização das potencialidades 25
1.4.2 Nível de desenvolvimento das infra-estruturas: atraso na energia e transporte 28
Sector da Energia 28
2.4.3 Situação do sector privado: sector em movimento à apoiar 29
1.5 Análise da pobreza e das tendências dos ODM 30
1.5.1 Perfil da pobreza monetária: agravamento da pobreza 30
1.5.2 Perfil da pobreza não-monetária: quadro de vida das populações precário 31
1.5.3 Situação e tendência dos ODM: contrastes entre os sectores 35

II. ORIENTAÇÕES E EIXOS ESTRATÉGICOS DO DENARP II **39**
2.1 Principais lições do DENARP I 39
2.2 Visão prospectiva da Guiné-Bissau 43
2.2.1 Guiné-Bissau 2025 43
2.2.2 ODM Horizonte 2020 43
2.2.3 Metodologia e processo de elaboração do DENARP II 44
2.3. Orientações estratégicas 47
2.3.1. Referência do desenvolvimento e da programação 47
2.3.2 Objectivos 47
2.3.3. Orientações Estratégicas 50
2.3.4. Princípios directores 54
1. Adopção de uma postura de desenvolvimento num Estado de Direito 54
2. Respeito e desenvolvimento dos direitos humanos 54
4. Consideração da problemática do reforço de capacidades 55
5. A promoção de um desenvolvimento durável, mais resistente às mudancas climáticas 55
6. Promover uma nova parceria com os PTF 56
2.4 Os quatros eixos estratégicos do DENARP II 57

2.4.1. Eixo I: Fortalecer o Estado de direito e as Instituições republicanas 57
1. Reforma do sector de Defesa & Segurança (RSDS) 57
2. Luta contra a proliferação de armas ligeiras de pequeno calibre e tráfico de drogas 60
3. Promoção dos direitos humanos 60
4. Reforço da Justiça e da autoridade da lei 61

5. Reforço de capacidades da Assembleia Nacional Popular 63
6. Participação cívica, diálogo e reconciliação nacional 63
7. Reforma e modernização da Administração pública 64
8. Descentralização e Desenvolvimento Local 65
9. Prevenção e gestão de riscos das catástrofes naturais 67

2.4.2 Eixo II: Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo 69
1. Estabilização do quadro macro-económico e reforço das capacidades de 69
gestão estratégica de desenvolvimento 69
2. Reformas da gestão das finanças públicas 71
3. Melhoria do ambiente de negócios e promoção do sector privado 72

2.4.3. Eixo III: Promover o desenvolvimento económico durável 75
1. Apoio aos sectores portadores de crescimento 75
2. Desenvolvimento de infra-estruturas económicas básicas 84
3. Melhoria da governanção nos sectores emergentes de minas e do petróleo 88
4. Desenvolvimento da industria de transformação 89
5. Melhoria e desenvolvimento do mercado de emprego 90
6. Gestão e protecção do ambiente 90

2.4.4. Eixo IV: Aumentar o nível de desenvolvimento do capital humano 92
1. Desenvolvimento e melhoria da qualidade do sistema educativo 92
2. Desenvolvimento do sector sanitário e melhoria da qualidade dos servicos fornecidos 96
3. Intensificação e extensão das acções de luta contra o VIH/SIDA 101
4. Melhoria do acesso aos serviços de água e saneamento 103
5. Melhoria e extensão da protecção social 104
6. Desenvolvimento de acções e de advocacia para a igualdade e equidade de género 105

2.5. Enquadramento macroeconómico, financiamento do DENARP II e principais riscos. 107
2.5.1 Principais tendências e lições da evolução macroeconómica 2006-2010 107
1. Crescimento Económico 107
2. Finanças Públicas 108
3.Pagamentos externos e dívida 109
2.5.2 Perspectivas macroeconómicas 2011-2015 110
1. O cenário de base 111
2.Os cenários alternativos 115
3. Cenário optimista 117
2.5.3 Os Riscos de financiamento do DENARP II 119

III. Dispositivo institucional de implementação, seguimento e avaliação do DENARP II 120
3.1 Balanço e lições do Seguimento e avaliação do DENARP I 120
3.1.1 Balanço do Seguimento e Avaliaçao do DENARP I 120
3.1.2 Principais trunfos para um sistema de seguimento & avaliação operacional 121
3.2. Sistema de Seguimento & Avaliaçao do DENARP II 123
3.2.1. Quadro Institucional de Implementação e de Seguimento & Avaliação 123
3.2.2 Sistema de seguimento e avaliação do DENARP II 125
1. Organização do Sistema de Informação 125
2. Sistema Mínimo (2011-2012) 127
3. Sistema reforçado (2013-2015) 127
4. Sistema de Indicadores 127

IV. Anexos 129

Siglas e abreviaturas

ANP	Assemblia Nacional Popular
APE	Acordo de Parceria Económica
ARV	Anti Retro Viral
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BOAD	Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
CADHP	Plano de Accção para a Saude, Direitos Reprodutivos e da Reprodução Sexual
CCIAS	Câmara de Comércio Indústria Agricultura e Serviços
CEDEAO	Comunidde Económica dos Estados da África Ocidental
CEDEF	Protocolo sobre os direitos das mulheres
CENFA	Centro de Formação Administrativa
CFA	Comunidade Financeira Africana
CIR	Iniciativa do Programa do Comércio Integrado
CISNPC	Comissão Instaladora do Serviço Nacional de Protecção Civil
CISD	Célula de Implementação e Seguimento do DENARP
CP	Comité de Pilotagem
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Reducção de Pobreza
EBE	Ensino Basico Elementar
EDIC	Estudo de Diagnóstico Sobre a Integraçãodo Commercio
ENA	Escola Nacional de Administração
EPCA	Programa de Assistência Pós-Conflito
EPT	Educação Para Todos
FAGACE	Fundo Africano de Garantia e Cooperação Económica
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRPC	Facilidade para a Redução da Pobreza e Crescimento
GRC	Gestão de riscos e catástrofes
HIPIC	Iniciativa Perdão da Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados, (HIPIC)
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
IGV	Imposto Geral sobre Vendas
ILAP	Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPA	Instituto Nacional da Pesquisa Agrária
IPM	Insuficiência Ponderada Moderada
IPPTE/IPPAE	Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados
IVA	Imposto Sobre Valor Acrescentado
MEPIR	Ministério da Economia, do Plano e integração Regional
MICS	Inquérito aos Indicadores Múltiplos
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
NIADM	Nova Iniciativa para Alívio da Dívida Multilateral
OGE	Orçamento Geral do Estado
OHADA	Organisação para Harmonização dos Direitos de Negócios em

	África
OMC	Organização Mundial do Comércio
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OMD-SMDD	Sommet Mondial Developpement Durable
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PAP	Plano de Acção Plurianual
PTF	Parceiros Técnicos e Financeiros
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PME	Pequenas e Médias empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPTE/PPAE	Países Pobres Altamente Endividados
QDMP	Quadro das Despesas a Médio Prazo
RDSS	Reforma do Sector da Defesa & Segurança
SIDA	Sindroma de Imunodeficiência Adquerida
SIGFIP	Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas
SMART	Sistema Metodológico de Ajuda à Realização de Testes
SYSCOA	Sistema Contabilistico Oeste Africano
TBE	Taxa Bruta de Escolarização
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
U.E	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste Africana
UNFPA/FNUAP	Fundo das Nações Unidas para aPopulação
USD	Dólar Americano
VIH	Virus de Imunodeficiência Adquerida

Resumo executivo

1. Progressos realizados e novos desafios

As reformas económicas e financeiras em curso

Após um longo período de recessão no início de 2000, seguido de uma ligeira recuperação em 2007, a economia da Guiné-Bissau entrou numa nova dinâmica de crescimento a partir de 2008. Assim, apesar de um ambiente desfavorável (instabilidade política e institucional, graves carências de infra-estruturas económicas básicas, incluindo energia e transporte, o impacto das crises económicas internacionais e petróleo), a taxa média de crescimento real entre 2008 e 2009 foi de 3,1%, uma melhoria acentuada em relação a 2006 e aos resultados de 2007 (1,2%), mas ainda abaixo da meta de 5% estabelecida pelo primeiro DENARP. Em 2010 esta taxa atingiu 3,5%.

Este crescimento foi impulsionado principalmente pela agricultura (6,3% em 2009), com uma influência notória da fileira de caju. Embora o preço de exportação de castanha de caju tivesse uma contração de quase 30% em 2009, o impacto nas receitas de exportação foi compensado por um aumento importante no volume de exportações.

As reformas empreendidas nos últimos três anos têm produzidos resultados concretos, especialmente em termos de estabilização macro-económica e a melhoria na gestão das finanças públicas. O défice orçamental entre 2005 e 2007, que representava, em média, mais de 10% do PIB foi reduzido para 3,2% em 2008 e 3,0% em 2009, graças a uma maior mobilização de receitas internas e controlo das despesas, incluindo os salários dos funcionários públicos, que representam mais de 75% das receitas públicas. Com o apoio dos parceiros, o Governo relançou o investimento público e o pagamento dos atrasados ao setor privado.

Várias iniciativas visando remediar esta situação foram realizadas no âmbito do primeiro DENARP, tais como o início da construção e reabilitação de algumas artérias principais da cidade de Bissau, a conclusão dos estudos para a construção de 500 km de estradas que ligam a Guiné-Bissau aos países vizinhos (Guiné-Conakri e Senegal) e a manutenção de rotina de 400 km de estradas em terra.

No entanto, devido aos constrangimentos e dificuldades ligados a disponibilidade de financiamento, a instabilidade institucional e as capacidades institucionais e humanas do país na implementação dos projetos de desenvolvimento dentro dos prazos previstos, os resultados permanecem abaixo dos objectivos visados.

Desenvolvimento humano muito fraco e precário

O nível de desenvolvimento humano na Guiné-Bissau continua fraco e precário. As constantes instabilidades políticas não permitiram criar condições propicias para a execução das políticas públicas ambiciosas e sustentáveis. De acordo com o relatório mundial do PNUD sobre o desenvolvimento, a Guiné-Bissau com o IDH de 0,289 situa-se no164 º num total de 169 países. Entre 2000 e 2010, a Guiné-Bissau registou uma taxa de crescimento médio anual do IDH de 0,9%, contra uma média de 2,1% na África subsaariana e de 1,68% nos países com IDH muito baixo. Os dois factores que contribuem para o baixo IDH da Guiné-Bissau são: a pobreza generalizada, com muito baixo rendimento monetário e a esperança de vida (48,6

anos) resultante das dificuldades do acesso e da qualidade dos serviços de saúde. Esta situação está correlacionada com a taxa de crescimento populacional de 2,5% e com a taxa de crescimento económico, que pouco excede, em média 3%, entre 2000 e 2010. Estes indicadores fracos, com a excepção da esperança de vida, afectam particularmente as mulheres. Assim, o índice da desigualdade de géneros continua muito elevado na Guiné-Bissau, sendo de 0,381 em 2007, colocando o país no 148º dos 155 países considerados.

A situação do emprego, sobretudo para os jovens não melhorou muito. A taxa de ocupação para o grupo etário de 15-24 anos é de 10,6% em 2009, com uma taxa de 4,6% para as mulheres. Com o subemprego e o desemprego entre os jovens, a taxa de desemprego é, provavelmente, cerca de 30%. Assim, a questão do emprego estará no centro das opções estratégicas do DENARP II, ao nível da agricultura, da pesca e das actividades de transformação.

Apesar das limitações de vária ordem, foram registados progressos significativos em termos de melhoria dos indicadores de desenvolvimento social. Segundo as últimas estatísticas disponíveis, destacam-se:

- O aumento do número de matrículas de 4 a 10 pontos, por nível de ensino entre 2004 e 2010 (MICS/IDSR-2010);
- A redução da taxa de mortalidade materna de 822-800 por 100.000 gravidezes entre 2006 e 2010;
- O aumento da esperança de vida de 43 anos em 1989 para 48,6 anos em 2009.

Em termos de realização dos ODM, a Guiné-Bissau dificilmente conseguirá atingir os objectivos do desenvolvimento do milénio, com excepção do sector da educação que tem registado progressos notáveis. Entre os indicadores que acusaram recuo, destaca-se a pobreza que degradou entre 2002 e 2010. Com efeito, os resultados do ILAP 2/2010 indicam que 69,3% dos guineenses são pobres e 33% são extremamente pobres, ou seja, mais 5 e 13 pontos percentuais, respectivamente, comparados com o ano 2002. Isto mostra claramente o agravamento da extrema pobreza. Em Bissau, a pobreza manteve-se constante (51%), enquanto se agravou nas outras regiões (3 sobre 4 afectadas, contra 7 em cada 10 pessoas atingidas em 2002). As regiões mais atingidas em 2010 pela pobreza são, principalmente, Oio, Bafatá, Tombali / Quinara e Gabu e a pobreza extrema afecta sobretudo Oio, Cacheu, Bafata, Tombali e Quinara. A pobreza generalizada tem um impacto directo sobre a situação das crianças. De facto, em 2010, para o conjunto do país, 57% das crianças de 5-14 anos são trabalhadoras, com uma forte proporção nas zonas rurais (65%) em relação ao meio urbano (45 %).

A pobreza não monetaria atinge 40% da população da Guiné-Bissau. Esta pobreza afeta 60,3% da população rural e 8,4% da população urbana. A sua profundidade (diferença média, em % em relação à linha de pobreza) é de 5,7% a nível nacional, sendo 8,8% no meio rural e 0,9% nas áreas urbanas. Esse resultado indica que mesmo com pequenos ganhos na melhoria das condições de habitação, saneamento, acesso à água potável e posse de bens duráveis podem resultar em mudanças significativas na incidência da pobreza.

2. Principais Orientações Estratégicas do DENARP II

Processo participativo da elaboração do DENARP II

O DENARP II tomará em conta as lições aprendidas sobre os seguinte pontos:

- adopção progressiva da abordagem da estratégia de redução da pobreza com base numa visão holística das questões de desenvolvimento nacional e do exercício de planificação participativo envolvendo todos os actores;
- assumpção dos engajamentos da Guiné-Bissau tanto a nível internacional como continental nas escolhas estratégicas de redução da pobreza, do reforço da paz e segurança e melhoria da qualidade dos serviços sociais de base, nomeadamente OMD, CEDEF, protocolo adicional em matéria dos Direitos das Mulheres da CADHP e Plano de Acção para a saúde e os direitos em matéria da sexualidade e de reprodução;
- relançamento do crescimento económico pró-pobre e diversificação de bases produtivas, através de uma combinação de medidas no domínio da agricultura, pecuária, pescas e desenvolvimento das actividades de transformação e comercialização;
- melhoria da governação nacional e local no contexto da estratégia nacional de consolidação da paz e do desenvolvimento económico;
- orientação sectorial e geográfica de acções ao nivel dos principais eixos do DENARP;
- redução das disparidades entre homens e mulheres e eliminação das discriminações e desigualdades contra as mulheres;
- forte ligação entre as prioridades do DENARP II e o orçamento do Estado através do CDMT e orçamentos-programas nos sectores mais estratégicos (agricultura e setores sociais);
- dinamização do mecanismo de seguimento & avaliação abrangente (ou seja, capaz de fornecer informações de forma desagregada a nível sectorial, geográfica, por sexo, etc), e eficiente (fácil de usar e harmonizado).

Para corrigir as insuficiências do processo de preparação do DENARP I, além dos esforços para melhorar a qualidade dos documentos técnicos, a elaboração do DENARP II envolveu todos os actores de desenvolvimento, garantindo uma ampla participação das partes concernentes a fim de manter o controle e apropriação do DENARP II por nacionais. Foram igualmente desenvolvidos esforços no sentido de envolver as mulheres em todas as fases do processo, assim como as instituições e as competências que podem ajudar a identificar as necessidades, os direitos, os interesses e as prioridades diferenciadas das mulheres e dos homens. Este processo, aberto e inclusivo, seguiu as seguintes etapas: i) lançamento oficial do processo (Abril de 2010), ii) seminário de validação técnica dos documentos de orientação metodológica dos trabalhos (Maio 2010), iii) constituição dos grupos tematicos (nove grupos no total), iv) organização de seminarios especificos sobre diversos temas (quatro seminarios), v) organização de consultas regionais e nacionais(Outubro 2010 e Maio 2011), e vi) a validação por parte das instancias criadas (Comitê Técnico e Comitê de Pilotagem).

Orientações estratégicas centradas na diversificação da economia e na aceleração dos ODM

O principal objectivo do DENARP II é de reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões, criando mais oportunidades de rendimento, de emprego e melhorando o acesso aos serviços públicos básicos de qualidade num Estado de direito reforçado.

Entre os objetivos específicos do DENARP II, estão:

i. a redução da incidência de pobreza ao nível nacional de 69,3% em 2010 para 59% em 2015 e da extrema pobreza de 33% para 20%, no decorrer do mesmo período,tendo em conta as disparidades entre homens e mulheres;
ii. a redução do índice de insegurança alimentar de 32% para 16% em 2015;
iii. o alcance duma taxa de crescimento económico média de 5% por ano entre 2011 e 2015;
iv. a estabilização do contexto de segurança do país por uma reforma harmonizada das forças da defesa e segurança;
v. a redução das desigualdades estruturais entre homens e mulheres;

Quatro pilares do DENARP II centrados na promoção do Estado de direito, do desenvolvimento económico e do capital humano

O DENARP II articula-se em torno de quatro eixos:

Eixo1: Fortalecer o Estado de Direito e as instituições republicanas

Este primeiro eixo refere-se à construção, as estruturas e à autoridade do Estado na sua capacidade de desenvolver novas práticas de governação política e administrativa, com vista a instaurar o Estado de direito com uma segurança durável para as pessoas e seus bens. Destacam-se certas agendas importantes ligadas a melhoria da situação dos direitos humanos e os mecanismos de prevenção / gestão de crises.

A afirmação da separação dos poderes, da segurança e do Estado de direito constitui a base deste eixo. Isto implica a aceleração e a condução em termos de reformas engajadas nos sectores da Defesa e Segurança. O respeito pelos direitos humanos e o desenvolvimento do sistema judicial serão fortemente apoiados. A reforma da administração pública é uma prioridade importante do DENARPII para assegurar o êxito de novas políticas públicas e ao desenvolvimento do Estado de Direito. Finalmente, o relançamento do processo da descentralização e do desenvolvimento local será uma prioridade, adoptando uma abordagem progressiva na implementação das colectividades locais e a transferência de competências / recursos.

***Eixo2:* Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo**

Este segundo Eixo atribui uma importância estratégica para os fundamentos macroeconômicos e da boa gestão das finanças públicas, a fim de criar óptimas condições para a retoma do crescimento e o desenvolvimento do sector privado. As prioridades deste eixo são:

- Melhorar os fundamentos macroeconómicos e a gestão das finanças públicas visando estabelecer melhores condições para o relançamento do crescimento económico e atracção de investimento estrangeiro;
- Promover o desenvolvimento do sector privado, através da melhoria do quadro jurídico e administrativo dos negocios e o desenvolvimento do sistema financeiro, a fim de orientá-lo para o maior apoio aos operadores económicos.

***Eixo 3:* Promover o desenvolvimento económico durável**

Este eixo baseia-se no papel do crescimento económico na redução da pobreza. Diferente do DENARP I, este eixo opta pela escolha estratégica de sectores produtivos, susceptíveis de criar empregos e diversificar as bases de produção. As principais prioridades serão:

Apoiar e acompanhar o desenvolvimento das fileiras promissoras no sector agrícola (agricultura, pesca, pecuária), assim como o turismo;

Acelerar o desenvolvimento das infra-estruturas económicas básicas, nomeadamente energéticas (extensão das infra-estruturas de produção e de distribuição) e de transportes (rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo), no quadro das novas políticas sectoriais e de reformas institucionais e em conformidade com as exigencias ambientais, sobretudo aquelas relacionadas com as mudanças climáticas;

Desenvolver as capacidades institucionais, técnicas e financeiras que permitirão à Guiné-Bissau tomar medidas urgentes para fazer face as catástrofes climáticas que podem impedir a consecução dos objectivos de desenvolvimento (inundações, secas, degradação dos solos e das florestas, perturbação dos ciclos pluviométricos, surtos e epidemias, etc ...)

Eixo 4: Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano

O quarto Eixo, centrado na aceleração do processo de realização dos ODM, visa o desenvolvimento do capital humano, o quadro de vida das populações e de género, no contexto das novas políticas sectoriais e transversais. Este eixo assentar-se-á sobre:

- o aumento do nível de desenvolvimento do capital humano, prosseguindo os esforços de melhoria dos sistemas de educação, saúde e alfabetização;
- a melhoria do acesso à água potável e do quadro de vida das populações, através da criação de programas que tornem a água mais acessível, principalmente nas áreas rurais e desenvolver as infra-estruturas adequadas no dominio do saneamento;
- Promoção do gênero a fim de reduzir as desigualdades de gênero em todas as áreas.

Sistema de Seguimento e Avaliação simples e evolutiva

O quadro institucional de seguimento e avaliação será organizado em torno de um dispositivo simplificado, incluindo:

- uma estrutura de orientação e de diálogo político (Comité de Pilotagem);
- uma estrutura de seguimento técnico e administrativo do dispositivo (Comité técnico);
- Comités Setoriais de programação e seguimento, estruturados em torno dos gabinetes de estudos e planificação setoriais (GEP) e de dispositivos existentes (ou a criar), de seguimento de estratégias e planos de ação.

O sistema de informação para o seguimento será estruturado em torno de dois componentes principais: (i) o componente de seguimento da pobreza, das condições de vida dos agregados e das disparidades, iniquidades e desigualdades do genêro; e, (ii) o componente de seguimento da implementação.

- **Componente seguimento da pobreza, das condições de vida dos agregados, das disparidades, iniquidades e desigualdades do genêro:** este componente basear-se-á nas seguintes atividades:

  1. planificação da produção dos dados da pesquisa (planificação dos inqueritos, mobilização de recursos financeiros, elaboração de cadernos de encargos, ...);
  2. desagregação sistemática, por sexo e idade, de todos os dados e informações fornecidas;
  3. desenvolvimento de sistemas de informação de rotina para a produção de dados administrativos anuais (focalizando na produção dos dados relativos à agricultura, educação, saúde, água e saneamento, infra-estruturas, solidariedade social, emprego e sectores de segurança e justiça) e promoção de projectos de apoio a esses sistemas, com foco nos produtores/colectores de dados primários (directores das escolas , directores de centros de saúde, ...);
  4. promoção dos estudos sectoriais quantitativos e qualitativos sobre gênero;

- **Componente seguimento da implementação:** Este componente, coordenado pela Direcção-Geral do Plano, concentrar-se-á nas seguintes actividades:

  1. Produção de relatorios trimestrais sobre a execução orçamental a partir do SIGFIP (classificação orgânica, funcional e económicas das despesas);
  2. Produção de relatório anual sobre a execução do PIP, a partir da transmissão de informações GEP, das informações de seguimento da ajuda externa e colecta de dados específicos de projetos estratégicos preseleccionados;
  3. Produção de relatório, a méio percurso e final, sobre as disparidades, as iniquidades e as desigualdades de género em termos de evolução;
  4. Implementação de uma plataforma de gestão da ajuda externa.

Introdução

No quadro da implementação da sua primeira estratégia nacional de redução da pobreza (DENARP I), a Guiné-Bissau realizou progressos significativos na estabilização da gestão macro-economica, na reforma da administração pública e na melhoria da oferta dos serviços públicos, nomeadamente nos domínios da educação e saúde.

Mas, devido a conjugação de vários factores (instabilidade política e institucional, penúrias das infraestruturas de base, impacto das crises petrolífera e económica internacional, etc.), estes resultados ficaram muito aquém dos objectivos inicialmente fixados, particularmente no que concerne ao crescimento económico, que foi, em média, de 3,1% entre 2007 e 2009, contra um objectivo inicial de 5%. Consequentemente, o nível da pobreza contínua bastante elevado no país (69.3% em 2010, contra 64,7% em 2002), o que contribuiu, de facto, a reduzir a possibilidade do país em alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) no horizonte 2015.

Com base nas lições aprendidas desta experiência, o Governo elaborou o segundo DENARP, que irá cobrir um período de cinco anos (2011-2015). A nova estratégia será orientada para a consolidação da paz e do Estado de Direito, aceleração do crescimento económico durável e desenvolvimento dos recursos humanos, acelerando a realização dos ODM.

O crescimento económico durável e o desenvolvimento dos recursos humanos constituem condições determinantes para a redução significativa da pobreza. Nesta base, tendo em conta as lições apreendidas da implementação do DENARP I, uma atenção particular será consagrada ao reforço das capacidades das instituições e dos recursos humanos, realçando a contribuição das mulheres e o exercício dos direitos humanos por todos os componentes da população.

O DENARP II inscreve-se na Visão Prospectiva do Desenvolvimento, denominada « Guiné-Bissau 2025 Djitu Ten », adoptada pelo Governo em 1996. Ele constitui o quadro de referência para a planificação estratégica, programação e orçamentação das acções de desenvolvimento, assim como para o diálogo com os parceiros técnicos e financeiros. A estratégia definida articula-se à volta de quatro eixos estratégicos: (i) Fortalecer o Estado de Direito e as Instituições Republicanas, (ii) Assegurar um ambiente macroeconómico durável e incitativo, (iii) Promover um desenvolvimento económico durável e inclusivo, e (iv) Aumentar o nível de desenvolvimento do capital humano.

O DENARP II está estruturado em três partes. A primeira parte apresenta a evolução recente da situação política, económica e social. A segunda parte aborda as orientações e descreve os quatros eixos estratégicos do DENARP II, através dos objectivos e as intervenções prioritárias que deverão conduzir a acção do Governo ao longo do período 2011-2015. O enquadramento macro-económico é igualmente desenvolvido nesta parte. A terceira e última parte destaca o quadro da implementação, seguimento & avaliação da estratégia.

I. CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL

1.1 Ambiente Político, Governativo e de Segurança

Na década de 2000 a vida pública na Guiné-Bissau, foi marcada essencialmente pela persistência da instabilidade política, fragilidade do Estado e não observância dos preceitos do Estado de Direito democrático, particularmente no que se refere a submissão do poder militar ao poder civil. O país não foi capaz de superar as consequências políticas, económicas e sociais geradas pelo conflito político-militar de 1998-1999. A persistente instabilidade política, consubstanciada (i) nos sucessivos governos que, em média, não ultrapassavam períodos de governação de seis meses, entre 2000-2004, e dois anos, entre 2004-2009), (ii) nas sucessivas interferências dos militares nos assuntos políticos e de governação, minando os esforços virados para a consolidação da democracia e do Estado de Direito e iii) nas condicionalidades da comunidade internacional e subsequente adiamento de apoios por parte dos parceiros de desenvolvimento.

Na procura de saídas para a situação crítica, o Governo desenvolveu esforços no sentido de dotar o país de um quadro estratégico, susceptível de assegurar a prossecução dos objectivos de melhor governação, e criação de oportunidades de rendimento para as populações. Estes esforços, traduziram-se na elaboração do primeiro Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP), e no agendamento de uma Conferência Internacional de Doadores, para a mobilização de recursos para a sua implementação.

Esta situação foi reforçada com a realização de Eleições Presideniais em 2005, e regresso à normalidade constitucional, condição exigida pela Comunidade Internacional. Com a queda do Governo, em 2006, o pronúncio de estabilização não veio a confirmar-se, votando o país para uma nova fase de acrescida incerteza e fragilidade político-governativas e de arranjos político-parlamentares de governação, sendo esta última novidade na cena política nacional.

Um outro factor que marcou a situação político-governativa do país tem sido a utilização do território nacional para narcotráfico. A partir de 2006 este fenómeno fez-se sentir cada vez mais forte na vida pública do país, e no funcionamento das instituições, agregando-se aos demais factores geradores de instabilidade política, fragilização do Estado e da corrupção. O fenómeno tem fortemente efectado a imagem do país e das suas instituições no plano internacional, dificultando as acções do Governo.

Em 2007, as três principais formações políticas cujos Deputados suportavam o Governo do Fórum, assinaram dois instrumentos político-parlamentares basilares para uma nova governação, denominados "Pacto de Estabilidade Política Nacional" e o "Acordo de Estabilidade Governativa e Parlamentar". Estes dois instrumentos político-parlamentares visaram, essencialmente, o seguinte: i) Criar uma base parlamentar sólida de entendimento, com vista a garantir um clima de estabilidade duradoura no país; ii) Criar um Governo de Consenso Nacional entre as partes signatárias, aberto às outras forças políticas, com ou sem assento parlamentar, incluindo a sociedade civil; e iii) Implementar reformas urgentes e inadiáveis, susceptíveis de tirar o país da situação de estrangulamento e paralisia funcional do Estado e da administração pública nos sectores essenciais da vida nacional. Os signatários do pacto e do acordo supra referidos, apresentaram e votaram uma moção de censura contra o

então Governo do Fórum de Convergência e Desenvolvimento, que resultou na sua demissão e substituição por um novo Governo.

É neste contexto que foi organizado em Genebra a conferência internacional de doadores no fim do ano 2006 na base do DENARP I. Mas os comprimissos assumidos pelos parceiros internacionais não foram concretizados, criando mais dificuldades ao país.

Em 2008, com o final da Legislatura e o expirar dos mandatos dos Deputados, e face as dificuldades de realização de Eleições Legislativas dentro do período constitucionalmente estabelecido, a Assembleia Nacional Popular (ANP) foi dissolvida e o Governo de Consenso Nacional demitido. Um Governo de Iniciativa Presidencial, foi investido, para um mandato de pouco mais de dois meses, e munido de programa que colocou o enfoque na preparação de eleições legislativas e na gestão dos assuntos correntes.

Os resultados das Eleições Legislativas realizadas em Novembro de 2008, traduziram-se na constituição de uma maioria parlamentar qualificada, a favor de um único partido, na ANP, pressuposto para uma estabilidade parlamentar e governativa.

Sómente em Janeiro de 2009 que a Guiné-Bissau entrou no novo ciclo de governação com a implementação principalmente de um programa de saneamento das finanças públicas, criação de melhores condições para a implementação de reformas nos sectores de defesa e segurança, da função pública e da justiça. A eleição do Presidente da República no mesmo ano, reforçou este novo ciclo de governação.

Em Agosto de 2010, foi lançado, através da Assembleia Nacional Popular, um programa de reconciliação nacional, com o alto patrocínio do Presidente da República, associando todas as forças vivas da Nação. As expectativas de todos os actores são imensas em termo de relânce da actividades económicas e a consolidação da autoridade do Estado.

O relacionamento entre o Governo e os seus parceiros de desenvolvimento, tem registado sinais positivos com o novo contexto de governação na perspectiva de uma plena restauração de clima de confiança e dos quadros de parcerias mais sólidas. Os resultados positivos da gestão macro-económica, que se traduziram no alcance do ponto de conclusão da Iniciativa Perdão da Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados, (HIPIC), reforçaram a credibilidade do Governo junto dos parceiros de desenvolvimento.

O Governo actual, está a implementar um programa de Reforma do sector da Defesa e Segurança, considerado prioritário, que este ano entrou numa nova etapa com a execução de um Programa de Assistência financiado por Angola, num quadro bilateral e em parceria com as organizações internacionais, designadamente a CEDEAO e CPLP e UE.

Os esforços empreendidos nos últimos cinco anos, incluem também uma participação activa das mulheres organizadas no seio da sociedade civil. Contudo, as suas acções são fortemente limitadas devido a sua fraca representação à nível do Comité Nacional de Pilotagem para a consolidação da paz e pela insuficiência de recursos.

1.2. Desempenho Económico

Após um longo período de recessão no início da década 2000, seguido de uma ligeira recuperação em 2007, a economia da Guiné-Bissau entra numa nova dinâmica de crescimento a partir de 2008. Assim, apesar de um ambiente desfavorável (instabilidade política e institucional, graves carências de infra-estruturas económicas de base, incluindo a energia e transporte, o impacto das crises económica internacional e do petroleo), a taxa de crescimento real entre 2008 e 2009 foi em média de 3,1%, uma melhoria acentuada em comparação com os resultados de 2006 e 2007 (1,2% em média), mas significativamente abaixo da meta de 5% fixados pelo primeiro DENARP. Em 2010, esta taxa deverá atingir os 3,5%.

Este crescimento foi largamente impulsionado pela agricultura (6,3% em 2009), incluindo a cadeia de produção e exportação da castanha de cajú. Embora o preço de exportação do cajú tenha sofrido a contracção de quase 30% em 2009 na sequência da crise económica mundial, o impacto nas receitas de exportação foi compensada por um aumento notável no volume de exportação.

As mulheres deram uma contribuição importante para o crescimento económico, através de: (i) desenvolvimento da produção agrícola (incluindo fileiras do arroz, castanha de caju e horticultura), pecuária e pesca; (ii) desenvolvimento do sector informal (tanto no meio urbano como rural, especialmente no comércio) e, (iii) trabalho doméstico. Segundo o ILAPII/2010, 77,1% das mulheres activas estão ocupadas no sector primário e cerca de 23,0% no sector terciário (serviços), dos quais 12% para o sub-sector comércio. Ainda que as suas actividades contribuam para a melhoria do nível de vida das famílias e para o PIB, o nível da sua produção e produtividade continua fraco por várias razões, em particular, as dificuldades de acesso aos factores de produção.

As reformas empreendidas nos últimos três anos têm produzido alguns resultados concretos, particularmente em termos de estabilização macro-económica e da melhoria da gestão financeira pública. O défice orçamental, que atingiu uma média de 10% do PIB entre 2005 e 2007 foi reduzido para 3,2% em 2008 e 3,0% em 2009, graças a uma maior mobilização de receitas internas e controlo das despesas (incluindo salários dos funcionários públicos, que representam mais de 75% das receitas públicas). Com o apoio dos parceiros, o Governo iníciou programa de relançamento dos investimentos públicos e o pagamento parcial da dívida interna ao sector privado.

Quanto ao défice da balança de pagamentos, que atingiu 5,1% do PIB em 2005, foi excedentário de 1,6% em 2009. Da mesma forma, a inflação, com excepção de um pico de 10,4% em 2008 na sequência da crise global de alimentos, manteve-se moderada em geral, para a maior parte do tempo, situando-se dentro dos limites previstos pelo Pacto de Estabilidade da UEMOA e foi mesmo negativa (-1,6%) em 2009.

Tabela 1 : Principais indicadores

	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de crescimento do PIB (%)	4,3	1,8	3,2	3,2	3,0
Taxa de crescimento PIB/hbt (%)	0,3	-1,1	-0,3	1,3	0,8
Taxa de inflacção	3,3	2,2	4,6	10,4	-1,6
Soldo orçamental, incluindo donativos (%PIB)	-11,9	-8,3	-10,9	-3,2	-2,9

Soldo corrente da balança de pagamentos, incluindo transferencias (%PIB)	-5,1	-10,2	-9,4	-2,8	1,6
Poupança interna bruta (%PIB)	9,5	-0,3	16,5	8,9	10,0

Fonte: Relatório da Missão de consultas, FMI

Também, foram realizadas as reformas estruturais nos últimos anos para modernizar a administração pública (o recenseamento biométrico dos funcionários públicos - com quatro mil fantasmas identificados, a adopção de uma nomenclatura orçamental harmonizada com as directivas da UEMOA, a instalação de um Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas - SIGFIP) e a melhoria do ambiente de negócio (adopção de um novo código de investimento e do regulamento da OHADA, estabelecimento de um *guichet* único para facilitar a criação de empresas e, criação do Tribunal Comercial entre outros).

Apesar desses avanços, a economia da Guiné-Bissau continua a enfrentar grandes constrangimentos estruturais tal como destacado no DENARP I. A diligência e a eficiência em vencer estes constrangimentos irão determinar o futuro económico e social do país no futuro. Estes incluem:

- A vulnerabilidade da economia devido a sua elevada dependência da agricultura (cerca de 60%[1] do PIB) e, especialmente a sua única fileira de caju, a principal fonte de receitas de exportação e parte significativa da receita pública. Na verdade, o caju representa mais de 90% das exportações totais e cerca de 17% das receitas do Estado. Daí a vulnerabilidade da economia face as flutuações conjunturais dos preços do mercado de caju. O sector privado é fraco e consiste principalmente em actividades informais. Em 2009, havia apenas 75 empresas registadas.
- O fraco acesso aos serviços bancários e financeiros limitado à cerca de 2% - 3% da população.
- As deficiências no ambiente empresarial, incluindo as relacionadas com a grave escassez em infra-estruturas básicas (energia, transportes) e fraca capacidade de apoio do sector público, a Guiné-Bissau ocupa o 181º lugar entre 183 países listados no Doing Business 2010 (Banco Mundial).
- A invisibilidade da contribuição das mulheres no sector económico, nomeadamente no sector informal comercial urbano, assim como ao nível doméstico, constitui em si um constrangimento de ordem estrutural. Esta contribuição não sendo reconhecida e decorrente deste facto, não é contabilizada no PIB.
- O nível de desenvolvimento do capital humano, nomeadamente em termo de perfil da força de trabalho e das necessidades do mercado de trabalho que se traduzem em dificuldades estruturais de encontrar uma mão-de-obra qualificada;
- O baixo nível de investimento, embora tenha melhorado significativamente nos últimos anos (24,1% do PIB, em média, entre 2006 e 2008, contra 13,0% do PIB entre 2001 e 2003), está longe de cobrir as necessidades de reabilitação das infra-estruturas destruídas pelo conflito armado de 1998-1999, de fortalecer e de modernizar o aparelho de produção e apoiar a competitividade da economia. Do total do investimento público, que representava 53% do investimento total entre 2006 e 2008, menos de 10% foram aplicados nos sectores de infra-estruturas de produção. O investimento directo estrangeiro é quase nulo.

[1] Contas Nacionais – 2008/INE

No quadro da implementação do DENARP I, várias iniciativas visando remediar a situação foram empreendidas. Para além das reformas mencionadas acima, registaram-se, por exemplo, a conclusão dos trabalhos de reabilitação e de extensão da rede eléctrica, o inicio dos trabalhos de construção e reabilitação de algumas artérias principais na Cidade de Bissau; conclusão dos estudos para a construção de 500 km de estradas que ligam a Guiné-Bissau aos países vizinhos – Republica da Guiné e Senegal; construção 200 km de pistas secundárias que dão acesso às zonas de produção; reabilitação de 180 km de estradas de rede nacional; e, a manutenção corrente de 400 km de estradas em terra.

No entanto, devido aos constrangimentos ligados a disponibilidade de financiamento necessário, a instabilidade político-institucional e a fraca capacidade institucional do país na implementação de projetos de desenvolvimento no limite do tempo prescrito, as realizações ficaram aquém dos objectivos fixados.

1.3 Perfil do desenvolvimento hunamo

1.3.1 Situação global : Desenvolvimento humano baixo e precário

O nível de desenvolvimento humano na Guiné-Bissau continua fraco e precário. As instabilidades políticas, há várias décadas, não permitiram criar as melhores condições de execução das políticas públicas ambiciosas e sustentáveis. Segundo o relatório mundial do PNUD sobre o desenvolvimento, a Guiné-Bissau com o IDH de 0,289 situa-se no rang 164 num total de 169 países. Entre 2000 e 2010, a Guiné-Bissau registou uma taxa de crescimento médio anual do IDH de 0,9% contra uma média de 2,1% para a África Subsahariana e de 1,68% para os países com IDH muito baixo. Os dois factores que contribuem para o baixo IDH da Guiné-Bissau são: a pobreza generalizada com rendimento monetário muito baixo e a esperança de vida (48,6 anos) resultantes da ausência de oportunidade de rendimento e de acesso aos serviços de saúde de qualidade. Esta situação é correlacionada com a taxa de crescimento populacional de 2,5% e com uma taxa de crescimento económico, que entre 2000 e 2010 pouco excede, em média, 3%. Estes indicadores fracos afectam particularmente as mulheres com um índice de desigualdade de género na ordem de 0,381 em 2007, colocando o país no 148º lugar dos 155 países considerados.

A situação do emprego, sobretudo dos jovens não melhorou muito. O RGPH – 2009 indica que a população potencialmente activa, (15 anos e mais) é de 37,7% da população total da Guiné-Bissau e cerca de 61% desta faixa etária. As mulheres ocupadas com 6 anos e mais, constituem mais de 65% da população residente feminina, sendo menos de 2,0% desta população consideradas inactivas.

A taxa de emprego é de 89% e não revela a situação de sub-emprego sobretudo no meio rural. A situação de emprego dos jovens cuja taxa de ocupação da faixa etária 15 – 24, é de 10,6% em 2009 com uma taxa de 4,6% para as mulheres.

Com o subemprego e o desemprego entre os jovens, a taxa de desemprego é, provavelmente, cerca de 30%. Assim, a questão do emprego estará no centro das opções estratégicas do DENARP II, ao nível da agricultura, da pesca e das actividades de transformação assim como, ao nível das opções da política de investimento público que deve ser um alicerce para a criação de empregos qualificado e não qualificado.

No que concerne as crianças, o documento da estratégia nacional de protecção social da criança, destingue: (i) crianças em situação de vulnerabilidade estrutural que se caracterizam por um acesso limitado aos serviços de base; (ii) crianças em situação de vulnerabilidade aguda decorrente de pouca atenção dos familiares que os privam de todas as possibilidades de protecção e, (iii) as crianças vulneráveis no contexto de VIH/SIDA onde o ambiente que o protege é frágil perante os efeitos de pandemia.

Apesar das limitações de vária ordem, foram registados progressos significativos em termos de melhoria dos indicadores de desenvolvimento social. Segundo as últimas estatísticas disponíveis, destacam-se:

- aumento das taxas de escolarização de 4 a 10 pontos segundo o nível de ensino entre 2004 e 2010 (MICS-4/IDSR-2010);
- redução da taxa de mortalidade materna de 822 para 800 por 100.000 mulheres grávidas entre 2006 e 2010;
- aumento de esperança de vida de 43 anos em 1989 para 48,6 anos em 2009.

Tabela 2: Evolução dos principais indicadores sociais

	2000-2003	2005-2007	2009-2010
Incidencia da pobreza: Incidencia pobreza absoluta (%) Incidencia extrema pobreza (%)	 64,7 (2002) 20,8 (2002)	 - -	 69,3 (2010) 33,0 (2010)
Educação: TBE no primario (%) TLE no primário (%) TBE no secundário (%)	 70,0 45,3 19,0	 101,0 56,9 30,0	 107,8 67,4 46,6
Saúde : Taxa mortalidade infantil ($^0/_{000}$) Tx. Mort. infanto-juvenil ($^0/_{000}$) Tx. parto assistido (%) Tx. mortalidade materna ($^0/_{00.000}$)	 122 205 … 822	 138 223 38,8 (2006) 800	 104 155 43,0 (2010) …
Agua Potavel : Tx. acesso à água potável (%)	-	35	40
Esperança vida à nascença (ans)	-	-	48,6
Desenvolvimento humano: IDH Rang segundo o IDH	-	0,278	0,289 (2010) 164sobre 169
Desigualdade do genero **Indice de desigualdade do genero (IID)** Rang em relação a IID	-	0,381 (2007) 148 sur 155	-

Estes progressos são resultados, em parte, da implementação das seguintes acções:

- **Educação**: construção/renovação das infra-estruturas, em parte com o contributo do sector privado, das comunidades locais e das ONG; recrutamento, formação de professores e seu enquadramento; e, reforma da politica do sector;

- **Saúde**: construção/reabilitação de infra-estruturas sanitárias na capital e nas diferentes regiões do país; formação de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, introdução de novas vacinas e o alargamento da cobertura vacinal; reforço de programas e de acções de luta contra o SIDA, tuberculose e o paludismo;

- **Água e Saneamento:** construção de fontenários públicos e institucionalização e formação dos membros dos comités de gestão dos mesmos; construção de mais de 3.000 latrinas e de redes de canalização de água nos principais centros urbanos, etc.

Porém, como noutras áreas, os sectores sociais continuam a enfrentar graves restrições orçamentais, acrescidas da fraca capacidade institucional e humana e da falta de motivação do pessoal. Devido ao envelope limitado das despesas globais do Estado (22% do PIB segundo as estimativas, Relatório do FMI, maio 2010), a parte consagrada aos serviços sociais básicos figura entre os mais baixos da sub-regiao. Em 2006, por exemplo, apenas 4% dos gastos do Governo foi dedicado à educação (10 USD ppp per capita), contra 6,7% (23 USD), no Senegal, com 12,2% (34 USD) no Mali e 10,6% (14 USD), no Níger. Em 2007, a despesa pública em saúde per capita foi estimado em US $ 4 na Guiné-Bissau, contra uma média de 11 dólares para os países de baixa renda e 34 USD para a região Africana[2]. Para o ano 2011, a dotação orçamental para a educação e saude é de apenas 20,7% do total, contra 40% recomendado a nível internacional.

1.3.2 Acesso aos servicos de base: progressos e desafios a vencer

O acesso e a qualidade dos serviços sociais básicos são particularmente baixos. Em 2005 apenas 38% da população tinha acesso a um serviço de saúde de qualidade. Assiste-se a persistência de certas doenças como o paludismo, a tuberculose, o VIH/SIDA, assim como o ressurgimento frequentes de cólera.

De uma maneira geral, o acesso aos serviços sociais básicos, como reflete as estatísticas disponíveis, melhorou relativamente nas últimas décadas. A taxa de escolarização líquida, por exemplo, passou de 45,3% em 2000 e 67,4% em 2010. Durante o mesmo período, a taxa de mortalidade infanto-juvenil passou de 205 por mil a 155 por mil.

No entanto, esses avanços são insuficientes para atender as expectativas das populações e os compromissos assumidos pelo Governo no âmbito dos Objectivos do Milenio para o Desenvolvimento. Cerca de uma em cada três crianças (32,6%) com a idade escolar ainda não tem acesso ao ensino primário; uma em cada dez crianças (104 por mil) morre antes do seu primeiro aniversário; a mortalidade materna permanece entre os mais elevados na região (818 por cem mil nascimentos em comparação com 556 em Gâmbia, 980 na Guiné-Conacri, 648 no Níger, 800 na Nigéria e 401 no Senegal)[3]; e, aproximadamente metade da população não tem acesso à água potável.

[2] Estaisticas sanitarias mundiais*, OMS 2010.*
[3] Estatísticas sanitárias mundiais*, OMS 2010.*

Para além desta situação registada a nível nacional, grandes disparidades são observadas **entre os indivíduos do sexo feminino e masculino** e entre as diferentes categorias profissionais. Se a taxa de escolarização primária líquida é de 67,4% a nível nacional, ela é limitada a 56,5% nas zonas rurais, contra 83,5% em áreas urbanas. Nas regiões do leste do país, apenas uma em cada duas crianças (52,6%) em idade escolar está matriculada numa escola. A alfabetização é muito baixa no país, particularmente no seio da população feminina.

Saúde

As estruturas públicas de cuidados na Guiné-Bissau estão organizadas em três níveis que asseguram os cuidados primário, secundário e terciário.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelo Governo e parceiros para atingir os ODM, os indicadores de saúde permanecem a níveis ainda muito preocupantes. A taxa de mortalidade infanto-juvenil tem vindo a diminuir ao longo dos últimos quinze anos, mas a um ritmo relativamente lento; ela passou de 223 por mil nados vivos em 1995 para 218 por mil nados vivos em 2000, 204 em 2005, 198 em 2007 e, em seguida, para 158 por mil nados vivos em 2010 (MICS-4/IDS). A mortalidade materna, estimada em 800 mortes maternas por 100.000 nados vivos, permanece ainda a um nível muito elevado, superior à média dos países com perfil socioeconómico semelhante.

Isto, tem por corolário uma taxa de fecundidade que se mantém elevada para todas as mulheres em idade fértil, caracterizado por múltiplas gestações, com pouco espaçamento, precoces e tardios. A fecundidade é de 5,8 filhos por mulher, a gravidez precoce afecta 33% das adolescentes e a taxa de prevalência contraceptiva evoluiu muito pouco, atingindo 14,2%[4].

No entanto, recursos significativos foram disponibilizados nos últimos anos, particularmente, durante a implementação do PNDS. Estes recursos permitiram melhorar, em certa medida, o estado de saúde das populações.

A saúde da mãe e da criança é objecto de especial atenção por parte do Governo e dos seus principais parceiros de desenvolvimento. Os programas de apoio à saúde reprodutiva começam a produzir os seus efeitos. Com efeito, 93% das mulheres com idade entre 15 e 49 anos que tiveram um nascimento vivo durante os dois anos anteriores ao inquérito, receberam pelo menos um cuidado pré-natal por um agente qualificado e 70% receberam, no mínimo, quatro vezes o atendimento pré-natal por um agente qualificado. Ao nível dos partos, 44% das mulheres grávidas foram assistidas por pessoal qualificado (médico, enfermeiro ou parteira) e 42% foram realizados nos estabelecimentos de saúde.

As campanhas de vacinação anuais são realizadas regularmente. As taxas de cobertura de vacinação das crianças situam-se entre 49 e 93%, segundo o tipo de vacina. De acordo com os dados do MICS-4/IDS-2010, 93% das crianças receberam a vacina BCG; 76% as três doses de DTP; 73% as três doses da vacina contra a poliomielite, 61% das crianças foram vacinadas contra o sarampo enquanto que, apenas 49% receberam a vacina contra a febre amarela.

Em matéria de luta contra o paludismo que afecta principalmente mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos, 64% dos Agregados Familiares têm pelo menos um mosquiteiro

[4] CF Dados do MICS 2010

impregnado (MI), 35% das crianças menores de cinco anos e 32% das mulheres grávidas que dormem debaixo de um MI, constituindo, no entanto, os grupos sociais mais vulneráveis à epidemia e, sobre os quais as consequências são, na maior parte das vezes, graves. No plano nutricional são sempre estes dois grupos sociais, aqueles considerados os mais vulneráveis, com a malnutrição afectando o crescimento de mais de um terço das crianças com menos de 5 anos e a anemia severa que continua a afectar frequentemente as mulheres grávidas.

As mutilações genitais femininas e as fístulas obstétricas constituem outras complicações inerentes à função sexual e reprodutiva que afectam a saúde e o bem-estar social das mulheres. Quase 50% das mulheres com idade entre 15 e 49 foram circuncisadas e a prevalência afecta aproximadamente 40% das meninas entre 0 e 14 anos de idade. As fístulas podem afectar mulheres desde os 15 anos, levando-as ao banco da sociedade durante o resto da vida. A falta de dados e de recursos ainda dificulta muito a real compreensão destas complicações pelos serviços de saúde.

Os principais estrangulamentos do sector da saúde são a falta de formação de pessoal médico e paramédico, o nível insuficiente de investimentos para certas regiões do país, e a fraca acessibilidade gerográfica e financeira das populações aos serviços de saúde nomeadamente das mulheres grávidas e adolescentes.

Educação

A analise do sistema educativo, revela que, o percurso escolar das crianças guineenses, continua ainda difícil, apesar dos progressos realizados nos últimos anos. Os principais indicadores do sistema, reflectem claramente situações de repetências e abandonos. Estas situações são atribuídas aos elevados custos da educação e de formação das crianças.

Segundo o MICS 2000, 43,6% das crianças matriculadas na primeira classe, irá completar a 6 ª classe. A taxa de abandono escolar das raparigas é superior a dos rapazes. A taxa líquida de escolarização entre 1994 e 2000, evoluiu ao ritmo de 7,6% por ano.

O MICS-4/IDSR-2010, confirma esta tendência, revelando o aumento da taxa líquida de escolarização de 56,9% em 2003/2004 para 67,4% verificando no entanto, uma melhoria de 10,5 pontos percentuais no espaço de seis anos. Para as raparigas, esta taxa atingiu 65,4% em 2010 contra 55,9% em 2003/2004. O peso de repetições das raparigas, constitui uma das causas essenciais do abandono escolar. Esta situação acentuou-se há uma década à medida que se progride nos diferentes níveis do ensino: para os dois níveis, secundário e superior da população em escolarização, a taxa é de 33,8% para as raparigas contra 65,9% para os rapazes, sendo, 51 raparigas por 100 rapazes. As raparigas representam cerca de 57% de abandonos em 2009 (43,6% para rapazes); isto tem efeito imediato sobre a taxa líquida de escolarização das raparigas a nível secundário que não atingiu 15% em 2010, enquanto que a mesma se situa a 23% para os rapazes. Estas disparidades são agravadas pela repetição e desperdício que continuam a afectar mais as raparigas. Os principais desafios a enfrentar resumem-se:

- melhoria do rendimento do sistema educativo, que permite a redução de reprovações e abandonos escolares sobretudo das raparigas;
- aumento da taxa de escolarização particularmente no meio rural;
- melhria da paridade com vista a reduzir as desigualdades actuais, sobretudo a nível secundário e superior.

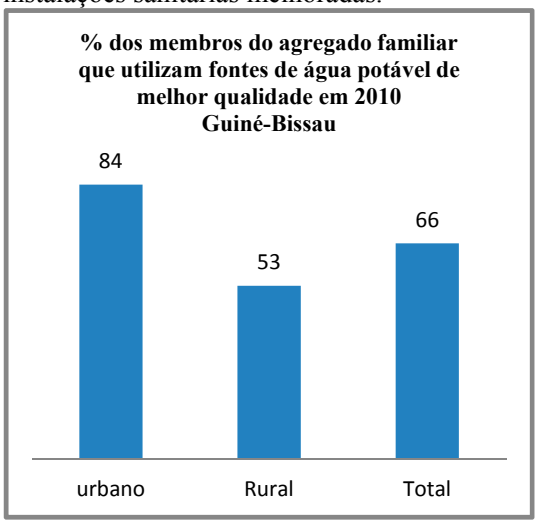
Em matéria de alfabetização, a população adulta é fracamente alfabetizada. Segundo os dados do RGPH de 2009, a taxa de analfabetismo é ainda bastante elevada, atingindo 56%. A taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos é de 65%.

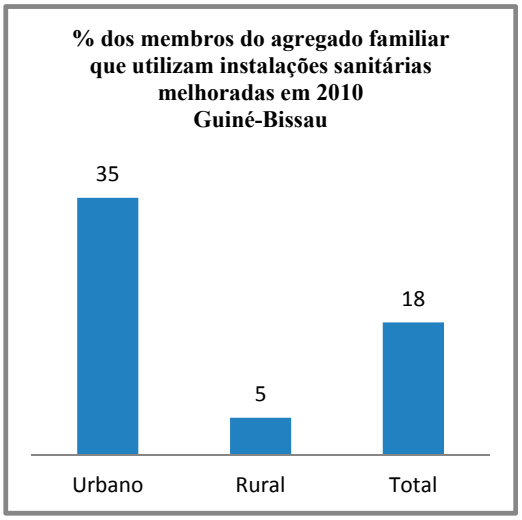
Em 2010, a taxa de alfabetizacao das mulheres de 15 a 24 anos é de 39,9% ao nivel nacional, 50,4% em Bissau e apenas 9,7% no meio rural. Isto demonstra a dimensão do desafio para garantir a qualificação dos recursos humanos no País. Alem das regiões de Bissau, Bolama-Bijagós e Cacheu, a taxa de alfabetização é muito fraca, principalmente nas regiões de Oio e Tombali.

Água Potável e Saneamento

Em 2010 e segundo o MICS-4/IDSR-2010, mais de metade (dois terços) da população da Guiné-Bissau utiliza uma fonte de água melhorada. O fosso entre zonas urbanas e rurais é alto, 53% das famílias que vivem em áreas rurais usam fontes de água melhoradas, enquanto que a percentagem de usuários de fontes de água melhoradas em áreas urbanas é de 84 %.

Os indicadores de saneamento em 2010, destacam as disparidades em termos de disponibilidade e utilização de infra-estruturas melhoradas entre as áreas urbanas e rurais: apenas 5% dos Agregados Familiares que vivem nas áreas rurais utilizam instalações sanitárias melhoradas, enquanto que, 35% das famílias nas zonas urbanas utilizam as instalações sanitárias melhoradas.





Assim, além da melhoria do nível de disponibilidade das infra-estruturas de base, a questão continua a ser colocada em termos de trabalho para a mulher e a rapariga, das horas de ocupação e da distância a percorrer, particularmente nas zonas rurais. Estas actividades têm um impacto directo sobre a taxa de escolarização das raparigas, a alfabetizacao de mulheres, seus estados de saúde e capacidade produtiva.

1.3.3 VIH/SIDA: ganhos modestos à consolidar e expandir

A prevalência do VIH/SIDA é estimada em 3,6% em 2010, de acordo com as operações sentinelas, com uma taxa mais elevada para as mulheres grávidas (5%). A infecção do VIH/SIDA é caracterizada pela circulação de dois tipos de vírus: VIH-1 e VIH-2 que circulam

duma maneira oposta. Constata-se que o vírus do tipo 1 aumenta, enquanto que o do tipo 2 tende a diminuir. As actividades da PTME (PTV) estão estagnadas, embora os esforços realizados em 2009 ainda não tenham tempo para dar frutos: 16% das mulheres grávidas fizeram teste de VIH durante as consultas pré-natais em 2008, número que se mantêm inalterável no primeiro semestre de 2009, ainda que o número de centros de PTME PTV tenha aumentado de 18 em 2008 para 55 em 2009.

Tal como na maioria dos países africanos, assiste-se a uma feminização da epidemia, que atinge principalmente as jovens raparigas da faixa etária entre 15 e 18 anos. Essa feminização da epidemia tem repercussões dramáticas sobre as crianças: aquelas que irão nascer de mães seropositivas (com HIV/SIDA), aquelas que não poderão frequentar a escola devido à incapacidade da mãe em custear as despesas da sua educação e aqueles que são órfãs, abandonadas aos cuidados de uma avó.

O MICS-4/IDSR-2010 reporta que quase todas as mulheres da Guiné-Bissau já ouviram falar do VIH/SIDA. Todavia, apenas 15% das mulheres jovens de idade compreendida entre 15-24 anos, têm amplos conhecimentos sobre a prevenção do VIH e 43% identificam correctamente as três formas de transmissão da mãe para o filho. Comparado com as mulheres de 15-49 anos, esses indicadores não diferem significativamente.

Em termos de comportamento sexual, o MICS-4/IDSR-2010 mostra que 80% das jovens raparigas entre 15-24 anos já tiveram relações sexuais e 39% dessas jovens também tiveram relações sexuais com parceiros ocasionais ao longo dos 12 meses anteriores ao Inquérito. Destes, 47% declararam ter usado preservativo na última relação sexual, muitas vezes devido a recusa do seu parceiro. As ONG's que operam nesta área reconhecem que o uso do preservativo é muitas vezes recusado pelo parceiro masculino, principalmente no contexto conjugal, mesmo sabendo que é seropositivo.

1.3.4 Direitos Humanos: uma aplicação e um exercicio difíceis

A crítica situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau, é o reflexo das orientações políticas, sociais, económicas e culturais que o país tem conhecido desde a independência, fazendo com que a Guiné-Bissau faça parte dos países que são obrigados a fazer progressos neste domínio. A Guiné-Bissau ainda não ratificou vários instrumentos e convenções do sistema internacional de promoção e protecção dos direitos humanos, incluindo a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Convenção para a Protecção das Pessoas com Deficiência, cuja franja a que esta convenção se reporta, representa 13,5% da população guineense (RGPH/2009).

Apesar dos esforços empreendidos pelo Governo em matéria dos direitos humanos, a fragilidade dos sistemas judicial e de segurança favorece algumas práticas sócio-culturais nocivas, em particular, a violência baseada no género e a mutilação genital feminina. O último inquérito de 2010 (MICS-4/IDSR) indica que 44,5% das mulheres com idades compreendidas entre 15 e 49 anos foram sujeitas à prática de excisão. Os casamentos precoce e forçado foram também uma das formas mais frequentes de negação dos direitos das mulheres, com uma taxa de 27% a nível nacional para os menores de 18 anos.

O desfuncionamento das instituições judiciais afecta grandemente o acesso à justiça e

prejudica a sua credibilidade, abrindo caminho ao desenvolvimento da justiça privada e aos riscos de conflitos sociais. Somado a isso, a falta de um sistema prisional concebido para a reinserção dos reclusos, como recomendado pelas normas internacionais; e, de uma maneira geral, a ausência de uma política penal eficaz para pôr fim à impunidade e velar pela segurança dos cidadãos.

No que concerne aos direitos económicos, sociais e culturais, a situação tende a deteriorar-se. O último Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza de 2010 (ILAP II), revelou o agravamento da pobreza comparativamente ao ano 2002 e o aumento do desemprego, confirmando a ineficácia das políticas públicas e medidas tomadas para alcançar a ampliação das oportunidades de geração de rendimentos e extensão direitos económicos. Porém, os progressos realizados nos últimos anos, ainda não começaram a produzir impactos positivos na melhoria das condições de vida das populações.

A instabilidade política que se traduziu sempre nas mudanças de governos e dos titulares de cargos públicos, constitui também um dos principais obstáculos à promoção e protecção dos direitos humanos, contribuindo significativamente para os défices estruturais neste domínio e, à ausência de uma visão de saída da crise estrutural que dura há vários anos.

Igualmente, a Assembleia Nacional Popular (ANP) não tem sido capaz de exercer um verdadeiro controlo parlamentar ao governo para consolidar a primazia do direito e responsabilidade política sobre as questões de violações dos direitos humanos, incluindo a ratificação de tratados internacionais, a adopção de mecanismos para lutar contra a impunidade e a legislação proposta contra actos que violem a dignidade humana.

Em relação às mulheres, o exercício dos seus direitos é posta em causa devido: a persistência de lacunas juridicas - as leis sobre o casamento precoce e forçado, violências domésticas, o acesso difícil às instancias judiciais, a falta de estruturas de acolhimento e de protecção das mulheres em situação de risco, atitudes e comportamentos estereotipados e a violência. Segundo uma pesquisa realizada em 2010 pelo IMC e Ministério do Interior, foi registado nos últimos cinco anos, um total de 22.598 casos de VBG em todo o território nacional, dos quais as violências físicas e sexuais representam uma média de 40% e 60% dos casos, respectivamente.

Apesar desta situação crítica e de numerosos desafios, o país realizou importantes progressos com a ratificação de certas convenções internacionais. Um grande número de textos internacionais e continentais sobre os direitos da mulher e a preservação da sua integridade física e mental foram ratificadas: CEDAW sobre a eliminação das discriminações contra as mulheres (1979), as Resoluções 1325 (2000) e 1820 referentes a participação das mulheres e sua protecção em situações de conflitos e pós-conflitos e o Protocolo Adicional à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos sobre os Direitos da Mulher (Maputo, 2003). No entanto, elas aguardam que sejam transpostos em textos nacionais para que possam ser efectivamente aplicadas e beneficiar as mulheres.

Finalmente, é importante assinalar a ausência de um sistema de segurança social para lutar contra a exclusão social e a extrema pobreza. Além disso, o país carece de um sistema de protecção civil para a segurança dos cidadãos e a restauração da defesa civil.

Nos últimos anos, a Guine-Bissau tomou varias iniciativas. Assim, foram criados estruturas e mecanismos de coordenação e foi encorajada a promoção e protecção dos direitos humanos

com o apoio das organizações internacionais, entre os quais, o Instituto da Mulher e Criança, a Comissão Nacional de Direitos Humanos, a Comissão Nacional para o abandono de Praticas Nefastas, entre outros. Em matéria de produção de linhas de base sobre os Direitos Humanos, o país tem melhorado muito o seu desempenho ao longo dos últimos dois anos. A Guiné-Bissau apresentou relatórios periódicos exigidos pelas instâncias internacionais e começou a implementar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Convenção sobre os Direitos da Criança, em Maio de 2010. O governo submeteu um primeiro relatório sobre direitos humanos ao Conselho da Organização das Nações Unidas.

No quadro da Reforma em curso no sector da Justiça, verificou-se uma melhoria significativa, em particular, a reabilitação e funcionamento das prisões de Mansoa e de Bafatá, a aprovação da Lei de Acesso à Justiça, o recrutamento novos guardas prisionais, reforma da legislação, reestruturação e modernização da polícia e da adopção de uma política nacional para o sector da Justiça pelo Governo, em 13 de Janeiro de 2010.

Os principais actores, tais como ONG, na promoção e protecção dos direitos económicos e sociais beneficiam de patrocínios para ajudar o Governo a enfrentar os desafios da realização dos ODM. As Organizações Não-Governamentais nacionais e internacionais desempenham um papel decisivo na criação e desenvolvimento de infra-estruturas básicas e promoção dos direitos humanos.

Para os próximos anos, as políticas públicas devem centrar-se, por um lado, no desenvolvimento económico para promover os direitos humanos através de melhoria de oportunidades na criação de riquezas e de emprego no país, e por outro lado, na consolidação da primazia do Direito, no aprofundamento de cidadania e na protecção e eficácia dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento. É necessário melhorar o nível de coordenação entre as instituições existentes, a fim de evitar duplicação, sobreposição, fragmentação e incoerências, que possam resultar em desperdicios de recursos disponíveis.

O Governo, no quadro da criação da plataforma de promoção e observância dos direitos humanos, tem uma compreensão clara da necessidade de em primeiro lugar, modificar os textos regulamentares, as atitudes e práticas, e assumir e respeitar as suas obrigações internacionais na luta contra as desigualdades sociais e redução da pobreza.

1.3.5 Igualdade do Género:desigualdades estruturais e morosidade no progresso em direcção a igualdade entre homem e mulher

É muito importante a contribuição das mulheres guineenses nas actividades económicas, em alguns progressos sociais e no equilíbrio da unidade familiar. De acordo com o último censo populacional de 2009, as mulheres da Guiné-Bissau, com um efectivo de 746.404 pessoas, representam 51,5% da população total do País. Sua participação na produção de bens e serviços, nomeadamente ao nivel de produção rural familiar e no quadro do sector informal nas zonas rurais e urbanas, o seu contributo essencial na educação das crianças, na saúde dos membros da família e sua responsabilidade na realização de trabalhos domésticos demonstram o seu importante papel em todos os níveis do território e em todas as áreas de desenvolvimento.

As disparidades e a falta de oportunidades das mulheres são observadas em todos os domínios e sectores. Paradoxalmente, apesar da sua contribuição reconhecida em todos os domínios, a mulher sofre mais que os homens de um estado de saúde deficiente, de subescolarização e subalfabetização e de uma falta de competências. Em matéria de informação, as mulheres continuam a ter um acesso limitado em razão do seu nível de alfabetização e de rendimento. Ainda, elas confrontam-se com o desemprego, dificuldade de acesso às infra-estruturas sociais de base mais do que os homens. No plano do exercício de direitos, o número de mulheres que recorrem à justiça, é pouco significativo em relação aos homens.

Disparidades, oportunidades e descriminações são resultados da situação social diferenciada do homem e da mulher tal como conferido pelo sistema social dominante. Qualquer redução de disparidade de género implica necessariamente uma acção sobre esta desigualdade estrutural.

Porém, existe na Guiné-Bissau, uma vontade de promoção da mulher. Assim, o Estado, ractificou a maioria das declarações, convencções e resoluções internacionais, concernentes à promoção e protecção da mulher. Por outro lado, uma Política Nacional de Igualdade e Equidade do Género (PNIEG), em curso de finalização, irá servir de um quadro de promoção, coordenação e seguimento de todas as acções neste domínio.

1.4. Desenvolvimento económico e infra-estruturas

1.4.1 Principais constatações e desafios do sector primário: fraca valorização das potencialidades

A contribuição do sector primário (agricultura, pecuária, silvicultura e pesca) para a formação do PIB foi de 62% em 2008. A agricultura, dominada pela cultura de caju, ocupa uma grande parte da população activa e concentra uma grande parte da pobreza rural. Ela ainda é marcada pelos seus métodos agrícolas obsoletos e sujeitos às flutuações dos preços mundiais de castanha de cajú.

O sector agrícola é o pilar da economia da Guiné-Bissau, uma fonte de rendimento para 85% da população. Estas potencialidades são largamente sub-exploradas, podendo ser uma alavanca para acelerar o crescimento económico da Guiné-Bissau, sobretudo nas regiões do país com terras férteis, chuvas abundantes e biodiversidade muito rica. A agricultura desempenha um papel importante nas contas externas do país, e por isso, tem um impacto significativo na estabilidade macro-económica da Guiné-Bissau. As exportações agrícolas representam mais de 98% do total das exportações de bens. Ela é de longe o maior empregador da economia, 65% do emprego total e constitui um factor muito influente no nível da pobreza do país.

A cultura do arroz é predominante nas culturas alimentares e tem grande importância na segurança alimentar do país. As potencialidades de aumento de rendimentos são portanto, impressionantes e permitiriam multiplicar por quatro a produção do arroz de água-doce (600 kg/ha a 2,5 ton/ha). As dificuldades de gestão da água são agravadas pela fragmentação de parcelas que, normalmente, deveriam favorecer os esforços comunitários da sua gestão. Os obstáculos ao desenvolvimento da fileira do arroz estão ligados, entre outros, ao enclavamento de zonas de produção, à insuficiência de manutenção das obras hidráulicas tradicionais, ao êxodo rural dos jovens, à falta de sementes melhoradas, à acidificação e à

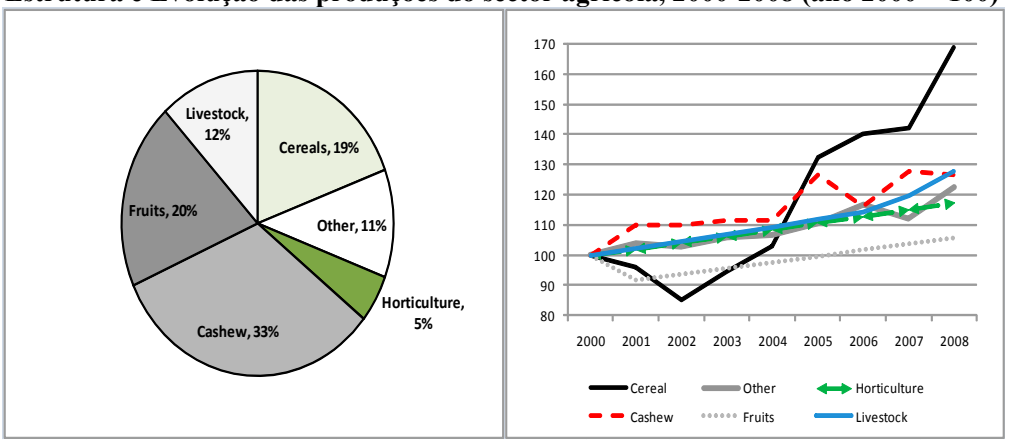
salinização dos solos. Entre 2000 e 2008, a produção de cereais foi a actividade mais dinâmica, registando o maior aumento seguido da castanha de caju e pecuária.

O cajú é o principal produto de exportação do país. O desenvolvimento do seu mercado de exportação constitui um sucesso popular afectando largamente o mundo rural. As exportações de castanha de cajú, com apenas 1.200 toneladas em 1970 conheceu um salto quantitativo, atingindo cerca de 100 000 toneladas em 2005, 135 500 ton. em 2009 e, 122 300 em 2010.

Contudo, somente 4% da produção é transformada ao nível nacional, o restante é exportado sob forma bruta. A castanha, ocupando 47% da superfície cultivada e implicando 80% das populações rurais nas actividades agrícolas, é um sector estratégico para a criação de empregos e redução da pobreza. A possibilidade de aumento da produção é real, tendo em conta as novas plantações eo nível competitivo de rendimento (500 – 600 kg/há), comparável aos países concorrentes como o Brasil, a Índia e o Vietnam. O factor que influencia sobre a pobreza e o emprego, reside no desenvolvimento da transformação. A taxa interna de rentabilidade (TIR), dos investimentos para a atransfomação da castanha de caju é elevada. Para a economia do país, a exportação do cajú valorizado localmente seria uma vantagem importante em termos de crescimento, criação de emprego e de redução da pobreza, em comaparação com a situação actual.

No sub-sector da pecuária, a Guiné-Bissau com um efectivo de 1,3 milhões de cabeças de gado ainda não desempenhou o seu papel na diversificação da economia, na melhoria das receitas de exportações e na redução da pobreza. O sub-sector da pecuária é pouco desenvolvido em termos da valorização dos seus produtos. O país continua a importar carne, leite e derivados. Os principais constrangimentos do sub-sector parece ser a baixa qualidade genética das raças, as doenças animais e as condições da alimentação, assim como a falta de instalações de tratamento de base, incluindo de leite e carne.

Estrutura e Evolução das produções do sector agrícola, 2000-2008 (ano 2000 = 100)



Fonte : INE e Banco Mundial

No sector das pescas, a Guiné-Bissau dispõe de boas condições naturais para o desenvolvimento dos recursos haliêuticos. A potencialidade da produção de peixes geradas na Zona Económica Exclusiva (ZEE) é estimada em 250.000 toneladas por ano. A Guiné-Bissau não tem grande tradição de pesca como o Senegal e a Guiné Conakry. Mesmo nas zonas costeiras, como as ilhas Bijagós, as populações locais são geralmente agricultores e a pesca é apenas uma actividade secundária. Isso explica o desenvolvimento da pesca pelos estrangeiros

sob diversas formas (artesanal e industrial) constituindo um grave problema de vigilância da costa. Os impactos económicos e financeiros da pesca ainda são baixos. A Guiné-Bissau emitiu licenças de pesca a cerca de 200 embarcações de pesca industrial, por uma duração que varia entre 3 e 12 meses, durante o período 2004 - 2006. O valor total dessas licenças em 2010 é de cerca de 4,2 milhões dólares EUA. Além disso, a União Europeia concede ao Governo uma compensação anual de cerca de 9,5 milhões dólares EUA para o acesso à pesca. Assim, em 2010 o sector gerou no mínimo, cerca de USD 14 milhões de receitas para o Governo da Guiné-Bissau, essencialmente, pagos pelas frotas estrangeiras para o acesso à pesca. Ao longo dos anos, este montante tem diminuído (dos acordos anteriores, a UE tinha pago cerca de USD 15 milhões por ano). No entanto, o sector contribui anualmente entre 25 a 40% das receitas públicas. As actividades de transformação são quase inexistentes. Para melhorar a contribuição do sector das pescas na redução da pobreza e na diversificação da economia, é necessário agir, sobretudo, nos seguintes factores:

- reestruturação da administração e operacionalização do quadro legal e regulamentar de negócios favorável ao desenvolvimento da pesca industrial e do sistema de comercialização em pequena escala;
- implementação de um sistema de gestão das pescas onde as decisões são tomadas na base do conhecimento do estado de exploração dos recursos haliêuticos e das condições económicas e sociais da pesca, apoiado por um seguimento regular das actividades de pesca e das capturas;
- regulamentação e desenvolvimento dos direitos de pesca industrial;
- promoção de um sistema de vigilância costeira e das actividades ligadas à pesca com um sistema judicial que funciona de forma eficaz.

A instabilidade política e institucional não permitiu, há vários anos, a adopção e implementação de uma estratégia a médio prazo para o sector agrícola e dos programas coerentes e eficazes. A insuficiência do sistema financeiro para fazer face às actividades do sector primário, sobretudo o sector agrícola, e ao estado de degradação das infra-estruturas económicas, especialmente portuárias reduziu a competitividade do sector e, principalmente o cajú.

Consciente de todos estes constrangimentos no sector, o Governo elaborou recentemente o Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA), fixando os objectivos prioritários para os próximos 15 anos. Os Outros sub-sectores (pecuária e pesca), necessitam igualmente de apoios específicos para diversificar as bases produtivas e ajudar o país a sair da monocultura de caju.

A fim de permitir o sector primário desempenhar plenamente o seu papel motor no forte crescimento económico e sua contribuição na redução da pobreza, os investimentos prioritários serão dirigidos para: i) castanha de caju e arroz, ii) pecuária devido a sua estreita relação com a redução da pobreza e segurança alimentar, iii) manga, como o exemplo de uma cultura com forte potencial para a diversificação das exportações, iv) horticultura devido a sua relação com aredução da pobreza, auto-emprego (sobretudo para as mulheres) e a segurança alimentar; v) a pesca dado o seu potencial, vi) desenvolvimento dos serviços financeiros e vii) reforço dos serviços de apoio e aconselhamento em todos os sub-sectores. Além disso, uma atenção especial será dada ao reforço da capacidade produtiva de toda a população rural, incluindo as mulheres.

1.4.2 Nível de desenvolvimento das infra-estruturas: atraso na energia e transporte

Sector da Energia

A taxa de electrificação é muito baixa, sobretudo nas zonas rurais. No meio urbano, à electricidade, marcada pelas cortes frequentes, não é acessível a todas as famílias. A persistência desta crise, traduzida no custo elevado de exploração, perdas importantes (incluindo o roubo de electricidade através de ligações clandestinas), tarifas elevadas aos consumidores, bem como baixa taxa de cobrança das facturas de consumo, reduziu significativamente o desenvolvimento das actividades económicas e a melhoria das condições de vida das populações. Isso representa um custo elevado para o conjunto da economia da Guiné-Bissau, agravando os custos de produção e o padrão de vida das populações. Além de outras fontes de energia, como o petróleo e as velas, o acesso da população à energia, tanto para a iluminação como para a cozinha, é ainda muito dependente do trabalho realizado pela mulher na recolha de lenha e sua comercializacao.

Desde o ano 2000, aprodução caiu drasticamente. No início da década, a capacidade ultrapassou os 20MW. Em 2010, a produção da electricidade não ultra+passou 2MW contra uma procura em constante aumento de cerca de 30 MW. Somente uma pequena proporção da população tem acesso a electricidade e o aprovisionamento em água, principalmente na capital Bissau, e somente uma parte do tempo. Entre as medidas adoptadas, foi assinado um contrato com uma empresa privada para o abastecimento de uma capacidade suplementar de 2,5 MW que permite atingir uma produção total actual de 5,5 MW. Mas esta capacidade é teórico, na verdade, somente 2 MW são produzidos em média, devido à falta de liquidez para a compra de combustíveis. Mas esta situação está a melhorar com a obtenção de de subvenção da parte de CEDEAO, UEMOA de 10 milhões USD para a compra de combustíveis para a EAGB.

Os principais desafios deste sector são:

- restauração da solvência do sector;
- redução da dependência excessiva dos combustíveis importados, maximizando as oportunidades de produção sub-regional;
- proteção dos investimento privados no sector e mobilização de financiamento para a modernização do sector.
- Melhoria do conhecimento e consideração de fontes alternativas de energia em termos de fontes de rendimento e de impacto sobre o meio ambiente.

O porto de Bissau

Hoje, o porto de Bissau é o principal porto do país, cobrindo 85% dos fluxos comerciais. Este porto encontra-se num estado de degradação avançado. As trarifas são elevadas em relação à qualidade dos serviços prestados (demora na carga e descarga). A entidade que gere as operações portuárias, não dispõe de facto de autonomia de gestão e de meios financeiros. Tentativas anteriores para resolver estes problemas falharam. A Autoridade Portuária (APGB), enfrenta enormes desafios operacionais, recursos humanos e financeiros que podem ser resolvidos apenas com um plano de reestruturação e de modernização a médio e longo prazo. O referido plano deve abranger investimentos para a reabilitação das principais infra-estruturas portuárias e as necessidades de aperfeiçoamento dos recursos humanos, assim como, o estatuto jurídico do porto. A médio prazo, será necessário o envolvimento do sector privado na gestão do porto afim de gerar os investimentos necessários em infra-estruturas e

melhorar a gestão das operações portuárias. O governo já elaborou uma estratégia para estabelecimento de uma parceria público-privada, incluindo um modelo financeiro e um processo de licitação para a celebração de um contrato. Este plano permitirá a Autoridade Portuária Nacional conservar o seu papel de regulador, transferindo as tarefas de operações portuárias para uma concessão privada. Esta estratégia de curto prazo deve estabelecer as bases para uma solução a médio e longo prazo, que consiste, entre outros, na criação de um espaço suficiente para o armazenamento e a manipulação de volumes de mercadorias previstas, incluindo não só os contentores, mas também as cargas convencionais.

Estradas

A rede classificada da Guiné-Bissau é de 2.755 km, dos quais dois terços não são asfaltadas. A rede rodoviária principal está em bom estado, graças a vários projectos realizados nos últimos anos com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. Estes projectos intervieram, sobretudo, no troço Bissau-Ziguinchor no Senegal (incluindo construção de duas pontes em 2004 e 2009), com acesso para Banjul, em Gâmbia. A parte sul do país continua a ser de difícil acesso, exigindo um longo desvio.

O maior problema da rede rodoviária é o estado das redes secundárias durante a estação chuvosa. Isto representa uma série de problemas para o escoamento dos produtos agrícolas, designadamente a castanha de caju. A questão da manutenção das estradas é também um dos maiores problemas a resolver nos próximos anos.

A manutenção e o desenvolvimento da rede rodoviária com vista a facilitar a circulação de veículos, mesmo os mais simples, constitui (i) um factor de melhoria das condições de trabalho da mulher, profundamente envolvida no transporte de produtos; e, (ii) a sobrevivência da mulher grávida e da criança, cujo acesso geográfico aos cuidados de saude de qualidade ainda é um problema, especialmente em determinadas regiões.

2.4.3 Situação do sector privado: sector em movimento à apoiar

O desenvolvimento de um sector privado dinâmico é o elemento-chave na reconstrução da economia de um país. O sector privado desempenha um papel crucial no crescimento económico e na criação de emprego. Tal como nos outros Estados frágeis, a Guiné-Bissau enfrenta o problema da melhoria do clima de investimentos. A complexidade da regulamentação, agravada pela opacidade dos procedimentos num contexto de fraca capacidade do Estado, cria espaço para a corrupção e enfraquece ainda mais as incitações para simplificar o ambiente regulamentar.

Em números reduzidos e ocupando geralmente postos subalternos, a participação das mulheres nos efectivos ainda é muito limitada. Em 2010, segundo o ILAPII, apenas 3,9% das mulheres em actividade trabalham no sector privado, sendo esta proporção quase três vezes superado pela dos homens (10,4%). O seu nível de educação e formação e a persistência de uma discriminação praticada contra elas em relação à oferta de emprego explica este estado de factos, o que torna, mais dificil o seu acesso à uma determinada actividade ou emprego capaz de gerar rendimentos substanciais.

A Guiné-Bissau necessita de promover o investimento privado, tanto nacional como estrangeiro, e atrair investidores estrangeiros que tragam competências de empreendedorismo e do conhecimento dos mercados. A Guiné-Bissau, com capacidade limitada em matéria de

empresas e um sistema financeiro pouco desenvolvido, está a criar condições para o relançamento do sector privado, através da simplificação dos procedimentos para a formalização de empresas, criando a janela única. Em Janeiro de 2010, o Conselho de Ministros aprovou uma declaração, destacando a importância de simplificar o ambiente de negócios para promover o desenvolvimento do sector privado. A declaração foi seguida de um processo de consultas e discussões para obtenção do consenso sobre um roteiro visando simplificar as formalidades de registo de uma empresa. Dois decretos aprovados em Março de 2010 fixaram bases jurídicas de criação de empresas. O tempo de registo de uma empresa foi reduzido de 213 para 11 dias. Esses esforços resultam de uma liderança forte do Ministério da Economia e da criação de uma pequena equipa interministerial dos departamentos concernentes que continua a trabalhar nas reformas preconizadas. A questão da modernização da administração tributária é também um elemento da reforma do sector privado. Uma das principais prioridades da Guiné-Bissau é de restaurar a administração fiscal e o seu bom funcionamento, simplificando e racionalizando o sistema para às PME (mais de 30% das empresas julgam a administração fiscal como um constrangimento na Guiné-Bissau).

Em resumo, os vários factores que limitam o desenvolvimento do setor privado, tais como as externalidades negativas, o parasitismo, a falta de financiamento adequado, a falta de formação, a ausência de apoio e aconselhamento às empresas, destacam os desafios a vencer.

1.5 Análise da pobreza e das tendências dos ODM

1.5.1 Perfil da pobreza[5] monetária: agravamento da pobreza

A taxa de pobreza absoluta (rendimento inferior a USD 2 por dia) e da extrema (rendimento inferior a USD 1 por dia), segundo os resultados do Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza (ILAP) 2002, situam em 64, 7% e 20,8% da população da Guiné-Bissau como pobres e muito pobres respectivamente. Tanto a pobreza absoluta como a extrema revelam mais profunda no interior do país do que em Bissau. As diferenças entre a capital e o resto do país, no entanto, são muito maiores para a pobreza absoluta do que a pobreza extrema. A profundidade da pobreza avaliada na base da extrema pobreza, é de respectivamente 19,8% para Bissau e 26,4% para outras regiões.

A avaliação da pobreza feita em 2002 revela que os pobres na Guiné-Bissau são na sua maioria jovens (80% entre 15 e 35 anos), os idosos representam 6,5% da população. A análise de género mostra que a pobreza afecta mais as mulheres que os homens. A probabilidade de ser pobre é também em função do meio de residência, as pessoas que vivem fora de Bissau estão mais exposta a pobreza. Esta probabilidade cresce em função do tamanho do agregado familiar. No entanto, o risco de ser pobre diminui para as famílias onde o chefe é escolarizado; um nível secundário de educação o confere uma chance de escapar a este fenómeno.

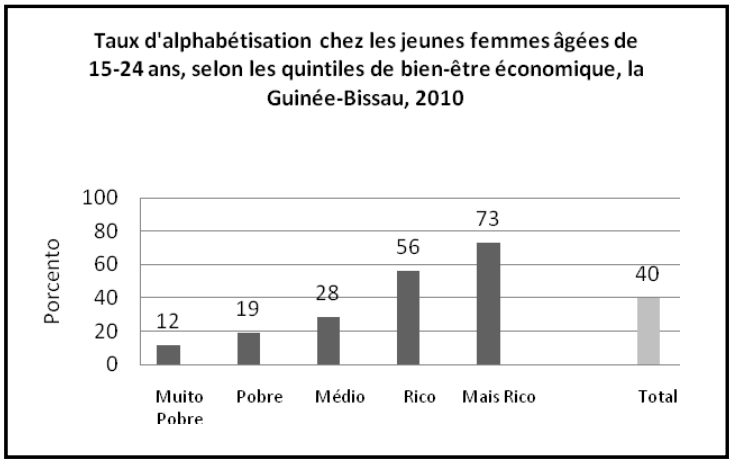
A pobreza agravou entre 2002 e 2010. O ILAP 2 indica que 69,3% dos Guineenses são pobres e 33% são extremamente pobres, ou seja 5 e 13 pontos percentuais, respectivamente a mais que em 2002. Isto monstra claramente a aceleração da pobreza extrema. A pobreza em Bissau é constante (51%), enquanto que ela se agravou nas outras regiões, sendo 3 sobre 4 afectadas, contra 7 em cada 10 pessoas atingidas em 2002. As regiões mais afectadas em 2010 são

[5] A pobreza,

principalmente Oio, Bafatá Tombali / Quinara e Gabu. A pobreza extrema afecta sobretudo Oio,Cacheu, Bafata Tombali e Quinara. A discriminação entre homens e mulheres é pouco significativa tanto para a pobreza absoluta e extrema. A pobreza generalizada tem um impacto directo sobre a situação das crianças. De facto, em 2010, para o conjunto do país, 57% das crianças de 5-14 anos trabalham, com uma forte proporção nas zonas rurais (65%) do que no meio urbano (45 %).

O agravamento da pobreza atingiu tanto a população feminina como a masculina sendo as mulheres mais pobres do que os homens. Os agregados familiares chefiados por uma mulher são mais pobres em Bissau do que nas regiões. No que concerne a pobreza absoluta (2USD/dia/pessoa), a proporcao é de, respectivamente, 56,3% e 70% em Bissau e nas regiões, para as mulheres chefes de agregados, e de 48,8 e 76,5 para homens. Em relação a extrema pobreza (1USD), a proporção é respectivamente, para as mulheres chefes de agregados, de 15,5% e 38,7%, sendo para homens chefes de agregados, de 12,2% e 40,0%.6 Mas, nas regiões, a incidência da pobreza e da extrema pobreza é mais elevada ao nível dos agregados familiares dirigidos por homens do que as que são dirigidas por mulheres

Os determinantes da pobreza em 2010 foram os mesmos observados em 2002. O nível de pobreza diminui com o nível de escolaridade do chefe da família. Os Chefes de agregados que tenham uma educação secundária e superior são menos pobres do que aqueles com menos escolaridade. Em 2010 (MICS-4/IDSR), entre as mulheres nos agregados mais pobres, apenas 12% são alfabetizadas, com o aumento da taxa de alfabetização, aumenta o poder económico e, para as mulheres que vivem nos agregados familiares com maior poder económico, esta taxa atinge os 73%.



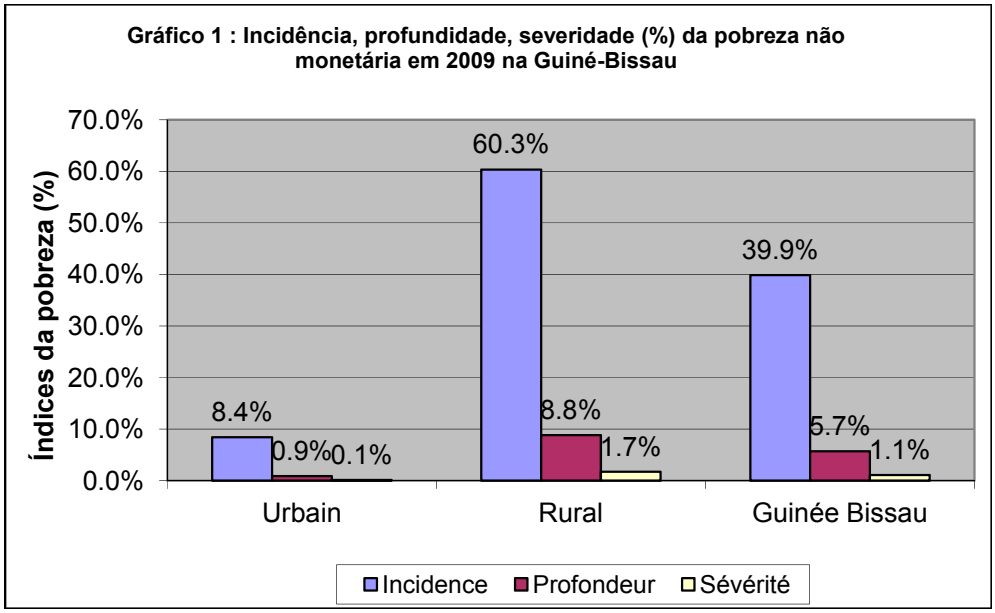
1.5.2 Perfil da pobreza não-monetária: quadro de vida das populações precário

Na sequência dos resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação da Guiné-Bissau em 2009, um estudo sobre o perfil da pobreza não monetária foi realizado em 2010. Este estudo analisou as relações entre a pobreza e as características sócio-demograficas. Assim, segundo os resultados do RGPH 2009, a pobreza não monetária atinge 40% da população da Guiné-Bissau. Segundo o meio de residência, a pobreza não monetária afecta

[6] Fonte : Momar Ballé SYLLA, Consultante do Banco Mundial : avaliação da pobreza, Bissau, Dezembro 2010, p.20/22

60,3% da população rural e 8,4% da população urbana[7]. A profundidade da pobreza[8] é de 5,7% a nível nacional, 8,8% no meio rural e 0,9% no meio urbano. Esta fraqueza relativa da profundidade da pobreza reflecte uma relativa proximidade de uma grande parte dos pobres a linha da pobreza. Este resultado indica que, ainda que os ganhos sejam limitados para a melhoria das condições de habitação, saneamento, acesso à água potável e posse de bens duradouros, podem resultar em mudanças significativas na incidência da pobreza.

A pobreza não monetária é predominantemente rural, em termos de profundidade, incidência e severidade. No plano espacial, os índices de pobreza são mais elevados nomeio rural; a inicidencia de pobreza mais elevada é observada em Tombali com 68,9% da população afectada pela pobreza não monetária. A menor incidência de pobreza não monetária é observado no Sector Autónomo de Bissau (SAB), com apenas 2,6% da população afectada. O facto de o SAB ser completamente urbano e mais dotado de bens e infra-estrutura duráveis explica a fraca incidência nesta área. Nas outra regiões que comporta a uma componente rural, a incidência da pobreza é mais elevada (37,2% em Bafata e 68,2% em Oio). A incidência da pobreza é caracterizada por grandes disparidades entre as regiões. Em termos de profundidade e gravidade, a região de Bolama Bijagos situa no primeiro lugar, com respectivamente 12,9% e 3%. Contrariamente, para o SAB esses índices são mais fracos (-3%). As cinco regiões que mais contribuem na pobreza não monetária são: Oio (25,4% da pobreza nacional), Cacheu (16,2%), Gabu (13,9%), Bafatá (12,9%) e Tombali (10,9%), totalizando 79,3% da pobreza nacional. O que é notável, é que as regiões de Gabú e Bafatá, que tinha a incidência da pobreza mais baixa, mas que se encontram com elevadas contribuições para a pobreza nacional, devido ao seu peso demográfico importante, traduzido num efectivo importante de pobres.



Fonte: Análise da pobreza não monetária, MEPIR/PNUD- Fev-2011

[7] O indicador de Bem-Estar foi apurado a partir dos indicadores de habitação, saneamento e acesso a água potável e posse de bens duráveis.

[8] Diferença média, em% em relação à linha de pobreza.

Tabela 3: Incidência, Profundidade e severidade da pobreza (%) na Guiné-Bissau

	Incidência	Profundidade	Severidade
Urbano	8,4	0,9	0,1
Rural	60,3	8,8	1,7
Guiné- Bissau	39,9	5,7	1,1

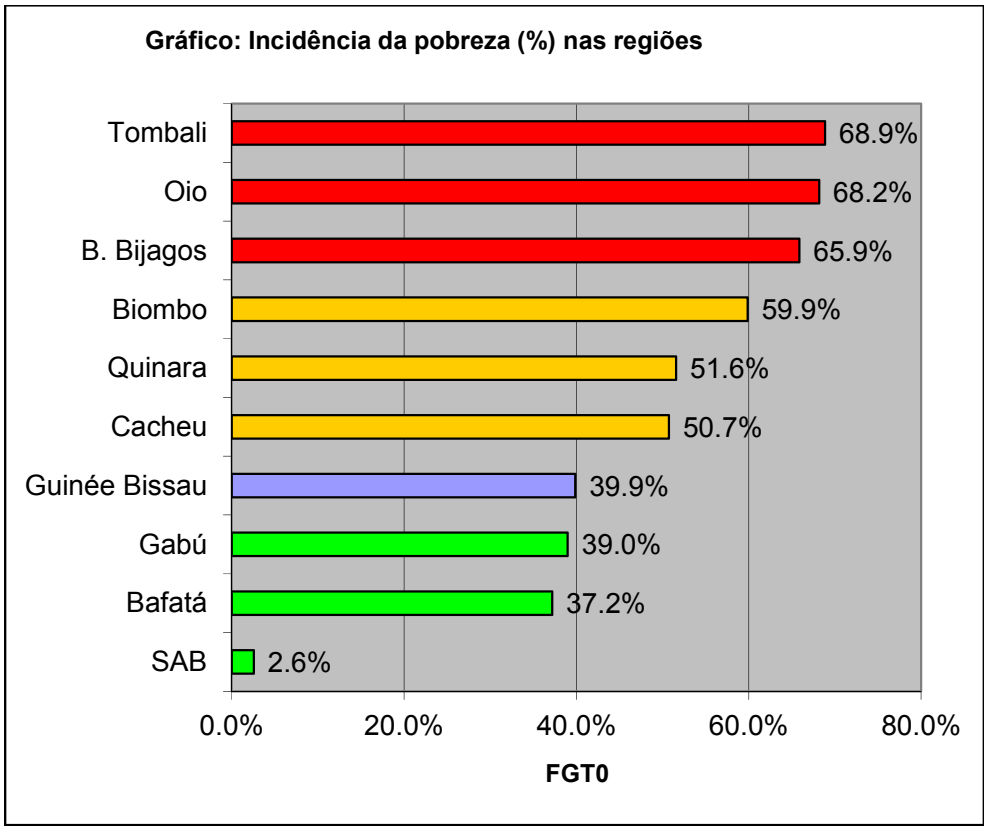
Fonte: Análise da pobreza não -monetária, Ministério da Económia, do Plano e Integração Regional/PNUD Fevereiro 2011

Tabela 4: Incidência, Profundidade e severidadede da pobreza (%) nas regiões da Guiné-Bissau.

	Incidência			Profundidade			Severidade		
Regiões	**Urbano**	**Rural**	**Total**	**Urbano**	**Rural**	**Total**	**Urbano**	**Rural**	**Total**
Tombali	41,3	73,4	68,9	3,9	11,3	10,2	0,5	2,2	2,0
Quinara	12,8	61,5	51,6	1,2	9,6	7,9	0,2	1,9	1,6
Oio	24,8	76,0	68,2	2,3	11,8	10,3	0,3	2,3	2,0
Biombo	43,9	62,0	59,9	6,1	9,9	9,5	1,2	2,0	1,9
B. Bijagós	18,9	84,0	65,9	1,7	17,3	12,9	0,2	4,0	3,0
Bafatá	13,6	42,8	37,2	1,4	5,1	4,4	0,2	0,9	0,7
Gabú	12,6	47,8	39,0	1,2	6,1	4,9	0,2	1,1	0,8
Cacheu	13,2	61,1	50,7	1,2	8,7	7,1	0,2	1,7	1,4
SAB	2,6	,	2,6	0,3	,	0,3	0,0	,	0,0
Guiné- Bissau	8,4	60,3	39,9	0,9	8,8	5,7	0,1	1,7	1,1

Fonte: Análise da pobreza não-monetáiria, Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional/PNUD Fevereiro 2011

Três grupos de regiões podem ser distinguidos, a saber: (1) as regiões de Tombali, Oio e Bolama Bijagos que são mais afectadas pela pobreza com uma incidência superior a 60%; (2) as regiões de Biombo, Quinara e Cacheu, com a íncidência de pobreza não monetária entre 50 e 60% e, finalmente; e, (3) as regiões de Gabú, Bafatá e SAB, que registam incidências inferior a média nacional, 39,9%.



Uma análise mais detalhada das componentes da pobreza não monetária e alguns dados do ILAP II permitem destacar que:

- Os principais domínios em que o bem-estar é deficitário são os seguintes: i) pavimento, parede e cobertura duráveis; ii) acesso à água potável e às instalações sanitárias (casa de banho, latrina) modernas, iii) acesso aos serviços de saneamento e iv) acesso às principais fontes de energia (petróleo, gás, etc.). Essas características são mais acentuadas nas áreas urbanas para os problemas ligados à iluminação, saneamento básico, água potável e natureza durável e moderna das habitações. No meio rural os défices foram observados, principalmente no tipo de habitação precária, água potável e saneamento;
- Os centros de saúde e escolas são os serviços públicos mais distantes dos pobres: 61,5% e 74,6% das famílias pobres estão localizadas mais de uma hora, respectivamente, de um centro de saúde e de uma escola;
- Cerca de um quarto (24%) das famílias pobres levam entre 15 minutos e uma hora de tempo para ter acesso à água potável e 23% dos alunos de famílias pobres percorrem, pelo menos, uma hora para chegar à sua escola.

A análise dos determinantes da pobreza não-monetária mostra que diversas variáveis relativas aos ODM contribuem para reduzir a probabilidade de ser pobre não-monetário. Na verdade, "ser pobre monetário extrema" predispõe à “ser pobre não- monetária”. Contrariamente, estando localizado a menos de 30 minutos de uma escola primária, os níveis de ensino primário, secundário e superior do Chefe do Agregado Familiar, o número de mulheres de 15

a 24 anos alfabetizadas, estando localizado a menos de 30 minutos de um centro de saúde, são as variáveis que contribuem para reduzir significativamente a probabilidade de um Agregado Familiar estar em situação de pobreza não-monetária.

Neste quadro e com base nas desigualdades do género e da realização dos OMD, uma variável suplementar importante é introduzida na presente estratégia: " numero de mulheres com mais de 15 anos com acesso aos factores de produção no âmbito das suas actividades económicas"

O nível de qualificação profissional ajuda muito para a saída da pobreza não-monetária. Na verdade, a agricultura fortemente dominada pela mão-de-obra não qualificada é um ramo de actividade que concentra 75% das famílias pobres e dos indivíduos pobres não-monetários; os outros ramos traduzem os riscos mais baixos da pobreza. Os ramos "comércio", "serviços", "transporte" e "construção" oferecem as melhores oportunidades de sair da situação da pobreza não-monetária.

As dimensões do bem-estar em que um segmento teria efeitos benéficos na redução da pobreza não-monetária são principalmente: (1) acesso aos materiais duráveis e modernos para pavimento parede e cobertura da habitação, (2) acesso à água potável (3), acesso aos serviços de saneamento (4), acesso a gás, petróleo e electricidade, (5) acesso a alguns bens duráveis, tais como televisor, gerador, telefone celular e viatura.

Tendo em conta os efeitos marginais, as medidas de políticas sociais mais eficazes no âmbito dos ODM para a redução da pobreza não-monetária são os seguintes: (1) alcance do nível do ensino secundário com uma diminuição da probabilidade de ser pobre não-monetária de 0,10; (2) alcance do nível do ensino superior com uma diminuição da probabilidade de 0,099; (3) saída da pobreza monetária extrema, com uma diminuição da probabilidade de 0,092; (4) alfabetização de uma mulher de 15 a 24 anos com uma diminuição da probabilidade de 0,052; (5) localização de um centro de saúde a um raio de menos de 30 minutos com uma diminuição da probabilidade de 0,046 (6), conclusão do nível primário por um chefe de família com uma diminuição da probabilidade de 0,038, (7) localização duma escola primária a um raio de menos de 30 minutos com uma diminuição da probabilidade de 0,028.

As políticas resultantes dos efeitos marginais devem ser visadas em primeiro lugar. Um dos principais desafios seria beneficiar os investimentos no ciclo secundário, no quadro da realização do 2º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio que aumenta muito a oportunidade de saída da pobreza não-monetária.

As regiões oferecem oportunidades muito desiguais para sair da pobreza não-monetária. A menor probabilidade de ser pobre não-monetária é: -0,444 para o SAB, Gabú -0,112, Bafatá -0,109, Cacheu -0,108, Quinara -0,075 e Oio -0,059. Estando em Biombo ou Boloma/Bijagós não confere estatisticamente melhores oportunidades. Estes resultados confirmam a necessidade de dar maior atenção à redução das desigualdades regionais, sob pena de aumentar eventualmente as migrações internas em direcção às regiões com forte potencial de redução dos riscos de ser pobre.

1.5.3 Situação e tendência dos ODM: contrastes entre os sectores

A Guiné-Bissau engajou-sena melhorar do nível dos serviços sociais de base. Os domínios onde os progressos foram mais significativos são a educação - a redução das disparidades

entre os géneros ao nível do ensino secundário - e acesso a água potável. Para os outros ODM, os indicadores não registaram progressos remarcáveis: para a pobreza, a situação agravou-se com uma taxa de pobreza absoluta que passou de 49% em 1990 a 69,3% em 2010; em matéria de saúde, a taxa de mortalidade materna continua elevada, 800/100.000 nascimentos para um objectivo de 2015 previsto a 229; a situação é similar para as taxas de mortalidade das crianças de menos de 5 anos e da taxa de mortalidade infantil. Contrariamente, no domínio da educação, a taxa líquida de escolarização triplicou, passando de 23% em 1990 a 67,4%.

Globalmente, os ODM não serão atingidos daqui a 2015 para a pobreza, saúde infantil, a mortalidade materna e acesso a água potável. Para os outros ODM, a Guiné-Bissau está bem engajada para se aproximar dos alvos fixados.

Tabela 5 : tendência de realização dos ODM na Guiné-Bissau

Objectivos	Indicadores	1990	2000	2010	2015
1. ***Reduzir a pobreza e extrema pobreza*** Reduzir a metade a população vivendo com menos de 1 USD ou com menos de 2 USD por dia	• Taxa de pobreza absoluta (%)	49	64,7 (1)	69, 3	24,5
	• Taxa de extrema pobreza (%)	26	20,8 (1)	33,0	13
2. Assegurar uma educação primária para todos *Dars a todas as crianças os possibilidades de terminar o ciclo primário completo*	• Taxa líquida de escolarização	23	45,3	67,4	100
3. Promover a igualdade de género e a autonomia das mulheres Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário	• Rácio raparigas/rapazes na educação primária	0,56	0,67	0,93	100
4. Reduzir a mortalidade das crianças de menos de 5 anos Reduzir de 2/3 a taxa de mortalidade das crianças de menos de 5 anos	• Taxa de mortalidade das crianças de menos de 5 anos (para 1000 crianças)	240	239 (2)	158	80
	• Taxa de mortalidade infantil (por 1000 crianças)	142	124 (2)	103	47,3
5. Melhorar a saúde materna Reduzir de ¾ de mortalidade materna	• Taxa de mortalidade materna (por 100 000 mulheres)	914	822	800	229
6. Combater o VIH/Sida, paludismo e outras doenças Estancar a propagação do VIH/SIDA e iniciar a inversão da tendência actual	• Taxa de prevalência de SIDA	5,9	7,8	3,4	2,0

7. ***Assegurar um ambiente durável*** Reduzir a metade a % da população que não tem acesso de forma durável o aprovisionamento da água potável	• % da população que tem acesso durável a água potável		29 (1)	40	65

fontes : relatório sobre os ODM 2004, recenseamento da população 2009 e ILAP 2010, Plano ODM –SMDD de 2010

(1) :dados correspondentes a 2002
(2) Dados correspondentes a 1990

A análise-diagnósticos de certos sectores para a aceleração da realização dos ODM permitiu destacar os atrasos verificados no cumprimento das metas visadas. Os domínios concernentes são: alfabetização, educação, saúde, água e saneamento.

Educação

Para atingir o objectivo 2 através das metas 3 e 4, são previstas as seguintes intervenções:

- matrícula massiva de crianças no primeiro ano do ensino primário;
- construção de salas de aulas e respectivos equipamentos para receber este fluxo de alunos;
- recrutamento de professores em quantidade e qualidade para o enquadramento dos alunos;
- formação e reciclagem dos professores e formadores;
- outras medidas de acompanhamento para manter os alunos no sistema escolar até ao final da sua escolaridade.

O Governo compromete-se a:

- reduzir a taxa de repitência à 10% até 2015;
- reduzir as multi-classes de 71% para 25% em 2015;
- reduzir o racio aluno / professor de 48 para 44 em 2015;
- atingir 100% a taxa de conclusão primária;
- atingir 10% de matrículas na pré-escolar;
- construir o máximo de infra-estruturas escolares.

Saúde

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS), cobrindo o período de 2008 a 2017, reflecte os compromissos dos ODM e tem em conta a problemática de redução da Pobreza. Os Programas Nacionais de Saúde são:

- Programa Nacional de Luta contra o Paludismo (PNLP);
- Programa Nacional de Luta Contra a SIDA (PNLS);
- Programa Nacional de Saúde Visual

- Programa Nacional de Luta Contra Lepra e Tuberculose;
- Programa Alargado de Vacinação (PAV);
- Programa Nacional de Saúde Familiar.

Três dos ODM concernem ao sector de saúde. Tratam–se de: i) reduzir a mortalidade infantil; ii) melhorar a Saúde Materna; e, iii) combater o paludismo, VIH/SIDA e outras doenças graves.

Para atingir este Objectivo, será necessário a implementação de um roteiro para a redução da mortalidade materna e infantil e medidas identificadas no Plano Operacional para a passagem à escalão das intervenções de alto impacto sobre à mortalidade infanto-juvenil na Guiné-Bissau de Abril de 2010.

Os objectivos fixados em matéria de VIH/SIDA para alcançar os ODM são:

- aumentar a proporção da população sexualmente activa que conhece o seu estado serológico de 2 a 6% em 2015;
- garantir o Pacote de Prevenção Integrada de Transmissão vertical entre 15 e 32% entre as mulheres grávidas durante as Consultas Pré-natais (CPN);
- garantir a 100% as condições de segurança na transfusão sanguíneo, segundo as normas até 2015;
- garantir o acesso ao tratamento anti-retrovirais e de infecções oportunistas entre 8 e 43% das pessoas vivendo com o VIH (PVVIH) até 2015;

A implementação destes Programa necessita das intervenções seguintes:

- Comunicação para a mudança de comportamento no seio dos grupos vulneráveis;
- Implementação do Plano de Extensão de CDV (Centro de Despistagem Voluntário);
- Implementação do Programa Integrado de PTME;
- promoção das actividades de comunicação para a mudança dirigidas aos dadores de sangue;
- consolidação de serviços de ofertas para os centros de tratamento anti-retrovirais.

II. ORIENTAÇÕES E EIXOS ESTRATÉGICOS DO DENARP II

2.1 Principais lições do DENARP I

Através do DENARP I, a Guiné-Bissau fixou objectivos ambiciosos em materia do desenvolvimento económico e social. Trata-se entre outros de: i) desenvolver as infra-estruturas de apoio à produção, ii) atingir uma taxa média anual de crescimento de pelo menos 5% durante o período, iii) limitar a taxa de inflação média anual à 3%, iv) reduzir a incidência de pobreza de 68,5% em 2005 para 65,9% em 2008 e 64,1% em 2010, v), assegurar a expansão e a melhoria de acesso à educação para a universalização do ensino de base, vi) reduzir a taxa de mortalidade infantil de 122 por mil em 2004 para 104,5 em 2008, vii) reduzir a mortalidade infanto-juvenil viii) reduzir a mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos a partir de 818 em 2004, 800 em 2006 e 752 em 2008, etc.

O Governo reconhece que estes objectivos não foram alcançados. Ao contrario, os resultados ainda são mitigados em algumas áreas, tal como o crescimento económico acelerado, a redução da pobreza (ver resultados ILAP II/2010) e o desenvolvimento de infra-estruturas económicas. As razões são inúmeras e de ordem interna e externa. Estas incluem nomeadamente:

- a fragilidade do país no plano político, institucional e de segurança, como resultado do conflito armado em 1998/1999 e interferência militar recorrente na vida política, mas também a crescente influência do tráfico internacional de drogas e o crime organizado. Apesar de algumas melhorias registadas nos últimos três anos, o clima permanece precário e marcado pelas freqüentes mudanças institucionais e, por vezes trágicos acontecimentos prejudiciais aos direitos do Estado e da dinâmica do desenvolvimento;

- as capacidades institucionais e de recursos humanos limitados do país em matéria de planificação e implementação eficaz das políticas e programas de desenvolvimento;

- as competências limitadas na tomada em conta da dimenção género na planificação, conduziram a uma consideração imcompleta do problema das mulheres no DENARP I, isto é, as necessidades práticas das mulheres, ignorando suas necessidades estratégicas cuja inclusão é indispensável para a melhoria dos indicadores sócio-econômicos, seja a produtividade, a educação ou a mortalidade e a morbidade;

- as consequências da crise do petróleo, alimentar e económica internacional, agravada pela vulnerabilidade da economia, devido à sua forte dependência de caju. O impacto destas crises levaram, nomeadamente: i) a um aumento substancial nos gastos com as importações (em 2009 o país gastou aproximadamente USD 50 milhões para as importações de alimentos e mais de 30 milhões nos produtos petrolíferos, contra, respectivamente, 30 milhões e 22 milhões em 2007), ii) a diminuição das receitas de exportação de 10%, apesar do aumento de 30% no volume de exportação de castanha de caju;

- a fraca capacidade financeira do Estado. Apesar do pequeno progresso feito na mobilização de recursos internos, o país continua dependente da ajuda externa para financiar as despesas do Estado, incluindo as despesas de funcionamento;

- o peso do serviço da dívida. Dez anos depois de sua ascensão ao ponto de decisão no âmbito da iniciativa HIPC (desde 2000), o país conseguiu atingir o ponto de conclusão desta iniciativa no final de 2010;

Os esforços do governo apoiados por parceiros de desenvolvimento permitiram registar certos ganhos nos últimos três (3) anos. Entre estas conquistas podem incluir-se:

- estabilização do quadro macroeconómico e a implementação de reformas ambiciosas nas áreas de gestão das finanças públicas e da administração pública que rendeu ao país a conclusão em 2010, de um novo programa de três anos com o FMI;

- melhoria dos principais indicadores de educação e saúde, traduzindo assim os esforços para o desenvolvimento e valorização do capital humano;

- arranque de diversos projectos com o apoio de parceiros, cuja implementação poderá contribuir para reverter a tendência atual e levar o país para o crescimento económico e realização dos ODM;

- em relação a gestão das finanças públicas, a nova nomenclatura harmonizada com as directivas de UEMOA foi finalizada, traduzida em Português, adoptada pelo Conselho de Ministros (Agosto 2008) e divulgada através de seminarios de formação e sensibilização.

Desde Março de 2008, o Ministério das Finanças criou um departamento informatico que permitiu uma melhor gestão orçamental. Este foi dotado de um sistema integrado de gestão de finanças públicas (SIGFIP). A implementação de SIGFIP também contribuiu em parte para resolver o problema de tratamento de boletins de pagamento dos funcionarios da Função Pública e a produção a partir de 2009, de relatórios trimestrais sobre a execução do orçamento do Estado. É de notar que, no concerne as despesas, os esforços do governo para melhorar o sistema de passação de mercados para a aquisição de bens e serviços através da implementação de um plano de aquisição em cinco Ministerios (Educação, Saúde, Finanças, Agricultura e Infra-estruturas). Além disso, o governo reduziu consideravelmente a compensação, assim como os atrasados. Quanto as receitas, estas foram centralizadas ao nivel do Tesouro Público, através da criação de uma conta única no BCEAO.

Em matéria de gestão macroeconômica, a Direcção da Conjuntura e Previsão do Ministério das Finanças beneficiou da assistência técnica e de acções de formação para a elaborações de notas de conjuntura e do quadro das operações financeiras de Estado (TOFE). Os esforços têm sido feitos para melhorar a tradução do DENARP no Orçamento Geral do Estado visando a implementação do quadro de despesas a médio prazo, mas os resultados nesta área não são provaveis. Quanto à gestão da dívida pública, uma comissão de acompanhamento da dívida foi estabelecida para a realização de auditorias da dívida interna. Por outro lado, foi lançado em 2010, um sistema de gestão da dívida externa (SYGADE).

As principais lições aprendidas com a implementação do DENARP em 2007 e 2008 podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- **As hipóteses muito optimistas e objetivos muito ambiciosos foram considerados**. Uma das hipóteses chaves do DENARP para a redução da pobreza era alcançar um crescimento econômico anual, cerca de 5%. Foram também planificados investimentos

públicos que representem pelo menos 20% do PIB. Embora tenha ressaltado a dificuldade de se conseguir estes resultados num contexto de instabilidade política, o DENARP não tinha definido cenário alternativo e as medidas de contingência. A definição de hipóteses e objetivos deve ser baseada uma análise aprofundada das reais capacidades do país, incluindo a capacidade de absorção da ajuda.

- **Risco subestimado, especialmente o tráfico de drogas**. Isto aplica-se a fatores - ainda conhecidas – tais como as dificuldades financeiras do Estado e a vulnerabilidade da economia (alta dependência de um só produto para exportação, economia pouco diversificada, insegurança alimentar, etc). Mas, e sobretudo os constrangimentos ao desenvolvimento, causados por problemas relacionados com o tráfico de drogas e o crime organizado, que não foram especificamente identificados no DENARP I. É óbvio, portanto, que no DENARP II, deve ser dada uma atenção especial a luta contra o narcotráfico de estupefaciente e o crime organizado.

- **prioridades insuficientemente hierarquizadas**. O DENARP identificou inúmeras prioridades; Porém essas prioridades não foram devidamente hierarquizadas. A hierarquia entre estas diferentes prioridades, não é óbvia. A priorização das acções do novo DENARP será abordada com maior clareza no plano de acções prioritárias (PAP), instrumento de operacionalização da estratégia.

- **indicadores de resultados insuficientemente precisos e mesuráveis**. A elaboração do DENARP I não tomou em conta o principio de gestão baseado em resultados. Para o DENARP II deverá definir indicadores adequados e facilmente mensuráveis em setores relevantes e domínios prioritarios.

- **ausencia de orçamento por objectivos**. O exercício orçamental, não favorece a inclusão das acções no PAP e PIP. O DENARP permaneceu desligado do Orçamento Geral do Estado. A realização do quadro de despesas a médio prazo e do orçamento programa, será susceptível de melhorar esta situação.

- i**mprevisibilidade, fraca capacidade de absorção e falta de coordenação da ajuda**. A imprevisibilidade da ajuda, a multiplicidade de procedimentos, a fraca capacidade de absorção da ajuda do país, particularmente relacionadas com a instabilidade institucional, recursos humanos insuficientes, falta de organização e coordenação, bem como falta de apropriação nacional são questões que irão integrar o DENARPII.

- **dificuldades na implementação do mecanismo de seguimento e avaliação (S & A) DENARP I.** A não operacionalização do seguimento e avaliação do DENARP, insuficiência em quantidade e qualidade dos recursos humanos para a produção e divulgação de informações e dados necessários para o S&A do DENARP, a falta de coordenação interministerial efectiva e entre o Governo e seus parceiros de desenvolvimento afetaram negativamente o processo de implementação do DENARP I.

- **fraca atenção acordada aos aspects do crescimento econmico e de melhoria das condições de vida das populações**. O Governo e os parceiros têm dado pouca importância aos desafios da promoção do crescimento económico e desenvolvimento de setores sociais básicos (eixos 2 e 3, respectivamente). A preferência foi orientada em ações destinadas a resolver a instabilidade política e a má governação.

- **Fraca integração das questões transversais,** tais como o HIV / SIDA, protecção ambiental, preparação e resposta as situações de urgencias, bem como problemas relacionados com a juventude e género, que não foram suficientemente desenvolvidos no DENARP I.

- **Adesão tardia da Guiné-Bissau ao Programa de Iniciativa do Comércio Integrado (CIR),** em 2007, e da indisponibilidade do EDIC (estudo diagnostico sobre a integração do comércio), no momento da preparação do DENARP I.

- **Fraca prioridade dada às áreas favoráveis ao crescimento económico**, incluindo as questões relacionadas com o comércio (a diversificação das exportações).

- **Falta de apropriação nacional.** Deve-se admitir que o grau de apropriação nacional do DENARP I e seu conteúdo era insuficiente. Na condução dos negócios e nas declarações de vários dirigentes nacionais, muitas vezes não se fez referência ao DENARP e seu conteúdo. Mais genericamente, para todos os sujeitos da sociedade na Guiné-Bissau, existem poucos canais ou espaços de diálogo e de disseminação de informação, envolvendo não apenas os políticos e militares, mas também a sociedade civil, governo local, líderes religiosos, media, etc.

O DENARP II tentará abordar todos esses ensinamentos em 7 (sete) pontos:

- apropriação progressiva da abordagem da estratégia de redução da pobreza com base numa visão holística das questões de desenvolvimento nacional e exercício de planificação participativo envolvendo todos os interessados;

- tendo em conta o compromisso da Guiné-Bissau tanto a nível internacional como continental nas escolhas estratégicas para reduzir a pobreza, fortalecer a paz e a segurança e melhorar a qualidade dos serviços sociais de base, nomeadamente: ODM, CEDEF, Protocolo sobre os Direitos da Mulhere da CADHP e Plano de Acção para a saúde e direitos sexual e reprodutivo;

- estimular o crescimento económico pró-pobres e diversificar as bases produtivas, através de uma combinação de acções no domínio da agricultura, pecuária, pescas e desenvolvimento das actividades de transformação e de comercialização;

- melhoria da governação nacional e local no contexto da estratégia nacional de promoção da paz e do desenvolvimento económico;

- orientações sectorias e geográfica das acções a nivel dos principais eixos do DENARP;

- redução das disparidades entre homens e mulheres e eliminação de discriminações e iniquidade em relação a mulheres;

- ligação forte entre as prioridades do DENARP II e o orçamento do Estado, através do QDMP/CDMT e orçamentos-programa nos sectores mais estratégicos (agricultura e setores sociais);

- dinamização do mecanismo seguimento & avaliação que deve ser abrangente (capazes de fornecer informações de forma desagregada a nível sectorial, geográfica, por género, etc.) e, eficiente (de utilização fácil e harmonizado).

2.2 Visão prospectiva da Guiné-Bissau

2.2.1 Guiné-Bissau 2025

A Guiné-Bissau elaborou e adoptou em 1996 uma visão prospectiva do seu desenvolvimento denominada "Guiné-Bissau 2025 *Djitu tem"*. O futuro desejado dos Guineenses daqui a 2025 pode ser resumida de forma seguinte:

- um país bem governado, onde reina a paz social e no qual a separação de poderes permite o exercício de governação de forma transparente;
- um país economicamente forte e bem integrado na sub-região, com um ritmo de crescimento demográfico sustentável e compatível com o crescimento económico;
- um país onde a desigualdade social e a pobreza são reduzidas a proporções toleráveis graças a um melhor sistema de redistribuição de rendimentos, frutos de crescimento econômicos;
- um país onde a igualdade de direito e de oportunidades entre homem e mulher é reconhecida e aplicada;
- um país democrático onde a participação da população na gestão dos assuntos públicos, deve ser um pilar do Estado de Direito a promover.

No quadro de operacionalizaçao desta visao, o governo implementou o DENARP I para o periodo 2006-2008.

O DENARP II cobrindo o periodo 2011-2015 capitaliza as conquistas e as liçoes do DENARP I atraves dos objectivos que podem ser resumidos em: reduzir a pobreza através do reforço do Estado de Direito, o aumento de crescimento económico e realização dos ODM.

2.2.2 ODM Horizonte 2020

A Guiné-Bissau está mal posicionada para atingir os ODM até 2015. Os atrasos registados na implementação das políticas públicas ambiciosas e eficazes, motivados pelas instabilidades institucionais que permanecem há mais de duas décadas explicam a acumulação do défice social e agravação da pobreza em todas as regiões do país. A Guiné-Bissau propõe-se adiar a realização dos ODM para 2020, adoptando estratégias de aceleração de certos ODM para 2015, com o objectivo de obter ganhos imediatos que exigem políticas sectoriais mais orientadas e focalizadas e meios consequentes para atingir os diferentes objectivos no horizonte 2015 e 2020. Os ganhos imediatos a realizar situar-se-ão nos seguintes sectores:

- educação primária e secundária;
- saúde e HIV/SIDA;
- água e saneamento;
- desenvolvimento da agricultura e valorização dos produtos locais na óptica da segurança alimentar

O governo iniciou em Janeiro de 2011, uma reflexão sobre as medidas urgentes a serem tomadas para reduzir as diferenças em matéria de realizações dos ODM até 2015 e outras até 2020. Um exercício nacional de avaliação das necessidades e dos custos para a realização dos ODM foi feito para cobrir os principais sectores, nomeadamente, educação, saúde, agricultura, infra-estruturas e energia. As primeiras indicações deste trabalho, revelam os esforços financeiros necessários para atingir os ODM. Com efeito, são necessários 210 dólares per capita por ano, ou seja, três vezes superior ao valor actualmente consagrado às atividades sectoriais dos ODM.

Os primeiros resultados da análise dos custos para o sector da educação mostra que, em média, cerca de 42 milhões USD por ano serão necessários ao nível do ciclo primário para vencer o desafio do alvo 3 relativo à escolarização primária universal. Isto, necessitará de uma escolarização massiva no primeiro ano, ou seja, cerca de 70.000 crianças em média, 1.500 professores por ano, e a construção em média, de quase 800 novas salas de aulas. Na área da saúde, os meios necessários para que a Guiné-Bissau possa atingir os ODM até 2015, são cerca de 409 milhões USD ou seja, 40,62 USD por pessoa por ano. A Saúde infantil e o VIH/SIDA estão em primeiro lugar, com 44% de custos directos, seguido de saúde materna 6%, o paludismo (5%) e a tuberculose menos de 1%.

A aceleração do processo de realização dos ODM vai exigir do Estado, por um lado, um esforço eficiente nas despesas públicas e melhoria nas receitas próprias do orçamento de Estado, e por outro, um forte advocacia para mobilizar recursos adicionais. A ajuda pública ao desenvolvimento deverá visar certos sectores estratégicos e ajudar a remediar os estrangulamentos que impedem o crescimento e a transformação estrutural, a fim de obter ganhos rápidos.

As condições necessárias para garantir o salto qualitativo nos sectores-chaves concernentes pelos ODM são: i) as políticas e programas sectoriais coerentes e bem coordenados, ii) um sistema de alocação de recursos orçamentais baseados nos ODM, iii) os poderes locais e as comunidades de base mais responsabilizados na disponibilização, e na gestão de certas infra-estruturas de base, iv) as capacidades institucionais e humanas mais preparadas para a implementação e seguimento das políticas sectoriais e a tomada em conta da dimenção género; v) uma sociedade civil mais envolvida em todas as etapas dos ODM.

2.2.3 Metodologia e processo de elaboração do DENARP II

Para corrigir as insuficiências do processo de preparação do DENARP I, além dos esforços para melhorar a qualidade dos documentos técnicos, a elaboração do DENARP II envolveu todos os actores de desenvolvimento, garantindo uma ampla participação das partes concernentes a fim de manter o controle e apropriação do DENARP II por nacionais.

No quadro da formulação do DENARP II, Foram igualmente desenvolvidos esforços no sentido de envolver as mulheres em todas as fases do processo, assim como as instituições e as competências que podem ajudar a identificar as necessidades, os direitos, os interesses e as prioridades diferenciadas das mulheres e dos homens.
Este processo, aberto e inclusivo, seguiu as seguintes etapas:

1. **Lançamento oficial do processo**

O início do processo de elaboração da segunda Estratégia Nacional de Redução da pobreza teve lugar com a cerimónia de lançamento oficial do processo, em 23 de Abril de 2010, sob o alto patrocínio de Sua Exc[a]. o Primeiro-Ministro. Além das orientações claras de Sua Excelência o Primeiro-Ministro sobre as prioridades do Governo para os próximos anos, transmitidas na ocasião, esta cerimónia serviu igualmente para tornar público o primeiro relatório de Seguimento e Avaliação do DENARP I elaborado em 2009.

2. **Seminario de validação e adopção técnica dos documentos metodológicos de orientação dos trabalhos**

Um fórum de validação dos documentos técnicos de orientação metodológica de todo o processo teve lugar entre 13 e 14 de Maio de 2010, juntando os técnicos de todos os departamentos ministeriais, sector privado e outros parceiros (num total de 36 pessoas, sendo 6 delas de sexo feminino). Esta reunião procedeu, igualmente, a validação do quadro organizacional de pilotagem dos trabalhos.

3. **Constituição de Grupos Temáticos**

Nove grupos de trabalho foram constituídos sobre os temas a seguir discriminadas, cuja composição integram técnicos dos departamentos estatais, do sector privado e da sociedade civil, bem como representantes dos parceiros de cooperação: (1) Reforma do sector da Defesa & Segurança; (2) Reforma da Administração Pública, capacidades institucionais e descentralização; (3) Agricultura e Segurança Alimentar; (4) Gestão macroeconómica e sectores portadores de crescimento; (5) População, capital humano e sectores sociais; (6) Pobreza, vulnerabilidade e desigualdade; (7) Infra-estruturas económicas, energia e telecomunicações; (8) Sector privado e emprego; e, (9) Seguimento & avaliação. Um dos grupos, a saber o sexto foi presidido pelo Ministério da Mulher que tutela o Instituto da Mulher e Criança (IMC). As mulheres representaram 13,6% dos efectivos dos grupos de trabalho que elaboraram os relatórios temáticos, o que constituiu um avanço em relação ao primeiro DENARP.

Os trabalhos dos Grupos Temáticos (GT), que se desenrolaram de Maio a Setembro de 2010 permitiram estabelecer um diagnóstico sobre os diferentes temas, identificar os estrangulamentos e delinear as estratégias para sustentar os eixos do DENARP II.

4. **Seminários específicos sobre diversos temas**

Uma das limitações do DENARP I foi a fraca abordagem das questões transversais. Para corrigir esta lacuna, logo no inicio do processo de elaboração do segundo documento de estratégia, foram organizados quatro (4) seminários específicos (entre Julho e Dezembro de 2010), destinados a capacitar os técnicos implicados na sua preparação, sobre as questões ligadas ao VIH/SIDA, género, ambiente, seguimento e avaliação e direitos humanos.

5. **Consultas regionais e nacionais**

Para auscultar as populações sobre as suas aspirações, foram organizadas duas (2) consultas regionais em cada uma das oito (8) regiões do país e duas (2) consultas nacionais entre Outubro 2010 e Maio 2011. Estes espaços de auscultação serviram de fórum para um melhor enquadramento das preocupações das populações, assim como para uma melhor apropriação

do conteúdo das estratégias, De igual modo, as consultas ao nível nacional ofereceram ocasiões para o sector privado e a sociedade civil exprimirem as suas opiniões sobre as prioridades propostas, bem como as suas expectativas sobre o reforço da sua parceria com o governo. Os esforços feitos no sentido de uma maior participação das mulheres permitiram, igualmente, um melhor conhecimento das necessidades, prioridades e perspectivas diferenciadas dos homens e das mulheres no que concerne a redução da pobreza e a planificação do desenvolvimento.

6. Reuniões do Comité Técnico

O Comité técnico é constituído por representantes do Governo, do sector privado e dos parceiros de desenvolvimento e reuniu-se em três sessões para avaliar as sucessivas versões do DENARP II, incluindo a validação final, e antes de apresentação do documento ao Comité de Pilotagem.

7. Reuniões do Comité de Pilotagem

Presidido por Sua Excelência o Primeiro Ministro, o Comité de Pilotagem é a instância máxima do processo de elaboração e validação do documento de estratégia, integrando membros do Governo e representantes de demais instituições da República, bem como o sector privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento. Este comité reuniu-se em duas sessões:

- a 8 de Novembro de 2010, para avaliar os avanços dos trabalhos de elaboração do DENARP II. Nesta ocasião, foi igualmente apresentado o Segundo Relatório de Seguimento de DENARP I e;
- em Maio de 2011 para a validação final do documento.

Por outro lado, o processo de elaboração do DENARP II baseou-se na análise, consideração e síntese (e por vezes a harmonização) de diversos documentos oficiais, e de inquéritos e estudos. Tratam-se nomeadamente de:

a. Planos Sectoriais (Saúde, Educação, Plano OMD-SMDD 2010, etc ...) adoptadas ou em vias de adopção pelo Governo, estados os aspectos essenciais reflectidos no DENARPII;

b. Três principais operações estatísticas, recentemente realizadas: (i) Recenseamento Geral da População e Habitação - RGPH (2009), (ii) Inquérito de Indicadores Múltiplos compreendendo os aspectos demográficos de saúde reprodutiva MICS4/IDS (2010), e (iii) o segundo lnquerito Ligeiro para Avaliação da Pobreza - ILAPII (2010); (iv) a analise das capacidades institucionais nacionais no domínio do género – IMC (2008); e**,** **(v)** o inquérito sobre a equidade e a igualdade no domínio do género, INEP (2010).

c. Estudos realizados especialmente pela necessidade de elaboraçao do DENARP II: (i) o estudo sobre as fontes de crescimento económico; (ii) o estudo sobre a pobreza não monetária e, (iii) a avaliação das necessidades e dos custos para a realização dos ODM. Aos quais se acrescentam outros estudos pertinentes já validados oficialmente, tais como EDIC (2009) e PNIA (2010).

Um outro elemento importante do processo foi a articulação do DENARP II com os quadros de orientação política sub-regional e os demais documentos-quadro acordados com os parceiros de desenvolvimento.

2.3. Orientações estratégicas

2.3.1. Referência do desenvolvimento e da programação

Apesar das dificuldades de implementação do DENARP I e a precariedade das instituições, devido ao difícil relacionamento entre as autoridades civis e militares, a Guiné-Bissau inscreveu sempre as suas acções de desenvolvimento num quadro de planificação a curto e médio prazo. O DENARP II, é a continuação desta abordagem, com acento particular na integração dos ODM e tomada em consideração, com maior clareza, das questões do desenvolvimento, incluindo também as prioridades de governação que tanto preocupam os decisores políticos nacionais e os PTF.
O DENARP II distingue-se do DENARP I sobretudo pelo seu horizonte temporal (5 anos) e seu quadro de operacionalização (QDMP e OP), também será institucionalizado um novo dispositivo de seguimento e avaliação e sua articulação com o seguimento dos orçamentos-programas.

A fim de precisar e operacionalizar as grandes prioridades nacionais, o Governo multiplicou esforços para, de um lado, dotar os principais sectores prioritários de estratégias sólidas e por outro, de planos de acções. A descriminação seguinte põe em evidência o esforço realizado nos últimos anos. O Governo iniciou vários exercícios de planificação e de programação, em particular:

- Estudo Diagnóstico para a Integração do Comércio (EDIC);
- Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA);
- Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS II) para 2008-2017;
- Estratégia Nacional de Luta Contra o VIH / SIDA;
- Estudo sobre as fontes de crescimento realizado em 2010;
- Estrategia Nacional do Genero em curso de finalizaçao;
- Carta Política do Sector da Educação, 2009-2020;
- Plano Trienal para o Desenvolvimento da Educação cobrindo o período 2011-2013;
- Plano Director da Água e Saneamento, 2010-2020;
- Instrumentos de Programação plurianuais em curso de Elaboração (QDMP, OP, etc.);
- Uma plataforma de gestão de ajuda publica ao desenvolvimento em fase de implementação.

Todavia, devido à vulnerabilidade de todos os sectores económicos da Guiné-Bissau em relação as alterações climáticas, estes exercícios de planificação integram os riscos ligados as alterações climáticas assim como as estratégias de adaptação a esses riscos, com vista a torná-los mais resistentes às mudanças climáticas.

2.3.2 Objectivos

O principal objectivo do DENARP II é de reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões, criando mais oportunidades de rendimentos, de emprego e melhorando o acesso aos serviços públicos básicos de qualidade num Estado de Direito reforçado.

Os principais objectivos específicos são:

i. reduzir a incidência de pobreza ao nível nacional de 69,3% em 2010 para 59% em 2015 e a extrema pobreza de 33% para 20%, no decorrer do mesmo período,tendo em conta as disparidades entre homens e mulheres;
ii. reduzir a taxa de insegurança alimentar de 32% para 16% em 2015;
iii. Atingir a taxa de crescimento económico anual de 4,3% em 2011, 4,5 em 2012, e 5% em média anual entre 2013 e 2015;
iv. estabilizar o contexto de segurança do pais por uma reforma harmonizada das forças de Defesa e Segurança pela reduçao dos seus efectivos para (3430) melhorando a sua capacidade de intervenção e suportando a reconversão e reintegração dos seus efectivos separados (2300 para ida a reforma) e cerca de 1000 ilegíveis, a desmobilização e reeintegraçao na vida civil;
v. reduzir a massa salarial em relação as receitas fiscais de 63% em 2010 a 59% em 2015;
vi. reduzir as despesas da função pública, através de reestruturação e modernização das instituições públicas, incluindo aquelas ligadas às forças de Defesa e Segurança;
vii. eliminar as desigualdades estruturais entre homens e mulheres;
viii. atingir a escolarização universal primário daqui à 2015;
ix. reduzir a taxa de mortalidade infantil e juvenil, respectivamente, de 113 e 158 por mil nados vivos em 2010, para 90 e 120 por mil nascimentos em 2015;
x. reduzir a taxa de mortalidade materna de 800 à 600 por 100 mil nascimentos entre 2010 e 2015;
xi. reduzir a taxa de prevalência de VIH/SIDA de 7,8% à 5,9% entre 2010 e 2015;
xii. alargar o acesso à água potável, atingindo a taxa de acesso de 65% em 2015 comparativamente à taxa de 40% em 2010;
xiii. dotar o país de instituições jurídicas e judiciais operacionais, acessíveis à população ao nível central e ao nível das regiões;
xiv. traduzir os engajamentos internacionais e continentais ractificados pela Guiné-Bissau em leis nacionais com vista à sua aplicação;
xv. assegurar 60% de cobertura nacional de aprovisionamento em electricidade e 80% para os centros urbanos;
xvi. dotar o país de programas e projectos de valorizacão dos serviços de eco-sistema junto as comunidades locais e reforço da sua capacidade de adaptacão aos efeitos das mudanças climáticas;
xvii. dotar o país de um Plano de Ordenamento do Território harmonizado com a UEMOA e de um sistema nacional de informação geográfica operacionais;
xviii. Aumentar os investimentos em gestão durável das terras através da adopção de um Plano Estratégico de Investimento no sector, visando fazer face à degradação crescente das terras, incluindo a flora, a fauna e os recursos em água;
xix. Diversificar as exportações com vista a redução de vulnerabilidade e a melhoria da segurança alimentar;
xx. aumentar a superficie das áreas protegidas que estão sob gestão melhorada.

Os principais objectivos quantitativos da estratégia, como pontos de referência para o DENARP II, inscrevem-se na visão "Djitu ten", nos ODM, dos comprimissos específicos à nível internacional e continental e na estratégia de melhoria da governação.

Tabela 6: Pontos de referência dos objectivos do DENARP II

Domínios	Indicadores	Situação em 2010	Situação em 2015
Pobreza monetária e insegurança alimentar	8. Incidência da pobreza monetária (%) 9. dos quais meio rural	**69,3** **79,5**	**59,0** **68,0**
	• Taxa de malnutrição	32 %	16 %
Crescimento	▪ Taxa de crescimento real do PIB (%, média 2011-2015)	3,5	5
	▪ Taxa de crescimento do PIB/habitante em %	1	2,7
	▪ Taxa de investimento público (% PIB)	…	…
Estabilização macroeconómica	▪ Carga fiscal (%, média 2011-2015)	6,7	10
	▪ Taxa inflação (%, media 2011-2015)	2,3	3
	▪ Saldo orçamental (% PIB) –incluindo donativos	-2,9	0
	▪ Massa salarial/receitas fiscais	63,2	40
	▪ Défice da conta corrente (% PIB)	…	…
Educação	▪ Taxa líquida de escolarização primária (%)	67,4	100
	▪ Taxa de retenção na primária (%)	…	…
	▪ Taxa líquida de escolarização secundária (%)	23,5	40
	▪ Taxa de analfabetismo dos adultos > 15 ans (%) ▪ Para as raparigas ▪ Para os rapazes	56 64,1 47,9	35 43 27
Género	▪ Rácio raparigas/rapazes na prmária	0,93	0,98
	▪ Rácio raparigas/rapazes na secundária ▪ Rácio raparigas/rapazes por formação profissional ▪ Proporção de assento no parlamento ocupado por mulheres ▪ Proporção de raparigas vítimas de violência de VBG (todos os tipos), que apresentaram queixa a uma instituição competente	0,73 … 10 28,6	0,95 … 30 50
Saúde	▪ Taxa de mortalidade infantil (‰)	103	80
	▪ Taxa de mortalidade infanto-juvenil (‰)	158	110
	▪ Taxa de mortalidade materna (‰)	800	600
	▪ Taxa de malnutrição (%) ▪ Taxa de mutilação genital feminina para as raparigas (0 à 14 anos)	… 38,7	… 28
Água potável e saneamento	▪ Taxa de acesso a agua potável no plano nacional (%)	40	65
	▪ Taxa de acesso a água potável a nível urbano (%)	53	75
	▪ Taxa de acesso a água potável no meio rural (%)	40	55
	▪ % dos agregados famíliares dispondo de infra-structuras sanitárias no meio urbano ▪ Agregado com chefe de família mulher ▪ Agregado com chefe de família homem	35 … …	50 … …
	▪ % dos agregados famíliares dispondo de infra-structuras sanitárias no meio rural ▪ Agregado com chefe de família mulher	5	25

	▪ Agregado com chefe de família homem	… …	… …
VIH/SIDA	▪ Taxa de seroprevalência 15-44 anos (%) ▪ Mulheres ▪ Homens ▪ Proporção de órfãos e crianças vulneráveis identificados e sob encargo de um programa	2,6 … … …	1,0 … … 60
	▪ Rácio de beneficiários ao tratamento ARV (%) ▪ Mulheres ▪ Homens	… … …	… … …
Ambiente	▪ Rácio de áreas protegidas no território (%)	…	…

2.3.3. Orientações Estratégicas

O baixo nível de desenvolvimento humano e a última situação de referência em matéria de pobreza em 2010, assim como os primeiros elementos de MICS-4/IDSR-2010 conduziram a escolha dos quatro eixos estratégicos do DENARP II:

- Eixo1: Fortalecer o Estado de Direito e as Instituições Republicanas;
- Eixo 2: Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo;
- Eixo 3: Promover o desenvolvimento económico inclusivo e durável;
- Eixo 4: Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano.

➢ Eixo1: Fortalecer o Estado de Direito e as Instituições Republicanas

Este eixo refere-se à construção, as estruturas e a autoridade do Estado, a sua capacidade de desenvolver novas práticas de governação política e administrativa com vista a instaurar o Estado de Direito e a segurança permanente para as pessoas e seus bens. Destacam-se agendas importantes ligadas a melhoria da situação dos direitos humanos e os mecanismos de prevenção e gestão de crises.

A afirmação da separação dos poderes, a segurança e o Estado de Direito constituem a primeira pedra do edifício. Isto implica a aceleração e a condução em termos de reformas engajadas nos sectores da Defesa e Segurança. O funcionamento regular e a eficácia das instituições democráticas é uma das garantias principais da estabilidade do país para operar uma viragem decisiva das constantes instabilidades políticas dos últimos anos ligadas à interferência das Forças armadas na condução dos assuntos do país. A isto se acresce necessariamente a luta contra a proliferação de armas de pequeno porte e tráfico de drogas através de dispositivos de prevenção e mecanismos dissuasivos.

O respeito dos direitos humanos e o desenvolvimento do sistema judiciário serão fortemente apoiados para vencer, ao menos, três grandes desafios: i) tornar os direitos humanos efectivos nos textos jurídicos e na prática das instituições; ii) conceder uma atenção particular a capacidade de acesso das mulheres e dos jovens à justiça iii) proporcionar mais recursos às instâncias judiciárias/penitenciárias e iv) tornar efectiva à Autoridade da Lei;

A reforma da administração pública é uma importante prioridade do DENARP II a fim de assegurar o êxito de novas políticas públicas e o desenvolvimento do Estado de Direito. A modernização da administração pública, determina a renovação e a eficácia dos serviços do Estado na condução das políticas públicas. Os principais desafios para 2015 são: i) redimensionar as funções do aparelho administrativo e rever o tamanho da administração pública, ii) reforçar as capacidades das instituições e, iii) melhorar a gestão dos recursos humanos;

Finalmente, o relançamento do processo de descentralização e desenvolvimento local através da adopção de uma abordagem progressiva na criação de autoridades locais e de transferência de competências/recursos para as comunidades desempenharem o seu papel na dinamização das economias e promover o governação local.

➢ Eixo 2: Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo

O presente eixo, atribui uma importância estratégica para os fundamentos macroeconómicos e a boa gestão das finanças públicas, visando criar condições óptimas para a retoma do crescimento e desenvolvimento do sector privado.

As prioridades deste eixo são:

- Melhorar a base macro-económica e a gestão das finanças públicas, permitindo a criação de melhores condições para o relançamento do crescimento económico e a atracção de investimentos estrangeiros, aprofundando a reforma das finanças públicas em curso (regime fiscal e aduaneiro, aumento das receitas e carga fiscal, domínio das despesas públicas, etc.). A consolidação das bases orçamentais deverá ser igualmente acompanhado de uma evolução progressiva para um novo quadro orçamental (QDMP). Os instrumentos de planificação e programação serão melhorados, apoiando-se no sistema estatístico em reforma;

- Promover o desenvolvimento do sector privado: i) melhorando o quadro jurídico e administrativo de negócios, ii) desenvolvendo o sistema financeiro para um melhor aos operadores económicos e tendo em conta as diferenças homem/mulher em termos de estatuto social de facto; e, iii) desenvolvendo parcerias público-privadas, a fim de melhorar a gestão de alguns serviços económicos prestados às empresas (porto, aeroporto, desenvolvimento urbano, etc.).

- Uma atenção particular será dada ao incentivo ao sector privado na promoção do investimento em energias de fraca emissão de carbono, nomeadamente as energias renováveis descentralizadas.

➢ Eixo 3: Promover o desenvolvimento económico inclusivo e durável

Este eixo baseia-se na importância do crescimento económico e na redução da pobreza. Diferente do DENARP I, opta pela escolha estratégica de certos sectores produtivos, susceptíveis de criar empregos e diversificar as bases de produção. As principais prioridades são as seguintes:

- **Apoiar e acompanhar o desenvolvimento das fileiras promissoras no sector agrícola** (agricultura, pesca, pecuária), assim como o turismo. Estes sectores beneficiarão de investimentos prioritários em termos das infra-estruturas agrícolas e de serviços de enquadramento das actividades produtivas e de comercialização, incluindo as indústrias de transformação de produtos locais.

- **Acelerar o desenvolvimento das infra-estruturas económicas básicas,** incluindo as energéticas (alargamento das infra-estruturas de produção e de distribuição) e de transportes (rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo), como parte de novas políticas sectoriais e de reformas institucionais e em conformidade com as exigencias ambientais, nomeadamente aquelas relacionadas às mudanças climáticas. Serão privilegiadas as soluções que se inscrevem num desenvolvimento económico de baixas emissões de gases com efeitos de estufa. Este objectivo será atingido através da sua plena priorização e remoção de obstáculos, aproveitando as oportunidades de financiamento no âmbito do programa de mitigação das mudanças climáticas, especialmente MANAs (medidas de mitigação nacional apropriadas).

- **Promover o emprego, sobretudo dos jovens no quadro duma política nacional de emprego e formação profissional e de um plano de acção plurianual direccionado.** Os desafios são: reforço da formação profissional e identificação de programas específicos que permitem maximizar a criação de empregos. No quadro de programas regionais de desenvolvimento e de melhoria das infra-estruturas urbanas, isto passará pela valorização da abordagem da alta intensidade da mão-de-obra (AIMO/HIMO) em obras urbanas e manutenção de estradas.

- **Desenvolver as capacidades institucionais, técnicas e financeiras** que permitirão à Guiné-Bissau tomar medidas urgentes para fazer face as catástrofes climáticas que podem prejudicar a consecução dos objectivos de desenvolvimento (inundações, secas, degradação dos solos e das florestas, perturbação dos ciclos de chuva, surtos e epidemias, etc ...) e permitir a integração a médio e longo prazos, dos riscos climáticos nas diferentes políticas, processos de planificacao e decisões de investimento dos sectores portadores de crescimento, com vista a torná-los mais adaptaveis às mudanças climáticas.

➢ Eixo 4: Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano

O presente eixo, centrado na aceleração do processo de realização dos ODM, visa desenvolver o capital humano no quadro da melhoria da vida da população e de género, no contexto das novas políticas sectoriais e transversais. Este eixo assentar-se-á em:

- **elevar o nível de desenvolvimento do capital humano**, através de prosseguimento de esforços de melhoria dos sistemas educativo, sanitário, bem como a alfabetização, visando os ODM para a educação (taxa de escolarização de 100% e paridade de género na educação primária e secundária) e saúde (cobertura vacinal integral das crianças e redução da mortalidade materna). Os esforços incidirão sobre o investimento para compensar os atrasos e visarão igualmente, acessibilidade e a qualidade de prestação de serviços;

- **melhorar o acesso à água potável e as condições de vida das populações**, através da criação de programas focalizados no aumento do acesso à água potável, sobretudo, nas zonas rurais e no desenvolvimento de infra-estruturas adequadas em matéria de saneamento. A gestão de resíduos domésticos, especialmente nas áreas rurais, fará parte integrada de um programa de desenvolvimento urbano, abrangendo as grandes e pequenas cidades. A revitalização do sector da habitação, com foco em grandes centros urbanos será integrada na política nacional de promoção da habitação;

- **promover o género** a fim de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres em todas as áreas. visando a implementação dos ODM 3, a CEDAW e as Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança e do Protocolo Adicional ao CADHP. Tratar-se-a de: i) melhorar o acesso das mulheres aos serviços sociais de base, as oportunidades econômicas e ao poder de decisão ao nível conjugal e da família, assim como a todos os níveis de governação; ii) melhoria do seu estatuto jurídico e garantia do exercício dos seus direitos em todos os dominios, incluindo no contexto do combate às violências baseada no género (VBG).

2.3.4. Princípios directores

1. Adopção de uma postura de desenvolvimento num Estado de Direito

A paz, o desenvolvimento e o direito constituem pedras angulares da intervenção do DENARP II. Trata-se de tomar em conta as lições tiradas do DENARP I e a evolução da pobreza no País.

O DENARP I estava bastante focalizado na questão da governação e segurança, em detrimento das prioridades do desenvolvimento. O ILAP/2010 revelou o agravamento da pobreza, que afecta dois terços da população do país, nomeadamente a populacão feminina. Para reduzir significativamente esta pobreza generalizada, as acções retidas no DENARP II, inscrevem-se nas perspectivas de desenvolvimento, onde os apoios aos sectores produtivos e às infra-estruturas serão feitos num contexto de durabilidade e, onde a paz, a segunaça e o exercício do direito, constituem condições prévias.

A luta contra a pobreza, tendo em conta as representações diversificadas e o fenómeno multifacetado, exige, em primeiro lugar, uma postura prospectiva, isto é, que o Estado tenha bons conhecimentos sobre o futuro e as aspirações do país, e desenvolva capacidades de antecipação, adotando as boas práticas de governação e de segurança. A visão prospectiva Guiné-Bissau 2025 e os instrumentos de programação em desenvolvimento (os planos sectoriais e QDMP) oferecem um quadro coerente de declínio das prioridades a curto, médio e longo prazos de políticas e programas de redução da pobreza. Trata-se de inscrever as orientações do DENARP II numa visão ambiciosa de crescimento com alto impacto na criação de emprego e de um tecido de pequenas e médias empresas.

2. Respeito e desenvolvimento dos direitos humanos

Existe uma relação estreita entre a redução da pobreza, desenvolvimento e direitos humanos. O desenvolvimento económico que respeite os direitos sociais e económicos é provável que tire as pessoas da pobreza e da precariedade e, portanto, contribui para a realização dos direitos humanos. O desenvolvimento humano nas suas múltiplas dimensões da segurança (económica, social, jurídica, etc.) visa melhorar o bem-estar e o pleno respeito pela dignidade humana. A pobreza é uma negação dos direitos humanos e limita severamente o âmbito das liberdades dos cidadãos mais pobres, privando-os de bens necessários para viver com dignidade.

Os direitos humanos devem ser desenvolvidos em todas as esferas para inverter a actual tendência a fim de garantir os direitos económicos, sociais e jurídicos de cada indivíduo.

3. Necessidade de ter em conta a dimensão género

A avaliação DENARP I, mostrou os efeitos limitados da não consideracao das questões de género na melhoria das condições de vida das famílias. Todos os estudos e inquéritos realizados ao longo dos últimos cinco anos permitiram ao DENARP II localizar as diferenças entre os sexos e tratar melhor a contribuição da mulher no crescimento económico, no desenvolvimento social e na governaçao. A abordagem adoptada põe em destaque dois níveis: o nível transversal e o nível sectorial, de forma a assegurar uma forte advocacia política e

social na promoção económico e social da mulher. Isto responde a uma vontade expressa da Guiné-Bissau em optar por um desenvolvimento equitavel e durável e construir uma sociedade na qual o homem e a mulher "são iguais perante a lei em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural", conforme especificado na Constituição da República, em seu artigo 25. Isto implicará, nomeadamente, i) luta contra todas as formas de discriminação contra a mulher; ii) acesso equitativo às oportunidades de emprego e de rendimentos; e, iii) melhoria de acesso as posições de liderança e de tomada de decisão.

4. Consideração da problemática do reforço de capacidades

As lições aprendidas, com o DENARP I, revelaram o fraco desempenho das estruturas de gestão, assim como da missão devido a um défice de apropriação dos programas, das capacidades profissionais e dos apoios requeridos. A mesma constatação é válida para todos os outros sectores (educação, saúde, etc.). A superação dos défices das capacidades surge como uma condição necessária para o sucesso do DENARP II. No entanto, o reforço das capacidades não se limita apenas aos aspectos da formação. Deve ser entendido de uma forma holística, integrando a dimensão institucional e elementos como a formação, atitudes e práticas profissionais, logística e motivação.

Os apoios actuais dos PTF em matéria de reforço de capacidades, sob diversas formas (administração pública, ENA, etc.), são os primeiros elementos de uma estratégia mais ampla a definir e implementar no quadro do DENARP II.

O Governo, no quadro de um programa mais ambicioso de reforço de capacidades, desenvolverá acções à volta dos seguintes objectivos:

- elevar o nível de desenvolvimento do capital humano através de investimentos massivos nos sistemas educativo e sanitário;
- aproveitar as oportunidades da integração da Guiné-Bissau na UEMOA para a troca de experiências e determinados benefícios económicos;
- reforçar as capacidades de coordenação de ajuda pública ao deselvolvimento;
- desenvolver os centros de formação profissional e universitário; e,
- fortalecer o sistema estatístico nacional, visando atingir quatro metas: seguimento da pobreza e desenvolvimento social; desenvolvimento de politicas para definição de metas quantitativas; realização de projeções e identificação de progressos realizados e, seguimento de implementação de politicas.

5. A promoção de um desenvolvimento durável, mais resistente às mudancas climáticas

A questão da mudança climática é um dos desafios do desenvolvimento mais importante neste século XXI. Segundo o último relatório do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC), o mundo esta a fazer face neste momento, a um aumento da sua temperatura média que ira atingir 2 ° C em 2050. O Relatório Global sobre Desenvolvimento Humano 2007/2008 notificou que a realização de alguns objectivos de Desenvolvimento do Milénio, incluindo a redução da pobreza, estarão comprometidos devido a cinco factores de desenvolvimento humano afectados por alterações climáticas, incluindo a redução da

produtividade agrícola, o aumento da insegurança na água, a exposição aos fenómenos climáticos extremos/condições meteorológicas extremas, desestabilização dos ecossistemas e o aumento dos riscos de saúde (PNUD, Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, 2007). O Programa de Acção Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (PANA) da Guiné-Bissau revelou que os aumentos graduais da temperatura e as reduções das precipitaçoes vão reduzir significativamente a produtividade agrícola e agravar a escassez de água. Torna-se, assim, necessário e urgente que o Governo da Guiné-Bissau tome iniciativas tais como o desenvolvimento de novas culturas, mais resistentes e mudanças nos sistemas agrícolas a fim de aumentar a resistencia de sua agricultura às mudanças climáticas, a protecção dos ecossistemas costeiros e medidas para a redução dos riscos ao longo prazo, como a integração das mudanças climáticas nos planos locais de desenvolvimento, planos de ordenamento florestal e de ocupação dos solos e, em geral nas políticas e estratégias de desenvolvimento.

Para uma melhor eficiência, as iniciativas tomadas no contexto das mudanças climáticas não devem ser esforços isolados, limitando-se nos projectos individuais de adaptação ou de mitigação das mudanças climáticas. Eles devem inscrever-se numa perspectiva de coerência e de integração num quadro político mais amplo, desenvolvendo abordagens estratégicas e programáticas que integram as politicas de desenvolvimento climático, a planificacao de politicas e de acções a nível nacional, regional e local, envolvendo todos os sectores da economia guineense e integrando todas as outras dimensões de gestão ambiental e dos recursos naturais, nomeadamente a conservação da biodiversidade, a gestão durável de terras e águas.

6. Promover uma nova parceria com os PTF

O sucesso DENARP II requer a implementação de uma nova parceria entre o Governo e os parceiros técnicos e financeiros, com base no diálogo político, aberto e justo. Neste quadro, ao Governo compete definir estratégias e políticas de desenvolvimento e aos parceiros técnicos e financeiros caberá a inscrição dos seus apoios para a sua implementação, em conformidade com os princípios da Declaração de Paris.

Esta parceria passará necessariamente pela afirmação do Estado de Direito, da segurança, do profissionalismo e da eficácia da administração pública. Uma liderança nacional credível, o desenvolvimento de novas práticas de governação e adopção dos objectivos gerais DENARP II, são atributos que facilitarão os PTF a se inscreverem nas prioridades nacionais em matéria de redução da pobreza e do reforço das instituições do país. É igualmente necessário tomar em conta as seguintes preocupações:

- Assegurar a coerência entre o DENARP II e as escolhas já confirmadas no Documento da Política Naciona de Ajuda em finalização;
- Reafirmar o alinhamento das intervenções dos parceiros aos objectivos do DENARP II;
- Reafirmar o alinhamento dos parceiros de desenvolvimento, respeitando os princípios da situação de fragilidade;
- Reforçar a participação inclusiva dos diferentes actores governamentais e não governamentais no processo de desenvolvimento e de ajuda ao desenvolvimento.

2.4 Os quatros eixos estratégicos do DENARP II

2.4.1. Eixo I: Fortalecer o Estado de direito e as Instituições republicanas

Os sucessivos atentados à ordem constitucional, o estado de crise que assola a justiça e a manutenção da ordem e segurança públicas, e a não submissão do poder militar ao poder civil contribuiram para o enfraquecimento da autoridade do Estado, do Estado de Direito democráticoe das instituições republicanas, com reflexos directos na governação e n respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Esses problemas foram agravados nos últimos anos pelo surgimento do fenomeno do tráfico de droga, do crime organizado, e pelas ameaças que representam para a democracia, a governação e a segurança do Estado e das populações, bem como para a imagem externa do país e mobilização de parcerias para o desenvolvimento.

Face ao acima exposto, o reforço do Estado de direito e das instituições republicanas são, entre outras, as prioridades do DENARP II. O principal desafio é o de promover a consolidação da paz e estabilidade e criar as bases para o desenvolvimento sustentável e bem-estar para todos. Nesta perspectiva, o Governo pretende prosseguir e intensificar os esforços já engajados, fundamentalmente em seis domínios chaves, que são: (i) a reforma do sector da defesa e segurança; (ii) a reforma da justiça e da afirmação do Estado de Direito; (iii) o reforço das capacidades da Assembleia Nacional, enquanto órgão legislativo e de controlo; (iv) a promoção da reconciliação e do diálogo nacional; (v) a promoção do desenvolvimento participativo através da descentralização e do desenvolvimento local; e (vi) a prevenção e gestão de emergências.

1. Reforma do sector de Defesa & Segurança (RSDS)

As repetidas interferências das Forças de Defesa e de Segurança têm contribuído para a instabilidade política e o agravamento do clima de segurança, constituindo assim um verdadeiro obstáculo ao fortalecimento do Estado de Direito e à consolidação da paz.

Esta situação é o resultado de um longo processo histórico, datado da luta de libertação nacional devido a forte cumplicidade que sempre existe entre o sistema político e as forças armadas na condução do país pós-independência. Formadas no terreno da luta de libertação, as Forças de Defesa e Segurança não tendo operado as mudanças necessárias para se transformarem em forças republicanas e se adaptarem aos novos desafios do desenvolvimento económico e social, as forças armadas continuam ligadas à esfera política. A isto, se acrescem as fraquezas estruturais acumuladas no decorrer dos últimos decénios, que conduziram a: (i) uma inversão da pirâmede dos efectivos militares[9], ii) um fraco nível de formação, iii) um deficiente quadro legal e regulamentar que regule o funcionameto das forças armadas, e iv) uma forte resistência às mudanças, à inovação e à aplicação do direito. As forças de segurança não escaparam a estas fraquezas.

As abordagens das expriencias passadas de desmobilização, e reinserção (DR) não tiveram efeitos esperados na mudança de funcionamento das forças de defesa e segurança necessitando por isso duma nova abordagem e outras estratégias de implementação com vista a promover uma verdeira forças armadas republicanas e de segurança obdecendo as regras do Estado de direito.

[9] Conta-se mais de Oficiais que de soldados ? *(Estatísticas ??)*

O Governo é consciente dos constrangimentos e desafios que a implementação com sucesso desta reforma coloca para a preservação da paz e da estabilidade, bem como da sua sensibilidade. Estes constrangimentos são nomeadamente: à resistência a reforma no seio das forças de defesa e segurança, a deficiência das capacidades organizacionais e operacionais no seio do sector público, o fraco nível de formação, a proliferação de armas ligeiras e de pequenos calibres, a precariedade de condições de vida no seio das FDS e a fraca capacidade financeira do Estado para fazer face a esta situação. O Governo pretende na sua estratégia de implementação da reforma, mobilizar o apoio activo de todos os actores (Sociedade Civil, população em geral, parceiros de desenvolvimento), de um lado, e mobilizar o máximo de recursos técnicos e financeiros, para apoiar a reforma, de outro lado. Nesta perspectiva, o apoio da comunidade internacional incluindo a partilha de experiencia será indispensável.

Neste quadro, o Governo iniciou, com o apoio de parceiros, um ambicioso programa de reforma do SDS, cujos objetivos principais são: i) modernizaçao do sector através da melhoria do quadro legal e o reforço das capacidades materiais e humanas, ii) criação de instituições de defesa e da segurança republicanas, respeitadora da lei, do serviço público e da cidadania. Este vasto programa de reforma é baseado principalmente no seguinte: i) redimencionamento das forças de defesa e de segurança à luz das reais necessidades e capacidades económicas do país, ii) modernização da defesa e segurança, iii) salvaguarda da dignidade dos combatentes da libertação da Pátria (CLP), e iv) participação na consolidação da segurança sub-regional.

O programa está estruturado à volta de sete linhas de acções:

1. implementação de um quadro normativo das Forças de Defesa e Segurança;

2. implementação do novo quadro jurídico tornando operacional as leis adoptadas pela ANP: i) Lei de Serviço Militar Obrigatório, ii) Lei Orgânica de base da Organização das Forças Armadas, iii) Lei da defesa nacional das forças armadas, iv) Lei da Direito de Defesa Nacional e das Forças Armadas, e v) Estatuto das Forças Armadas.

3. desmobilização e recutamento visando redimensionar os efectivos militares em função das reais capacidades e desáfios do desenvolvimento do país;

4. profissionalização das forças de defesa e segurança, aumentando os níveis de educação e de formação do pessoal (formação contínua, exigência de formação superior de novas recrutas), em particular para garantir a ordem pública, a segurança de pessoas e dos bens, a luta contra o narcotráfico e o crime organizado em todo o país;

5. melhoria das condições de vida dos soldados nas casernas e modernização das infra-estruturas e equipamentos necessários para a realização de novas tarefas e funções das forças armadas. Para os paramilitares, o objetivo será a reabilitação e equipamento das esquadras de polícia e edifícios das forças de segurança;

6. implementação das opções de acompahamento dos militares, agentes desmobilizados (Homens e Mulheres) separados das forças de defesa e segurança (acesso ao Fundo de Pensões: criação e operacionalização duma caixa de pensões para as Forças de Defesa e Segurança; reinserção e reintegração sócio-económica do pessoal desmobilizado e que não atingiu a idade para se aposentar;

7. a melhoria das condições de vida e do estatuto das mulheres militares e daquelas integradas nas forças de polícia de forma a poderem beneficiar na prática dos mesmos direitos que os homens da protecção contra VBG no meio profissional;

A implementação deste programa já iniciado, com a realização de: recenseamento biométrico dos militares em 2008, censo dos combatentes da liberdade da Pátria e das forças da segurança em 2009 e avaliação das necessidades para a reabilitação de 33 casernas em 11 quartéis. Nos próximos anos, serão prosseguidos e acelerado a implementação do referido programa.

Quanto ao respeito pela dignidade dos combatentes da libertação da Pátria (CLP), o Governo prevê as seguintes acções:

1) melhorar as condições de vida dos CLP através de uma melhor adequação dos serviços à conjuntura económica e social.

2) adoptar uma nova grelha de pensão que pôe fim a precariedade material dos CLP e que honre os seus serviços prestados ao país e contribuir para a justiça social[10].

3) implementar um programa exaustivo e realista de reabilitação dos CLP, através da implicação e responsabilização dos beneficiários e atribuição de um subsídio suficientemente atractivo e compensatório para garantir a reinserção económica e social bem sucedida. A tomada em conta da problemática de reforço de capacidades dos antigos combatentes.

Esta nova estratégia inscrever-se-á numa dinâmica de implementação de:

1. plano operacional para a reforma do sector de defesa e segurança cujas actividades estão em estreita articulação com as orientações estratégicas e acções prioritárias do roteiro dos chefes de Estado maior de CEDEAO e CPLP, promulgado pelas instâncias nacional e comunitária;
2. quadro regulamentar revisto das forças de defesa e segurança;
3. opções, tais como, a reforma/Fundo de pensões que deve ser coerente com a reforma da administração pública ou a reintegração económica que vai encontrar a sua articulação com os objectivos de desenvolvimento económico do país.

Quanto à participação na consolidação da segurança e estabilidade na sub-região, os esforços serão concentrados em apoiar os esforços de manutenção da paz (criação de um batalhão de manutenção de PAZ), incluindo a promoção do intercâmbio entre as forças de defesa e segurança, nos termos da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A reforma das forças armadas e da segurança contribuirá para: i) estabilidade política e segurança do país, 2) reforma estrutural das instituições públicas 3) dotação do país de órgãos públicos de qualidade, capaz de lutar contra os factores e vectores de criminalidades nacional e regional.

[10] A título de exemplo um pensionista capitão recebe 16 370 Fcfa enquanto que o seu superior imediato, major reformado recebe 192 152 fcfa, ou seja, a cerca 12 vezes mais. Cerca 97% dos CLP recebem uma pensão inferior a 16 000 Fcfa.

2. Luta contra a proliferação de armas ligeiras de pequenos calibres e tráfico de drogas

Os fenómenos da insegurança e do crime organizado nos últimos anos têm atingido níveis insustentáveis na África Ocidental, favorecidos pelos conflitos armados na sub-região e seu corolário com o tráfico de armas ligeiras de pequenas calibre, e pelas fraquezas das instituições públicas, mal formados e pouco equipados. Além disso, acresce-se a expansão da pobreza, muitas das vezes num contexto que favorece a corrupção e também enfraquece a capacidade de acção do Governo.

Fragilizada pelas consequências da guerra, a Guiné-Bissau, com sérias dificuldades para controlar as suas fronteiras e com sua posição estratégica próxima da Europa e uma costa permeável (labirinto de ilhas), constitui um lugar ideal para as organizações criminosas que asseguram o armazenamento e o trânsito de produtos ilegais, concretamente o narcotráfico. Estas redes, recorda-se, são de origem estrangeira, e sempre dotadas de meios consideráveis para desestabilizar as instituições do Estado, já bastante fragilizadas por mais de uma década de instabilidades e penúrias de recursos humanos, materiais e financeiros.

Consciente disto, o Governo, com o apoio dos PTF, já começou a reformar os serviços de Segurança tendo em vista reforçar as suas capacidades em fazer respeitar a lei e a ordem. Em 2006, institucionalizou a Comissão Nacional para luta contra a proliferação das armas ligeiras e de pequeno calibre. Também em 2007, preparou e adoptou um Plano de luta contra a droga. A nível sub-regional, os países da CEDEAO adoptaram igualmente a «Convenção sobre as armas ligeiras e de pequeno calibre na zona CEDEAO». Esta convenção prevê a interdição de transferência de armas para os países membros, o reforço da lei e a participação nas operações de manutenção da paz. Prevê igualmente a proibição, sem exepção, da transferência de armas às organizações não governamentais, sem aprovação do país importador.

Mas, os resultados são ainda mitigados. Para continuar a lutar eficazmente contra a proliferação das armas ligeiras e conter as acções das redes dos traficantes de droga e do crime organizado, esforços mais sustentáveis e contínuos são necessários, com as estruturas nacionais bem formadas, melhor equipadas e bem organizadas.

Nesta perspectiva, os esforços devem ser internos e igualmente, em larga medida, a nível sub-regional e internacional. As principais intervenções far-se-ão em dois (2) níveis: i) a nível nacional : reforço de capacidades através da reforma da legislação para implementar todas as medidas de base jurídica necessária, reorganização, formação e equipamento dos serviços de segurança, incluindo o serviço de informação do Estado; e ii) a nível sub-regional: reforço da cooperação regional e internacional (troca de informações e experiencias, desenvolvimento de abordagens sub-regional para o controlo das fronteiras). A estes dois níveis, uma assistência técnica e financeira internacional sustentada será necessária, tendo em conta os recursos limitados do país em relação aos desafios a contornar.

3. Promoção dos direitos humanos

A fim de alargar as oportunidades dos direitos humanos e garantir a dignidade de cada cidadão com os ideais dos direitos humanos na Guiné-Bissau, o Governo pretende adoptar as seguintes medidas e acções:

(1) revisão dos Estatutos da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, adaptando-os aos Princípios de Paris, que servem como directrizes gerais para a implementação e o funcionamento do organismo nacional de direitos humanos como estância de acompanhamento, alerta precoce, aconselhamento, seguimento, pesquisa, advocacia e promoção dos direitos humanos;

(2) adopção de uma política nacional para a promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania como um instrumento essencial para a harmonização das políticas públicas voltadas para: i) desenvolvimento de estratégias integradas e planos sectoriais para promover direitos humanos, e ii) promoção dos direitos fundamentais dos grupos vulneráveis, mulheres, crianças e pessoas com deficiência;

(3) implementação de medidas para lutar contra a impunidade e promover uma cultura de diálogo e tolerância através da introdução de direitos humanos no sistema nacional de educação;

(4) reforma do sistema de previdência e segurança social, para dar maior atenção aos mais vulneráveis, incluindo a prestação de apoio social, assistência social, protecção social e acompanhamento das populações na suas iniciativas para redução da pobreza e exclusão social;

(5) ratificação das convenções internacionais relacionados com os direitos humanos, incluindo o Estatuto de Roma que criou o Tribunal Penal Internacional, uma legislação específica que proteja os defensores dos direitos humanos, em conformidade com a Resolução n º 53/144, de 9 de Dezembro de 1998, da Assembleia Geral da ONU;

(6) reafirmação e alinhamento com os instrumentos internacionais relativos aos direitos através da sua implementação ou integração na legislação nacional e intensificar os esforços para apresentar relatórios em atraso para os organismos especializados;

(7) desenvolvimento de uma estratégia para eliminar práticas discriminatórias e estereótipos culturais e revogar todas as leis discriminatórias contra a mulher, e adoptar uma lei que penalize a mutilação genital feminina e o tráfico de pessoas, em particular, mulheres e crianças;

(8) intensificação dos esforços para reformar o sector da justiça, com especial ênfase na humanização do sistema penitenciário, a separação dos presos e da adopção de uma legislação que exige a plena implementação da infra-estrutura e do sistema de justiça de menores, de acordo com as disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança;

(9) revisão da legislação nacional para harmonizar as normas jurídicas nacionais com as normas internacionais sobre direitos humanos, especialmente a Constituição.

4. Reforço da Justiça e da autoridade da lei

O sector da justiça é confrontado com enormes problemas, tais como a precaridade das condições de vida e do trabalho dos magistrados, os custos elevados de acesso a justiça pelos pobres e o não respeito da ética profissional, o que justifica o fraco rescurso as instâncias jurídicas para a resolução dos diferentes litígios. A impugnação das decisões do Poder

Judiciário, desenvolve um sentimento de impunidade e desrespeito a porta da justiça e da descrença em suas decisões.

No que concerne particularmente as mulheres, um certo número de factores limitam este acesso: a persistência de lacunas jurídicas (os casamentos precoces e forçados, a excisão e as violências domésticas) e as dificuldades de execução das penas;o não acesso as infomações concernentes as possibilidades de recurso; difícil acesso as estuturas judiciarias; insuficiência de estruturas de acolhimento e de protecção das mulheres em dificuldades.

Estas fraquezas explicam amplamente o não respeito dos direitos cívicos, económicos e sociais fundamentais na Guiné-Bissau.

Prosseguindo o foco sobre a reforma do sector da defesa e segurança, o Governo pretende concomitantemente fazer da reforma do sector da justiça uma prioridade do DENARP II. Inscrito na perspectiva do reforço do capital social, da promoção das liberdades fundamentais, da repressão de todas as formas de criminalidade, esta reforma deverá contribuir na solidificação de uma base para o desenvolvimento económico e social sustentável. O governo adoptou em 2010 a sua nova politica nacional para o sector da justiça, para o período 2010-2015, com um plano de acções de três anos. A estratégia nacional para o sector da justiça definiu a missão estratégica do sector como um sistema que deve agir para garantir o Primado do Direito Democrático e a pacificação política e social, com a preservação dos valores constitucionais.

Para os próximos cinco anos, o sector da justiça visa criar infra-estruturas adequadas para responder as exigências da sociedade com os actores judiciais qualificados, permitindo a cada um, o acesso à justiça e à cidadania. A tradução desta visão passa pela criação de certas condições: i) uma boa formação jurídica dos intervenientes do sistema de judiciário; ii) uma sociedade civil activa; iii vontade política para melhorar o sistema.

As estratégias recomendadas são:

1. criação duma infraestrutura adequada para o exercício das funções institucionais;
2. reforma legislativa coerente e a promulgação da legislação;
3. formação Professional de todos os actores do sistema judiciário;
4. promoção de acesso à justiça e à cidadania.

Nesse sentido, a reforma incidirá sobre:

i) a revisão do quadro jurídico e institucional do sector para esclarecer melhor as funções e responsabilidades dos diferentes actores;
ii) a reabilitação e construção de infra-estruturas adequadas e dotação de recursos humanos necessários aos tribunais para torna-los num sistema judicial moderno acessível à população;
iii) a criação de um sistema penitenciário adequado, através da criação de um quadro legislativo e institucional apropriados, incluindo as infra-estruturas e o pessoal necessário para o seu funcionamento eficaz;
iv) a revisão dos diferentes códigos (penal, civil, etc), a fim de os adaptar as convenções, cartas e resoluções ractificadas;
v) o desenvolvimento das capacidades dos funcionários da justiça para garantir a boa administração da justiça. Para este efeito, os actores do sistema judicial serão formados

em instrumentos jurídicos nacionais, regionais e internacionais, incluindo os relacionados aos direitos humanos;

vi) a adaptação do sistema judiciário ao contexto nacional, nomeadamente pela tomada em conta do sistema tradicional de resolução de conflitos, fraco nível de instrução das populações e as dificuldades de acesso à justiça para pessoas vulneráveis. No mesmo espírito, será necessário adaptar o sistema judicial para responder aos actuais desafios que são a luta contra a corrupção, o narcotráfico e o crime organizado

vii) desenvolvimento de parceria no domínio de formação com as instituições nacionais e internacionais para a formação dos juízes, procuradores, advogados e outros áreas da justiça.

5. Reforço de capacidades da Assembleia Nacional Popular

A Assembleia Nacional Popular (ANP), enquanto Órgão máximo da Soberania Nacional confronta-se com um conjunto de problemas que a fragiliza, dificultando o exercício eficaz do poder legislativo (legislar e controlar a acção governativa). Dentre os problemas identificados, destacam-se: (i) a fraca qualificação dos Deputados, inclusive nas comissões especializadas; e (ii) a insuficiência dos recursos financeiros e materiais.

Para permitir que a ANP desempenhe plenamente o seu papel, são previstas as seguintes medidas: a) redefinir os critérios para a eleição ao posto de Deputado da Nação, insistindo no nível académico (de escolaridade) do candidato, b) reforçar a capacidade dos parlamentares e das comissões especializadas, c) reforçar a capacidade de gestão administrativa e financeira da APN a fim de assegurar uma maior independência e qualidade no exercício da função, e d) lançar bases para a criação de uma estrutura estatal que represente as autoridades locais ao nivel nacional.

6. Participação cívica, diálogo e reconciliação nacional

A falta de diálogo, tolerância e entendimento entre as forças vivas da nação, tem resultado em convulsões sociais que desembocaram muita das vezes em conflitos violentos. Igualmente, a divulgação de informações para o desenvolvimento e relativo a governação reveste de uma particular importância. As dificuldades relativas ao crescimento económico que o país enfrenta, a instabilidade institucional e precárias condições de vida da população amplamente, tanto ao nível da saúde, de educação, como dos rendimentos e do acesso à justiça constituem igualmente os fatores explicativos dessa importância. No entanto, embora com diferentes modalidades de comunicação (social escrita, rádio e áudio-visual incluindo a televisão e internet), a divulgação de informação continua a ser difícil na Guiné-Bissau. A falta de meios entrava toda a possibilidade de perenização e a população sobre ao acesso aos meios de comunicação, e a esta em particular por causa da expansão das rádios comunitárias em todo o país. Outra implicação das populações nos debates sobre as grandes questões nacionais, a reconciliação entre os vários componentes da sociedade constitui portanto, um grande desafio para o país.

Reconhecendo isso, a Presidência da República e o Parlamento lançaram em Agosto 2010, o processo de divulgação e de partilha de informção, em grande escala no quadro diálogo nacional de reconsiliação implicando o conjunto de actores. Esta iniciativa conjunta visa a reconciliar os Guineenses entre eles e reconstruir as bases da coesão social durável. Recorde-se que esta iniciativa conjunta segue as outras iniciativas anteriores, como os Estados Gerais e

a VOZ DI PAZ, que permitiu a mais de 6 000 participantes de debater as causas dos conflitos e dos meios de os prevenir.

Nos próximos cinco anos, o Governo pretende prosseguir e reforçar esta dinâmica através de: (i) promoção dos espaços, mecanismos e oportunidades para o diálogo incluindo ao nível comunitário, permitindo a criação de consenso a volta das grandes questões nacionais, (ii) promoção das boas práticas de diálogo e concertação, inclusive com os exilados políticos; (iii) reforço de capacidades dos governos, empregadores, sindicatos, sociedade civil e meios de comunicação social na promoção do diálogo social e liberdade de expressão responsável e construtiva; (iv) reforço das capacidades nacionais para a gestão e monitorização dos processos eleitorais e para a participação da sociedade civil na formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento, (v) o reforço das capacidades nacionais para a prevenção e gestão de conflitos, em particular ao nível local; e, (vi) promoção da participação das mulheres em todos os níveis e instâncias de tomada de decisões relativas às negociações de paz, prevenção e resolução de conflitos.

7. Reforma e modernização da Administração pública

A reforma da administração pública deverá responder à dois desafios: racionalizar as estruturas e os efectivos da administração e melhorar a eficácia dos serviços públicos. Nesta prespectiva, o programa lançado em 2008 terá continuidade mediante a realização de três (3) eixos principais: 1) redimensionamento das funções do aparelho administrativo do Estado e adpatação progressiva das estruturas e da dimensão da função pública, 2) reforço das capacidades institucionais e humanas e, 3) melhoria da gestão dos recursos humanos.

Relativamente ao redimensionamento das funções do aparelho administrativo do Estado, um recenseamento biométrico do pessoal da função pública foi realizado em 2009. Este exercício permitiu estabelecer em 22.236 o número real do pessoal da função pública e identificar cerca de 4.000 funcionários fictícios, o que permite economizar anualmente cerca de 2,5 mil milhões de francos CFA, ou seja cerca de 12% das despesas correntes. As medidas pretendidas para o futuro irão incidir principalmente sobre: i) revisão e melhoria do quadro jurídico e regulamentar da administração pública, ii) continuação de desegajamento do Estado nas actividades produtivas e comerciais, e iii) racionalização dos recrutamentos na função pública.

No que concerne ao reforço das capacidades institucionais e humanas, tratar-se-a de: i) revisão do quadro orgânico das diferentes estruturas de Estado em função das respectivas missões, ii) melhoria e modernização dos instrumentos e métodos de trabalho com vista a melhoria da performance dos serviços públicos (definição clara das missões e responsabilidades, institucionalização de avaliação das performamnces, interconexão das estruturas do Estado a fim de facilitar a partilha de informação e acesso ao saber, etc.), iii) promoção do desenvolvimento dos recursos humanos através da formação e valorização das compêtencias, velando para a equidade entre os sexos e, iv) desconcentração dos serviços públicos acompanhados de meios que permitam o seu funcionamento eficaz no terreno, incluindo a motivação necessária para a movimentação eficaz do pessoal qualificado.

Enfim, a gestão dos recursos humanos constituirá um eixo essencial da reforma. Para além da penúria real dos recursos humanos qualificados, administração pública carece ainda de uma verdadeira política de gestão dos recursos existentes. Uma visão global e pertinente do

futuro da administração pública deverá constituir uma base sólida para a política de gestão dos recursos humanos, assim como, para toda a reforma a empreender. Nos próximos anos, o objectivo será de elaborar e implementar uma política de gestão dos recursos humanos com maior ênfase : i) no recutamento na base de competências em função das necessidades da administração, ii) na adopção e implementação efectiva de um plano de carreira para o pessoal, iii)na institucionalização de um sistema transparente de promoção baseado no mérito e, iv) na melhoria de condições de tratamento do pessoal, incluindo a melhoria dos salários e reorganização do sistema de segurança social e de pensões. Para cada uma das dimensões da política dos recursos humanos, a equidade de género deverá ser sistematicamente observada, para uma maior justiça social, no sentido de tirar pleno proveito do potencial de competências das mulheres para a melhoria da gestão pública e a prestação dos serviços às populações.

Por outro lado, à luz do carácter epidémico do VIH/SIDA e da ameaça que representa para admnistração pública, a luta contra a pandemia fará parte integrante da política de gestão dos recursos humanos. Neste sentido, os principais objetivos serão: 1) reduzir a propagação do VIH/SIDA e atenuar o seu impacto sobre as pessoas infectadas e afectadas, 2) melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com VIH/SIDA e, 3) proteger os direitos das pessoas vivendo com VIH (PVVIH), incluindo a luta contra a discriminação e os preconceitos associados à pandemia de VIH/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST).

8. Descentralização e Desenvolvimento Local

A Guiné-Bissau está dividida em oito regiões administrativas. A capital, Bissau, tem um estatuto especial. As regiões são por sua vez divididas em sectores. Apesar de ter aprovado leis sobre a descentralização, o país ainda não tem nenhum Governo Local dirigido por responsáveis eleitos. Por enquanto, há apenas sectores administrativos que ainda estão sob a supervisão de funcionários do Estado. A região ainda é apenas o núcleo administrativo operacional. O Estado é representado por um governador sob tutela do Ministério da Administração Territorial. A nível sectorial, a Administração é representada por um Administrador Sectorial, apoiado por alguns funcionários, entre os quais, o seu segundo que exerce as funções de Secretário administrativo. Paralelamente, a nível regional, existe uma estrutura de apoio técnico ao Governo regional que reúne os representantes dos Ministérios Técnicos, Poder Tradicional e ONG. A nível das secções, a Administração não tem nenhum representante directo, mas se apoia nas estruturas tradicionais, régulos. Estes, por sua vez, apoiam nos conselhos de anciãos. Finalmente, a nível da tabanca, o chefe, apoia nas estruturas tradicionais (anciões), para assegurar a resolução de casos e conflitos locais. A Guiné-Bissau dispõe de textos relativos à gestão das colectividades locais, que foram aprovados antes do conflito, mas ainda não estão sendo implementados.

O objectivo do Governo em matéria de descentralização é de promover o desenvolvimento das colectividades locais e das regiões, através, entre outras, da revisão dos textos de 1995 e a dotação das colectividades locais em meios financeiros e humanos segundo uma estrategia de implementação realista que tomará em conta as capacidades institucionais e financeiras do Pais.

Os esforços empreendidos há vários anos, focalizam sobre o fortalecimento dos governos regionais a volta do governador e a promoção de iniciativas locais susceptíveis de criar capacidades locais em matéria de programação e de animação das economias locais. O Ministério da Administração Territorial está a apoiar as iniciativas para desenvolver as

capacidades de auto-desenvolvimento para servir de referência no futuro para as comunidades. Actualmente, o Estado, apesar dos limitados recursos financeiros e humanos, está tentando lidar com quaisquer situações de emergência nas regiões e localidades mais isoladas. Dada a importância da administração de proximidade que goza da confiança das populações locais, a descentralização aparece como uma importante alavanca para a melhoria dos serviços públicos básicos e dinamização das economias locais. O papel de desenvolvimento local, articulando iniciativas públicas e privadas na criação de riqueza local e oportunidades de emprego e rendimento é fundamental para a estratégia de redução da pobreza e a realização dos ODM. A descentralização é um importante vector na regionalização dos ODM e do surgimento de pólos regionais de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, são previstas as seguintes acções:

- operacionalizar a reforma através da criação de comunidades-piloto, antes da extensão do processo ao nível nacional;
- elaborar e implementar um plano de descentralização, que tenha em conta entre outros, as necessidades em termos de recursos humanos, financeiros e organizacionais, incluindo a realização das primeiras eleições autárquicas;
- reforçar as capacidades locais de planificação e de gestão do desenvolvimento, assegurando a participação directa das comunidades e populações concernentes. A este efeito, os serviços descentralizados/desconcentrados e as organizações da sociedade civil deverão ter uma contribuição essencial;
- implementar os dispositivos de financiamentos descentralizados ao nível das regiões a fim de lhes permitir realizar alguns planos locais de desenvolvimento e inicaiar a parendijagem de programação local e a gestao de desenvolvimento local;
- implementar dispositivos de controlo e gestão das finanças locais (centralização das receitas regionais ao nível das finanças) adequadas para fazer face à corrupção generalizada.Trata-se também de aumentar a transparência e a responsabilização dos eleitos locais face as populações que pedem contas aos responsáveis políticos;
- mobilizar os recursos e realizar as primeiras eleições municipais, criando condições para garantir as candidaturas femininas
- criar capacidades nacionais e regionais de apoio e aconselhamento às colectividades locais instaladas nas diferentes regiões ;
- reforçar as capacidades locais de planificação, gestão de recursos naturais e do desenvolvimento, assegurando a participação directa das comunidades e populações concernentes. Com efeito, a cartografia oficial deve ser actualizada e hamonizada com a tradicional; os serviços desconcentrados e as organizações da sociedade civil devem dar uma contribuição essencial.
- desenvolver mecanismos legislativas que promova a gestão descentralizada e comunitária dos recursos naturais;
- instituir polícias municipais para controlar a exploração dos recursos naturais baseando-se ao máximo nos príncipios de co-gestão;
- responsabilizar as comunidades locais na valorização e gestão dos seus recursos naturais,
- promover o direito de acesso reservado aos recursos naturais para as populações residentes.

9. Prevenção e gestão de riscos das catástrofes naturais

A Guiné-Bissau é vulnerável aos vários tipos de catástrofes, a saber: tempestades tropicais, inundações, os ataques dos gafanhotos, as secas, a erosão costeira, os incêndios etc, Neste caso entre 1987 e 2009, a seca afectou 132 000 indivíduos, as inundações afectaram 1 750 e os ciclones tropicais vitimaram 2 712. Quanto as epidemias, elas afectaram 105 380 indivíduos, dos quais 3 032 mortes enquanto os acidentes antrópicos causaram 7 000 vítimas (OFDA/CRED).

Segundo o estudo sobre a pobreza monetária e não monetária em 2010, várias pessoas encontram-se num nível muito profundo de pobreza e vivem hoje nas condições quase idênticas aos afectados pelas catástrofes naturais e/ou epidimiológicas. Os desastres lançam frequentemente as famílias em situação de pobreza e exercem efeitos negativos sobre as actividades económicas e o orçamento do Estado em detrimento dos esforços de desenvolvimento.

O reforço de capacidades em matéria de prevenção, de preparação, de resposta, de restabelecimento pós-catástrofe e de mitigação se justificam plenamnete. As lições tiradas dessa experiência, indicam que o reforço de capacidades em material de prevenção, de preparação, da resposta, da reabilitação pós-catástrofe e a mitigação, deverão constituir uma maior preocupação no quadro do DENARP II. Esforços serão desenvolvidos para operacionalizar os 5 domínios do Plano de Acção de Hyogo ratificado pela Guiné-Bissau. Contudo, é bom admitir que para um país frágil como Guinée-Bissau, a realização das acções necessárias será essencialmente condicionado a uma assistência técnica e financeira externa. As acções a empreender são múltiplas, desde a prevenção à assistência às pessoas afectadas.

1. Redução de riscos de catástrofes

O quadro nacional (politico, estratégico, institucional e programático) em matéria de redução de riscos de catástrofes contínua muito fraco. Contudo, em Agosto de 2009, foi instituído um Comité Nacional para reflectir sobre a criação de uma Autoridade Nacional da Protecção Civil. Este comité co-presidido pelas Direcções Gerais da Geologia e Minas e da Energia realizou os seguintes trabalhos: i) produção da lei de base para a criação de um serviço nacional de protecção civil; ii), identificação, num atelier, dos pricipais riscos de catástrofes, iii) estabelecimento de modalidades de mobilização de fundos que permitam a autoridade nacional de protecção executar a sua missão;

A curto prazo, será necessário submeter esta lei de base para a aprovação e promulgação na ANP antes de fim de 2011. Em seguida será nomeada uma autoridade nacional encarregue da Protecção Civil, e consequentemente assegurar a coordenação nacional das actividades de gestão dos riscos de catástrofes.

A médio prazo, serão concentrados esforços na conclusão de textos para a implementação do quadro institucional nacional, assim como de uma estratégia nacional de gestão de riscos de catástrofes, acompanhado de um quadro programático plurianual.

2. **Identificar os riscos e passar a acção**

Esforços já foram empreendidos em matéria de sistema de informação ligada a GRC, a nível da meteorologia nacional e nos domínios do sistema de seguimento epidimiológico. Todavia, é importante continuar estas e outras acções e, organizar um estudo mais aprofundado sobre o perfil da vulnerabilidade do país, previsto para 2012. As mulheres serão envolvidas no estudo para que os seus riscos especificos, capacidades de intervenção, necessidades, prioridades e perspectivas possam ser tratadas. Actualizar periodicamente, os resultados que permitam alimentar uma base de dados dinâmica sobre as emergências de catástrofes na Guiné-Bissau, isto para melhor anticipar os desastres. O objectivo a longo prazo, é implementar um Sistema de Alerta acessível às comunidades, nomeadamente aos grupos vulneráveis e às mulheres.

3. **assegurar a compreensão e a consciência de riscos**

Medidas serão tomadas para integrar a dimensão GRC nos curricula de educação de base e módulos de formação, criar um dispositivo de informação, de sensibilização e de comunicação a escala das comunidades expostas aos riscos e para a criação de uma rede de jornalistas em GRC.

4. **Reduzir os factores de riscos subjacentes**

A vulnerabilidade do habitat foi a principal constatação. Com vista a tornar os habitats, nomeadamente dos mais pobres, resistentes aos riscos, proceder-se-á a definição e a vulgarização das normas de construção anti-riscos. Por outro lado, os grupos vulneráveis deverão ser apoiados a aceder à habitação segura através de programas de alojamentos sociais, integrando as normas de construção anti-riscos. Igualmente os dispositivos regulamentares deverão ser tidos em conta para integrar o GRC no ordenamento do território, na planificação urbana e na interdição de construções de habitações e de infra-estruturas sociais nas zonas submersas e inundáveis.

5. **Postura de prevenção e acção a todos os níveis**

Neste particular será necessário adoptar uma postura de prevenção e de acção a todos os níveis. Assim o Governo elaborará um plano de contigência nacional que reflita o nível de exposição do país aos riscos de catástrofes segundo os factores de riscos de cada região. Em seguida, os exercícios de simulação e de Retorno de Experiências (RTEX) deverão também ser instituídos para os tornar mais performantes e operacionais. Igualmente, uma estratégia e um mecanismo de mobilização rápida de recursos em situacão de urgência devem ser criados. As capacidades de socorro e de salvamento, das equipas de urgência (bombeiros) serão reforçadas.

2.4.2 Eixo II: Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo

A avaliação da implementação do DENARP I concluiu que: i) o clima político e de segurança não era propício para a implementação das reformas, ii) o desempenho da economia tem sido limitada (taxa média de crescimento anual de cerca de 3%, contra uma meta de 5%) e largamente dependente da fileira do caju, por si só altamente dependente da conjuntura do mercado internacional, iv) o país está longe de alcançar os ODM no horizonte 2015.

Na perspectiva da redução da pobreza e de aceleração do cumprimento dos ODM na Guiné-Bissau, uma das principais aspirações do DENARP II será o relançamento do crescimento e a diversificação da economia, incluindo a redução da sua forte dependência à castanha de caju.

Para o efeito, o Governo pretende consolidar os ganhos DENARP I e elevar a taxa de crescimento económico para 5%, em média, entre 2013 e 2015 e diversificar as suas exportações para sair gradualmente da dependência de apenas de um único produto. Para isso, uma ambiciosa estratégia será implementada em torno das seguintes prioridades: i) consolidação da estabilidade do quadro macroeconómico; ii) desenvolvimento de infra-estruturas de base, nomeadamente da energia; iii) melhoria do ambiente de negócios e promoção do sector privado; e, iv) apoio aos sectores portadores de crescimento, nomeadamente agricultura, pecuária, pescas, indústria e turismo. Particular atenção será dada ao desenvolvimento do sector emergente de minas a luz do impacto que pode gerar sobre o crescimento, emprego e distribuição de rendimento, bem como a obtenção das receitas em divisas.

1. Estabilização do quadro macro-económico e reforço das capacidades de gestão estratégica de desenvolvimento

Critérios do primeiro rang: i) saldo orçamental de base em relação ao PIB, ≥ 0%, ii) inflação inferior a 3%, iii) não acumulação dos atrasados de pagamento internos ou externos do Estado no período corrente e, iv) peso da dívida interna e externa em relação ao PIB ≤ 70%.

Critérios de segundo rang: i) massa salarial ≤ 35% das receitas fiscais, ii) investimentos públicos financiados pelos recursos próprios ≥ 20% das receitas fiscais, iii) défice exterior corrente excluindo os donativos em relação ao PIB ≤ 5% e, iv) carga fiscal atinge ao menos 17% do PIB.

Progressos sensíveis foram conseguidos neste domínio nos últimos três anos. Na gestão das finanças públicas, por exemplo, a melhoria na mobilização de receitas e o controlo das despesas, permitiram a redução do défice orçamental, assim como da acumulação dos atrasados. No entanto, grandes limitações ainda permanecem, porquanto as receitas fiscais estão aquém da meta dos 17% do PIB fixada no quadro dos critérios da convergência da UEMOA. O Orçamento Geral do Estado (OGE) é fortemente dependente da ajuda externa. Apesar de, o rácio massa salarial em relação às receitas próprias ter reduzido, situando-se em 75,6% em 2009, contra 90,3% em 2006, continua muito acima da norma (≤ 35%) estabelecida pela UEMOA. Por outro lado, acrescem-se as necessidades prementes relacionadas com o financiamento das prioridades

estratégicas para promover o crescimento económico e reduzir a pobreza no país, incluindo a reforma das forças de defesa e segurança.

Em conformidade com os compromissos assumidos no quadro da UEMOA, o Governo pretende manter o défice orçamental abaixo dos 3% do PIB, o défice corrente da balança de pagamentos 5% do PIB e a inflação anual de 3% no máximo.

Para isso, o Governo continuará a envidar esforços para: i) reforçar a mobilização de receitas, ii) melhorar a qualidade das despesas públicas, iii) promover os investimentos estrangeiros directos (IDE) e a remessa de emigrantes através da implementação do novo código de investimento, o refoço das capacidades das estruturas encarregues de atribuição de licenças e de formalização de empresas e, iv) mobilizar os recursos externos para cobrir as necessidades de investimentos do país e apoiar a balança de pagamentos.

Paralelamente, para um desenvolvimento sustentável e durável, uma abordagem estratégica a longo prazo, baseada na exploração optimal das potencialidades do país e sustentado por um programa de reformas e investimentos consequentes, será necessária[11]. A este respeito, a Visão Prospectiva "DJITU TEN" e sua operacionalização através do DENARP e das políticas sectoriais pertinentes determinarão em larga medida as orientações de acção do Governo em matéria de desenvolvimento económico e social.

Na perspectiva do reforço das capacidades nacionais de pilotagem da economia, importantes iniciativas foram lançadas nestes últimos anos pelo Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional com o apoio dos parceiros, nomeadamente: Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Capacidades Nacionais de Pilotagem da Economia e de Coordenação da Ajuda (BAD/PNUD) e Programa de Modernização e Reforço das Capacidades da Administração Pública (UEMOA).

No decurso dos próximos anos, para além da implementação de uma assistência técnica internacional consequente e o recrutamento e a formação de quadros em matéria de análise e previsão macroeconómica da formulação de políticas e planificação estratégica, as acções do Governo serão traduzidas em: i) desenvolvimento e/ou melhoria dos principais instrumentos necessários à melhoria da pilotagem da economia (modelos de previsão e enquadramento macroeconómico, Plano de Acções Prioritárias - PAP, Programa de Investimento Público - PIP); ii) melhoria do quadro institucional e dos mecanismos de Cooredenação de Ajuda em conformidade com a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda; iii) reforço do seguimento & avaliação do DENARP e, incluindo indicadores que permitam compreender melhor a situação das mulheres e garantir o seu acesso aos benefícios inerentes às acções empreendidas; e, iv) desenvolvimento de um sistema de seguimento & avaliação de políticas e estratégias performantes, incluindo a elaboração e implementação da Estretégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística (ENDE).

[11] A estrutura da economia nacional não mudou fundamentalmente depois da indipendencia, o sector primário, largamente dominada pela agricultura tradicional e familar representa ainda cerca de 40% de PIB. A excepção da fileira de caju, não emergiu nenhuma dinâmica susceptível de acelerar o crescimento e a transformação da economia.

2. Reformas da gestão das finanças públicas

O Governo lançou um processo de reformas estruturais no domínio das finanças públicas com vista a consolidação da estabilidade orçamental e melhoria da qualidade, transparência e eficácia das despesas públicas. Estas reformas, realizadas com o apoio dos parceiros, se traduziram nomeadamente na implementação de um quadro jurídio e contabilístico moderno da gestão das finanças, no reforço do sistema de controlo e na melhoria da gestão operacional do orçamento, incluindo a operacionalização do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas (SIGFIP) nos departamentos ministeriais, para melhorar a eficácia e a transparência na execução do orçamento. Ao acima exposto, associa-se a redução do défice orçamental, apesar do contexto difícil ligado a baixa considerável do preço de caju em 2009 e da assistência internacional ainda limitada.

Para consolidar os ganhos acima referenciados, o Governo adotou, a curto prazo, as seguintes estratégias: i) fusão da base de dados resultante do recenseamento biométrico do Ministério da Função Pública com a do Ministério das Finanças, ii) pagamento presencial de salários em certos Ministérios, iii) implementação do sistema de contabilidade na tesouraria em conformidade com as disposições do SIGFIP. Por outro lado, o Governo prosseguirá os esforços para:

- o reforço de mobilização de receitas através de: i) aplicação estrita das disposições fiscais e aduaneiras, ii) alargamento da base fiscal, incluindo a integração das taxas imobiliárias e predial (ou alargar a base fiscal atribuindo a DGCI a missão relativa ao registo dos títulos de propriedade), iii) racionalização e seguimento de isenções aduaneiras e fiscais, iv) controlo das receitas através da centralização de arrecadação na DGCI, v) desenvolvimento de mecanimos e procedimentos acelerados para reembolsos dos IGV/TVA e ACI e, vi) inscrição da questão fiscal na ordem do dia do diálogo entre o Governo e o sector privado;

- a melhoria da qualidade das despesas públicas. A este efeito, as medidas enumeradas já estão a ser implementadas pelo Governo tais como: i) unificação do ficheiro saldo ao nível do Ministério das Finanças, incluindo o da Função pública, resultante do recenseamento biométrico dos funcionários, ii) pagamento dos salários na base da presença física em certos Ministérios e, iii) implementação de sistema de contabilidade pública em conformidade com o SIGFIP.

Para consolidar e reforçar a eficácia da gestão orçamental, as medidas serão orientadas em direcção: i) ao alinhamento do orçamento às prioridades definidas através do DENARP II garantindo as afectações orçamentais que favoreçam a redução das disparidades e a eliminação das inequidades e desigualdades de todas as formas, no plano espacial e entre homens e mulheres (assegurar uma melhor articulação do orçamento enquanto instrumento de implementação), ii) à implementação de Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP) para assegurar uma melhor planificação das despesas nos sectores prioritários será efectivada, iii) à melhoria da gestão dos concursos públicos pelo reforço da transparência e coerência na atribuição dos mercados e na melhoria do seguimento e controlo orçamental, iv) ao enquadramento estrito do recurso aos procedimentos excepcionais da execução orçamental e, v) à publicação regular da execução orçamental e das contas de gestão e da Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE).

3. Melhoria do ambiente de negócios e promoção do sector privado

Segundo o relatório "Doing Business" elaborado pelo Banco Mundial, a Guiné-Bissau está classificado entre os últimos países em termos de adequação do ambiente de negócios: 173º sobre 175 em 2005 /2006 e 181º sobre 183 em 2008/2009 (Relatório 2010). Além do clima político e de segurança e a escassez de infra-estruturas básicas, os principais constrangimentos enfrentados pelos potenciais investidores são: i) a falta de informação que penaliza fortemente os investidores que querem começar um novo negócio no país, ii) a complexidade, a morosidade de procedimentos, os elevados custos de formalização e de criação de empresas, e iii) a multiplicidade de instituições de interface com o sector privado. O tempo e os custos necessários para a criação de uma empresa que eram estimados respectvamente, em 213 dias em média e 250% do PIB per capita.

Além disso, deve-se acrescentar a este ambiente outros constrangimentos não menos importantes que limitam a dinâmica do desenvolvimento do sector privado. Estes incluem a falta de instrumentos de apoio financeiro e técnico para promover as iniciativas privadas.

No entanto, o país tem potencial para se tornar atractivo para os investidores, nacionais e internacionais, graças à diversidade dos seus recursos naturais e ao assinalável progresso institucional e legislativo. Nesse sentido, um avanço significativo foi a criação pelo Governo de um Centro de Formalização de Empresas (Guichet único), para facilitar e agilizar os procedimentos de registo de novas empresas. A criação de um tribunal e de um centro de arbitragem comercial integram igualmente as acções do Governo no sentido de consolidar as conquistas relativas à criação de um ambiente mais propício ao desenvolvimento do sector privado. No domínio da reforma legislativa está a ser discutido o Código do Trabalho, a implementação da Lei de Terras e um novo Código de Investimento.

No quadro do DENARP II, o Governo continuará a envidar esforços para promover o investimento e apoiar o desenvolvimento do sector privado. As acções previstas para este fim se articularão em torno das seguintes prioridades: i) melhoria das infras-estrutura básicas – em particular energia e transportes, ii) reforço do quadro legal e do sistema judicial relativo ao investimento privado (adopção de novo código de investimento privado, a execução de actos jurídicos de Organização para a Harmonização de Direito de Negocios- OHADA), a atualização do Código Fundiário, nomeadamente para facilitar o acesso à terra e garantir a segurança da sua posse, a revisão da reforma dos códigos civil e comercial, etc.) iii) continuação da simplificação e da racionalização dos processos e procedimentos para a criação de empresas (reforço das capacidades dos serviços de licenciamento e de registo de empresas e propriedades, a descentralização e / ou privatização dos serviços notariais, etc.), iv) a melhoria do sistema de informações entre a administração pública e privada (criação de um site Web para a divulgação da legislação em vigor relativos aos estabelecimentos e ao funcionamento das empresas, implementação e animação de um quadro de concertação entre a administração e o sector privado), v) continuação do processo de pagamento da dívida interna, vi) reforço do sistema financeiro, nomeadamente para apoiar os investimentos nos sectores produtivos tais como, a agricultura (actualização da legislação sobre as Instituições de Micro-Finanças (IMF) e sua capacitação, e a introdução de novos financiamentos adaptados às necessidades da economia, incluindo a criação de fundos de apoio a promoção das pequenas e médias empresas), vii) a aplicação de políticas comérciais harmonizadas com as diretrizes da UEMOA e, viii) a melhoria do comércio transfronteiriço permitindo lutar contra tráfico ilegal de castanha de cajú e outros produtos.

Paralelamente, a estas diferentes medidas, os esforços sustentados serão feitos para a qualificação dos recursos humanos, tanto em termos de formação técnica e profissional e como no desenvolvimento do empreendedorismo. A melhoria do ambiente de negócios passará igualmente pela boa governação, através do desenvolvimento de programas de formação e informação sobre o ambiente de negócios, mas também de intensificação da luta contra a corrupção (informação, sensibilização, restrição das oportunidades de corrupção, processos judiciais).

Na Guiné-Bissau, como na maioria dos países em desenvolvimento, há uma forte corrente de emigração, que atingiu uma nova dimensão nos últimos anos. Para melhorar a sua contribuição para o desenvolvimento nacional, o Governo criou o Instituto de Apoio ao Emigrante (IAE), a fim de incentivar e facilitar as remessas[12] e os investimentos dos emigrantes no país. As medidas visando atingir estes objectivos, passam pela criação de um quadro jurídico-legal para regulamentar as transferências dos fundos dos emigrantes, a simplificação do acesso à terra, a facilitação de importação de materiais de construção e a simplificação dos procedimentos administrativos para a formalização de empresas.

A Guiné-Bissau situa-se entre os vinte países com maior índice de percepção de corrupção (IPC), ou seja 2,1 pontos, ocupando o 154º lugar, segundo o último relatório da ONG Transparency Internacional. Comparativamente ao ano 2009, houve uma ligeira melhoria (158º lugar 1,9 pontos). Porém, por esta situação continua a ser preocupante, o Governo tem estado a conceder uma particular importância a este fenómeno, na função pública, na medida em que ela contribui muito no aumento da pobreza e compromete as perspectivas de desenvolvimento económico e social do País. Efectivamente, a corrupção manifesta-se, sobretudo, no funcionamento dos serviços públicos, nas atribuições dos mercados (concursos) públicos, ou quando os sistemas de controlo da utilização das finanças públicas podem ser contornados.

Assim, no domínio da luta contra a corrupção, esforços têm sido feitos com a implementação de algumas iniciativas que constituem avanços a serem consolidados e intensificados, através do reforço da independência da justiça, do acesso e da melhoria da qualidade dos serviços públicos.

O Governo preconiza atingir em 2015 a pontuação de 2,5, devendo para esse efeito desenvolver medidas/acções que incidirão sobretudo no domínio da implementação da luta contra a corrupção, contra o branqueamento do capital, a concussão e a não transparência. Desta feita, prevê-se o reforço da transparência na gestão pública através das auditorias institucionais e financeiras, do reforço da participação dos cidadãos no controle e na fiscalização dos actos administrativos, criando condições institucionais para que os serviços públicos funcionem de acordo com as novas técnicas de gestão pública baseada na prestação de contas e sujeitos a uma melhor avaliação do uso dos recursos públicos do Estado.

Por outro lado, os factores que estão na origem da frágil governação serão particularmente visados, identificando claramente as responsabilidades e tomando as decisões que se impõem para punir as práticas de desvios de fundos e de corrupção.

[12] Segundo os dados da Balança de Pagamentos a remessa dos emigrantes para o país situou-se em cerca de 15 mil milhões de Fcfa ou seja 4% do PIB 2008.

As medidas previstas visarão tanto a eficácia na gestão pública como a participação do cidadão. Assim, as seguintes acções deverão ser levadas a cabo:

i) o reforço das capacidades em matéria de formulação de políticas e de planificação estratégica;
ii) a reforma do quadro jurídico e institucional do sistema de planificação estratégica;
iii) adopção um mecanismo permanente de concertação com os parceiros de desenvolvimento para melhoria da gestão e coordenação da ajuda internacional;
iv) a reorganização e o reforço do sistema estatístico nacional;
v) a reorganização e o reforço do Tribunal de Contas e do Gabinete de Luta contra a Corrupção ;
vi) capacitação dos deputados da ANP no domínio de gestão das finanças públicas;
vii) melhorar os mecanismos de gestão económica e financeira em todas as instituições da administração pública.

2.4.3. Eixo III: Promover um desenvolvimento económico inclusivo e durável

1. Apoio aos sectores portadores de crescimento

Durante vários anos, a tendência de crescimento da economia da Guiné-Bissau varia entre 4% e 1,5% em termos reais, se for tomado em conta a taxa de crescimento demográfico de 2,5 % ao ano. O governo pretende aprofundar as suas reformas económicas e financeiras para atingir progressivamente o objectivo de uma taxa de crescimento acima de 5% até 2015. Este será um ponto de referência das suas políticas públicas. As condições são favoráveis para a concretização destes objectivos. Na verdade, a estabilidade macroeconómica dos últimos anos, a melhoria das condições do desenvolvimento do sector privado, o retorno gradual da confiança dos investidores nacionais e estrangeiros assim como a vontade política de promover reformas na administração pública e nas forças de defesa&segurança são factores favoráveis para um crescimento forte e durável, impulsionados por sectores motores, tais como agricultura, pesca, minas e turismo. O Governo está preocupado com a imperiosa necessidade para que o crescimento gerado pelos sectores motores se traduza em mudanças reais na vida dos pobres. Na verdade, um crescimento forte e sustentável é necessário, mas é insuficiente se ele não tiver efeitos sobre as franjas dos pobres que ainda representam quase dois terços da população. Ele deve ser impulsionador de todos os sectores de actividades, que permitem grandes segmentos da população para encontrar empregos estáveis e rendimentos monetários consequentes para lhes permitir uma melhor integração no tecido económico e social e melhor qualidade de vida.

Esse crescimento forte e durável deve ser mais pró-pobre e passa por duas abordagens complementares, com uma atenção particular aos grupos vulneráveis entre os quais as mulheres. O primeiro passo consiste em envolver os agricultores pobres, em particular, na criação de maior riqueza. Uma das pistas principais é o de estabelecer ou fortalecer actividades ou fileiras promissoras para assegurar ao mesmo tempo a segurança alimentar e diversificação das bases produtivas em conexão com o desenvolvimento da PMI/PME que podem constituir redes intermediárias na exportação de castanha de cajú. Isso vai exigir acelerar o processo de garantia de posse de terra e um melhor acesso dos agricultores aos meios produtivos, tais como crédito, mercados e oportunidades de formação. A segunda abordagem inclui um conjunto de medidas destinadas a desenvolver as economias urbanas para reduzir a pobreza urbana.

Para obter um crescimento forte, sustentável e benéfico aos pobres, o governo dará atenção especial aos programas destinados a reduzir a vulnerabilidade da economia da Guiné-Bissau e da pobreza através da diversificação das fontes de crescimento. O Governo irá prestar maior apoio ao desenvolvimento do sector privado, com especial ênfase as pequenas e médias empresas, incluindo as micro-empresas que estão no limite do sector informal. Este apoio será aplicado sem distinção, para todas as actividades produtivas existentes ou propostas, seja na agricultura, pecuária, pescas, artesanato, indústria e serviços, e que elas sejam orientados para o mercado interno, regional ou internacional.

No entanto, com a finalidade de priorizar as acções, o Governo irá privilegiar intervenções direcionadas para um número limitado de sectores (ou fileiras) considerados prioritários, concentrando-se na parceria com o sector financeiro para apoiar e estimular o sector privado, mobilizando a contribuição da diaspora, investindo nas infra-estruturas e na formação professional. Esses sectores foram identificados, após amplas consultas e estudos concretamente EDIC, APE sobre as necessidades e obstáculos ao comércio e tambem o

estudo sobre as fontes de crescimento em relação ao seu potencial, contribuindo para o crescimento económico, criação de emprego e redução da pobreza. Tratam-se dos sectores de caju, da pesca, do turismo e das minas, que reflectem a vontade do país na abertura para o exterior e contribuem (ou contribuirão) para o aumento das receitas do Estado. Um estudo de simulação revelou que estes sectores têm todos (excepto de momento, o sector emergente de minas) efeitos multiplicadores sobre o rendimento das famílias, e fortes ligações com o resto da economia. São também aqueles onde a vantagem comparativa parece evidente. Estes sectores abaixo descriminados são considerados estratégicos: i) fileira do caju; ii) fileira do arroz; iii) horticultura; iv) pesca; v) turismo (sector embrionário) e, vi) indústrias extractivas (sector emergente).

Para alcançar este objectivo, o desenvolvimento da fileira agro-alimentar, com maior destaque no desenvolvimento dos cereais (incluindo arroz), castanha de caju, pesca e pecuária deverão estar no centro da estratégia para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Em torno desta fileira, irá desenvolver-se um conjunto de actividades no domínio do turismo, dos Transportes, Comércio, construção e obras públicas e minas. Esta opção permite à Guiné-Bissau para tirar proveito das vantagens comparativas, aumentando a receita das exportações e do turismo, reforçando a segurança alimentar e o emprego. Este crescimento mais robusto e durável do que antes, inscrito nos principais objectivos do DENARP II, serão apoiados por investimentos prioritários no sector rural, estabelecendo as bases da verdadeira revolução verde para um país que tem alto potencial agro-pastoril muito pouco desenvolvido. Esta estratégia vai também contar com um sector de minas em pleno crescimento, assegurando que os impactos socioeconómicos são mais difusos e sustentáveis das economias locais.

No âmbito desta orientacao, o governo, na execução do seu investimento, irá esforçar-se para que a questão de salvaguarda social e ambiental do país seja bem integrada em todas as políticas sectoriais. Os desafios e problemas colocados pelas alterações climáticas, também serão integrados nos programas e projectos de investimento em todos os sectores de actividade, especialmente no sector rural (agricultura, pecuária, silvicultura), das pescas, dos recursos hídricos, do turismo, da energia, da habitação e das obras públicas (estradas e pontes) para assegurar o fortalecimento da capacidade de reacção e adaptação às mudanças climáticas.

Para fazer face ao problema económico dos pobres e muito pobres, o governo irá desenvolver duas estratégias: a primeira, será a revitalização do sector agrícola; e a segunda, concernerá a criação de emprego gerador de rendimentos para os pobres através de uma estratégia de apoio aos agricultores no desenvolvimento das técnicas de transformação da castanha de cajú e dos produtos hortículas e frutícolas. Isso permitiria que os produtores enfrentem o medo da obsolescência dos seus produtos e não vender a qualquer preço aos compradores. Paralelamente, o Estado vai redinamizar o sector, promovendo a diversificação e incentivo ao cultivo de outros produtos agrícolas competitivos. Essa redinamização passará pela mecanização do sector e da vulgarização de fertilizantes, para que o sector possa avançar para uma produção contínua ao longo do ano. Será colocado um enfoque especial na mobilização de recursos (financeiros e humanos) para a criação de estruturas de gestão de micro-finanças e o enquadramento e acompanhamento dos beneficiários no terreno.

Cinco eixos estratégicos serão desenvolvidos:

1. <u>garantir a segurança alimentar</u>: a política de segurança alimentar inclui (i) um aspecto ofensivo, que consiste em aumentar o máximo possível a produção de produtos

alimentares estratégicos, como arroz, mandioca, milho e milho bacil (ii) um aspecto defensivo, que consiste em adquirir uma certa resiliência aos choques (climáticas, económicas), por meio da reacção rápida pós-catástrofe;

2. melhorar o rendimento dos produtores: o alcance desta meta exige uma boa informação sobre o mercado, um alto grau de organização da economia agrícola (envolvendo a colaboração entre os intervenientes na cadeia) e uma abertura para a exportação. A agro-indústria ajuda o país a adquirir divisas quando seus produtos são exportáveis. Esta pista é muito exigente e requer um esforço particular de organização dentro das fileiras dos produtos. Uma política de qualidade deve ser concebido e implementado, e os serviços controlos eficazes instalados.

3. desenvolver actividades de promoção dos produtos locais: essas actividades são fontes de desenvolvimento de tecidos produtivos (locais e regionais), animados pelas pequenas e médias empresas que serão apoiados no quadro do desenvolvimento do sector privado. Os produtos prioritários a desenvolver são: castanha de cajú , arroz, produtos animais e peixes assim como alguns produtos turísticos.

4. promover alguns pólos regionais de crescimento, com vista a permitir uma real valorização dos recursos regionais para o desenvolvimento das economias regionais, isso passará:

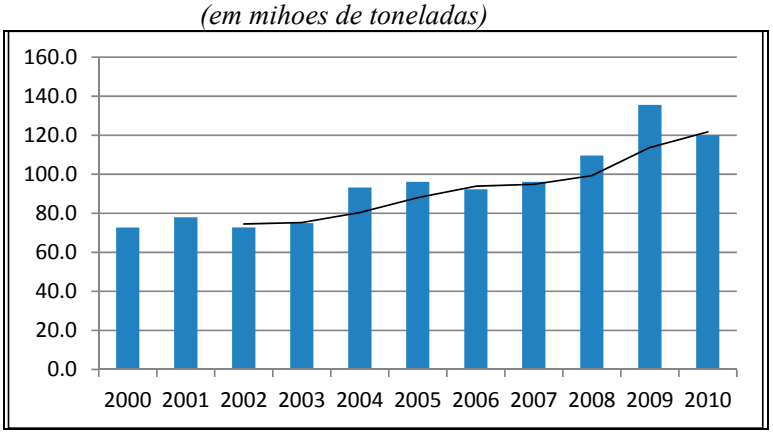
   - pelo ordenamento das áreas de actividade agrícola e melhoria das infra-estruturas rodoviárias e de comunicação das áreas turísticas;
   - pelo desenvolvimento de uma nova parceria do desenvolvimento entre o Estado e o sector privado;
   - pela implementação acelerada dos projectos de electrificação em certas regiões com vista a atrair mais investidores nos sectores de transformação de produtos agrícola e do turismo;
   - pela implementação de programas específicos de desenvolvimento das economias locais, através de fundos locais de desenvolvimento e os fundos regionais de desenvolvimento económico.

5. Integrar as mudanças climáticas nas decisões politicas, de planificação e de investimento nos sectores portadores de crescimento para torna-los resistentes às mudanças climáticas. A consideração dos riscos climáticos permitirá desenvolver as zonas agriculas, habitação, turismo e costeiras e conceber infraestruturas rodoviárias e de comunicação adequadas para lidar com as catástrofes climáticas. A integração das mudanças climáticas abrangerá também os aspectos relacionados com a redução das emissões de gazes com efeitos de estufa (GEE), permitindo, entre outros, previlegiar a eficiência energetica e as energias renováveis em todas as decisões politicas e de investimentos assim como as estratégias sobre a questão energética. Assim, as estratégias de desenvolvimento dos diferentes sectores de crescimento deverão transformar-se em estratégias para o desenvolvimento com baixo nível de emissão de carbono e resistentes as mudanças climáticas afim de promover um desenvolvimento sustentável.

a. Desenvolvimento e valorização da fileira de cajú

A produção da castanha de cajú conheceu nos últimos anos uma evolução expectacular. A sua produção começou somente nos anos 1970. As exportações atingiram 10.000 toneladas em meados dos anos 80, 57.000 toneladas em 1997; e apesar das flutuações de um ano para outro, a tendência manteve-se durante a década seguinte, para se situar em 135.500 toneladas em 2009[13]. A Guiné-Bissau é actualmente o sexto maior exportador mundial de castanha de caju. O desempenho do sector do caju é notável, apesar não ter sido objecto de particular atenção por parte do Estado ou de parceiros externos.

Evolução das exportações de cajú (2000-2010)
(em mihoes de toneladas)



Fonte: Direcção Geral de Economia (MEPIR)

Esta fileira emprega mais de 85% das famílias no país, e é raro encontrar um agricultor que não cultiva pelo menos, alguns pés de caju. As receitas assim geradas, têm um papel importante na redução da pobreza. Estima-se que um aumento dos preços ao produtor na ordem de 15% aumentaria o nível de consumo da categoria de "extremamente pobres" de 9,5%, e a categoria de "pobres" de 3,3%.

Dado o papel vital desta fileira, é importante manter os ganhos, melhorar o desempenho e fustigar as ameaças que pesam sobre ele. A transformação local é prioridade do Governo há muito tempo, com poucos resultados obtidos até a data. As unidades de processamento, cujo número é superior a 20 unidades, estão praticamente paralisadas neste momento. O maior problema das mesmas é a falta de capacidade financeira para constituição de stocks de matéria-prima. Uma nova abordagem já permitiu a construção de três unidades de processamento de novo tipo com parceiros estrangeiros, e que deverão começar a funcionar em 2011. O Governo criou a Comissão Nacional de Cajú, e pretende criar um Instituto Nacional de Cajú. A Comissão Nacional de Cajú, em colaboração com o Instituto Nacional de Investigação Agrícola (INPA) coordenará todas as acções relativas ao desenvolvimento das plantações de cajú e promoção dos seus produtos.

As intervenções do DENARP II neste sector serão concentradas em três (3) principais prioridades: i) desenvolvimento de pesquisas de apoio à adopção de parâmetros agro-técnicas

[13] Dados de Comissão Nacional de Caju - CNC

visando uma melhor produtividade do caju, incluindo a prevenção e/ou a luta contra as pragas; ii) reforço de controlo de qualidade e das normas com vista a optimizar as oportunidades no mercado internacional, e iii) promoção da transformação local da castanha de caju na base do Plano emergência para o relançamento da indústria de transformação de castanha de caju, aprovado em 2010. Essa transformação compreende igualmente a polpa, que servirá para produzir sumos, biscoitos, compotas e biocombustíveis, e iv) facilitar o accesso à creditos e incentivos fiscais.

b. Desenvolvimento da fileira do arroz

O arroz é um produto estratégico de grande importância para o combate à pobreza. Este cereal constitui a base alimentar de mais de 95% da população. O consumo médio anual é estimado em cerca de 190.000 toneladas. Porem, assiste-se, há mais de dez anos, um défice crescente estimado em 2009/2010 em mais de 100.000 toneladas, cobrindo a produção nacional apenas 47% do consumo.

A produção orizícola é essencialmente assegurada pelos agricultores familiares (estimado em quase 90.000, o que totaliza cerca de 90% da produção), com técnicas rudimentares de produção, métodos de trabalho arcaicos, dominados por trabalhos manuais e físicos, de agricultores idosos e muitas vezes analfabetos, conduzindo por isso a baixo rendimento (1,7 t / ha). Estas unidades produtivas familiares integram, na sua maioria, mulheres cuja contribuição, condições e tempo de trabalho devem ser obrigatoriamente tidos em conta, devido ao seu impacto sobre a saúde materna e familiar, alfabetização das mulheres e escolarização das raparigas. Os produtores modernos "ponteiros" (cerca de 1.200 instalados), dispõem de concessões de terras significativas (variando de 20 a 2.500 ha), fornecidas pelo Estado, cobrindo cerca de 27% das terras aráveis (9% da superfície total do país), mas estes agricultores utilizam pouco essas terras para cultivo de arroz, as quais seriam bem adaptadas.

Entre os obstáculos que limitam a produção de arroz, destaca-se a preferência das pessoas para as culturas de renda (como o caju), a falta de mao-de-obra e a fraca intensificação da produção. Isto resulta principalmente da insuficiência dos investimentos na pesquisa e vulgarização das práticas, as técnicas de produção de sementes melhoradas, a fraca utilização dos fertilizantes químicos e orgânicos, de produtos fitosanitarios e de fraco nível de irrigação (sobre um potencial de mais de 250.000 ha de áreas oriziculas irrigaveis, menos de ¼ é valorizado). O não acesso ao financiamento a médio e longo, assim como o estado degradante das pistas rurais e outras vias de acesso são igualmente limitadas.

O objetivo do Governo no Plano de Investimento Agrícola, que se incere no DENARP para 2015, é elevar a produção em 158.000 toneladas de arroz com casca, o que corresponde aproximadamente 95.000 toneladas de arroz sem casca disponível para o consumo ou seja uma redução do déficit em mais de 50% e assim atingir uma taxa de satisfação das necessidades para a produção nacional de 80%, contra os actuais 45%

Estes objectivos serão realizados graças ao:

- controlo da água, não apenas em áreas de cultivo do arroz, mas também através de drenagem e gestão eficiente de numerosos rios que são usados para a agricultura;

- aprovisionamento em factores de produção nomeadamente os fertilizantes e pesticidas e de uma melhor divulgação de variedades de sementes de alto rendimento. Para esse efeito, um programa será implementado, tendo em vista o apoio à distribuição no mundo rural de 1.000 litros de pesticidas, de 3000 toneladas de fertilizantes e 2.500 toneladas de sementes melhoradas de cereais (em 5 anos). A intensificação da produção deverá ser feita através da introdução de variedades mais produtivas, incluindo o de ciclo curto em certas zonas e de um acompanhamento próximo dos camponeses.

A mecanização progressiva da agricultura associada às culturas endógenas, e em particular a fileira do arroz é necessária. Os investimentos previstos deverão permitir a aquisição, pelos produtores, de 100 tractores agrícolas, 1.000 motobombas e acessórios para o desenvolvimento da pequena irrigação, 1.500 motocultivadores. Além disso, tornar-se-á conveniente apoiar o acesso dos agriculturaoes a 5.000 charuas de tração animal. Em relação aos tratamentos pós-colheita, o programa pretende reforçar os equipamentos existentes com mais 300 ceifeiras, 600 máquinas de descasque e 200 moinhos durante o mesmo período.

Está previsto que 46.368 ha de arrozais (27.088 ha em zonas de mangal, mais 19.280 hectares nas zonas de bolanhas) serão postos em produção nos próximos cinco anos. Ter-se-á em conta os custos de oportunidade entre a conservação dos mangroves e a sua conversão para o cultivo do arroz. O Governo está consciente que é importante identificar e delimitar as zonas a serem convertidas e as zonas a presevar num contexto onde os potenciais riscos de impacto sobre as mudanças climáticas existem.

Os ordenamentos previstos passarão pela execução de obras, com recurso à trabalhos de alta intensidade de mão-de-obra (AIMO), para criar empregos durante a época dita "morta", gerando rendimentos no meio rural e contribui para reduzir o êxodo rural e aumentar o rendimento da população local. As empresas privadas especializadas no ordenamento e irrigação serão igualmente chamadas a desempenhar um papel importante na execução dos projectos hidro-agrícolas previstos.

O milho, o milho-grão e o milho bacil também são importantes para a segurança alimentar e serão igualmente indirectamente considerados e beneficiarão de grandes medidas de intervenção orientadas para o conjunto dos agricultores. A horticultura é uma actividade feminina por excelência que hoje ocupa as associações de mulheres à larga escala, nomeadamente no leste do país. Sua valorização é essencial no quadro do DENARP II, pois, o aumento dos rendimentos a este nível terá um impacto sobre a evolução dos ODM quer em termo de produção económica ou de bem-estar social.

Para alcançar estes objectivos, será, necessário, entre outros, revitalizar o Instituto Nacional de Pesquisa Agrária (INPA) e o Serviço Nacional de Protecção Vegetal.

c. Pecuária e outras produções

Os produtos da pecuária representam cerca de 17,0% do PIB nacional e 32% do PIB agrícola. A reprodução de animais de ciclo curto (aves, caprinos, ovinos, suínos, etc.) é assegurada principalmente pelas mulheres. Pequenas unidades de produção semi-industrial de ovos e frangos de carne têm sido desenvolvidos apenas em Bissau, enquanto a produção de leite ainda está muito subdesenvolvida. Grande parte da cobertura da procura urbana de carnes,

aves e produtos lácteos é assegurada pelas importações, muitas vezes sob forma de produtos congelados.

A médio prazo, o desafio consiste em melhorar e aumentar a produção animal - com uma atenção especial para os animais de ciclo curto- graças as medidas tais como a pesquisa / vulgarização para o desenvolvimento de raças melhoradas, mais produtivas e melhor adaptadas ao contexto local e melhorar a saúde animal, em partcular através da promoção de serviços veterinários.

Para as outras produções agrícolas o país possui igualmente condições naturais propícias para a produção de óleo de palma, amendoim**,** raízes e tubérculos e de frutas e legumes. A produção de aguardente a base de cana-de-açúcar, contínua, inclusive para a exportação, mas com uma tendência a diminuir. Alguns destes produtos servem ao mesmo tempo como um meio de melhoria da segurança alimentar e uma oportunidade de crescimento e da diversificação dos rendimentos das populações rurais e das exportações. As mulheres estão envolvidas em todas essas atividades e ocupam-se, em geral, com a ajuda das crianças, da colheita e da venda de frutas e legumes. Essas produções beneficiarão de medidas para a promoção e reforço de capacidades do sector privado em geral, assim como do apoio ao Ministério da Agricultura. As intervenções podem incluir a implementação de um despositivo organizacional estruturado de forma asegurar a colheita e exportação de produtos. Eles contribuirão na melhoria da nutrição das crianças e das mulheres grávidas e o alcance dos ODM.

d. Pesca

A abundante flora aquática e uma plataforma continental alargada (45.000 km2), associada a geografia (parte insular e continental, com muitos rios e superfícies de mangais), fazem da Guiné-Bissau um país rico em recursos haliêuticos. A sua zona marítima encontra-se entre as mais ricas em peixe da regiao, permitindo uma captura anual de 250-350 mil toneladas (incluindo o camarão). Bem gerido e melhor valorizado, o sector poderia constituir uma fonte importante para o crescimento económico, a criação de empregos, a melhoria da dieta alimentar e para o aumento e a diversificação das exportações e receita fiscais.

No entanto, o desenvolvimento do sector está sujeito a vários constrangimentos, nomeadamente: i) a ausência de uma política clara e eficaz para impulsionar o sector, ii) fraco conhecimento insuficiente sobre os recursos pesqueiros explorados e os ecossistemas marinhos, iii) fraquezas das capacidades institucionais e humanas para responder aos desafios ligados ao desenvolvimento do sector, nomeadamente em termos de planificação, vigilância e de controlo da exploração dos recursos haliêuticos, e da promoção dos investimentos privados; iv) insuficiência das infra-estruturas para apoiar a conservação e a transformação de produtos Mar; v) fraca capacidade organizacional do tecido empresarial nacional, vi) ausência de um ambiente económico que atraia os investimentos privados, sobretudo com o capital estrangeiro, vii) défice de financiamento no sector, viii) fraca cooperação inter-institucional entre os principais actores (pescas, finanças, e marinha) e, ix) fracos meios de fiscalização e controlo das embarcações de pesca e de combate as actividades ilícitas na ZEE.

A operacionalização em 2011 do porto de pesca de Bandim, acompanhado de um laboratório de controlo de qualidade, deverá permitir a este sector contribuir melhor para a economia nacional.

Para continuar a aligeirar as diferentes restrições, o Governo pretende implementar as seguintes medidas estratégicas: i) melhoria da administração da pesca (elaboração e adoção de uma política de desenvolvimento da pesca, revisão do quadro de regulamentação, melhoria de sistema de informação para a gestão dos recursos haliêuticos e a sua exploração, capacitação nas áreas de planeamento e gestão, incluindo a implementação de reformas institucionais necessarias, etc.) ii) promoção do investimento privado no sector, iii) desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à pesca, tanto industrial como artesanal (portos de desembarque, instalações de transformação e conservação, estaleiros de manutenção e reparação), iv) aquisição de duas embarcações de grande porte e de dois meios áereos de forma a garantir a presença efectiva na ZEE, com vista a combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU); v) melhoria da qualidade dos produtos da pesca, nomeadamente em termos de normas de saúde e de standarts internacionais, vi) melhoria dos conhecimentos sobre o estado dos recursos haliêuticos, ecossistemas e definir o período do repouso biológico para as principais pescarias, vii) criação de um sistema de crédito aos pescadores artesanais e as mulheres bideiras destinados a financiar suas actividades de produção, de processamento, transformação e de comercialização, viii) elaborar um Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Aquicultura na Guiné-Bissau, ix) desmantelar os acampamentos de pescadores nas áreas consideradas sensíveis e importantes para a reprodução e o crescimento das espécies, x) identificação das áreas degradadas e consequentemente o seu repovoamento (mangais), xi) avaliação dos efeitos das medidas de conservação, sobretudo nas Àreas Marinhas Protegidas e, xii) proceder a matrícula das pirogas artesanais de forma a estudar os mecanismos de redução de esforço de pesca nos estuários e nas águas interiores.

Considerando a sua contribuição para a redução da pobreza e o alcance do objectivo da segurança alimentar, uma atenção particular será dada a organização e ao desenvolvimento da fileira da pesca artesanal, incluindo a transformação dos produtos haliêuticos.

e. Turismo

A Guiné-Bissau dispõe de potencialidades turísticas, que vão desde a diversidade cultural, as paisagens e riquezas naturais. Entre os destinos turísticos potenciais incluem-se entre outros o Arquipélago dos Bijagós, zona costeira de varela, a reserva florestal de Cantanhez, a ilha de Bolama - antiga capital, e as colinas e montanhas de Boé, que representam uma parte importante da história do país. Alguns destes destinos não são praticáveis durante a época das chuvas.

Não se dispõem de dados recentes sobre o número e o perfil dos turistas ou visitantes, nem sobre o número de camas / quartos disponíveis e suas taxas de ocupação.

As últimas estimativas disponíveis (2006) fazem referência de menos de 12 000 visitantes registados, donde cerca de 3.000 por motivos de lazer ou férias.

O desenvolvimento do turismo está confrontado com diversos constrangimentos: i) a ausência de uma estratégia para o sector, ii) a insuficiência de infra-estruturas básicas, iii) a falta de pessoal qualificado e, iv) a negativa imagem do país, pela consequência da instabilidade política recorrente e do clima de insegurança. O DENARP I identificou o

turismo como um dos sectores "que consegue em termos de emprego abranger todas as classes sociais, sobretudo os mais pobres" e previu diversas actividades neste domínio. No entanto, quase nenhumas dessas actividades previstas foram realizadas. Porém, foi possível explorar alguns nichos, como o ecoturismo, o potencial do turismo de pesca e as actividades cinegéticas.

Ao longo dos próximos anos, o Governo pretende impulsionar o desenvolvimento deste sector, definido como sendo estratégico e criador potencial de empregos diretos ou indiretos, (particularmente nas zonas rurais). Contudo, não é realista prever uma evolução rápida do sector do turismo e uma grande contribuição sua, para entrada de divisas para a redução da pobreza, durante o período de vigência do DENARP II.

As principais intervenções propostas são:

- a elaboração e a adoção de uma visão estratégica do sector, integrando a perspectiva do progresso económico, o bem estar das populações e a necessidade de preservação dos recursos naturais. Para esse efeito, uma actividade preparatória, cujo início terá lugar no decurso de 2011, deverá incidir sobre o tratamento e difusão de informações básicas, tais como a chegada dos visitantes e a oferta de alojamentos, sendo a aposta do Governo a promoção de turismo de nicho ecológico e não o desenvolvimento de um turismo de massa.
- o reforço das capacidades dos actores (instituições e estruturas concernentes por este sector), através de reformas institucionais e a implementação de um programa de formação profissional adaptado;
- investimento na formação dos jovens, através de escolas de formação no domínio do turismo de modo a torna-los aptos no exercício do emprego no sector de eco-turismo entre outros;
- desenvolvimento dos serviços de informação para a criação de instalações de recepção e de acesso aos sites de Internet, desenvolvimento de roteiro de desenvolvimento turístico;
- elaboração de um código de conduta no turismo;
- apoio ao desenvolvimento de um sistema de financiamento dos investimentos, baseado na criação de riqueza nacional, no reforço das capacidades humanas e nas infra-estruturas comunitárias;
- implementação de projectos comunitários e tomada em conta da abordagem do género no desenvolvimento de actividades do eco-turismo.

A implicação das comunidades de base na gestão das empresas turísticas, permitirá a utilização viável dos recursos naturais, a não banalização de aspectos culturais, a redução da pobreza bem como a protecção do meio ambiente.

Em paralelo a essas actividades preparatórias, os esforços serão feitos para desenvolver o mercado turístico, através da criação das infra-estruturas de acolhimento, da conservação de locais históricos e da melhoria dos equipamentos nas zonas de grandes potencialidades turísticas (Ilhas Bijagós, Boé, Cantanhez, Varela etc.), facilitando o seu acesso. Dar-se-á também uma atenção particular a criação de circuitos turísticos e a promoção de produtos diversificados. Por outro lado, as instituiçõs de promoção do sector privado existentes e o financiamento dos investimentos, os projectos turísticos receberão um encorajamento particular.

2. Desenvolvimento de infra-estruturas económicas básicas

A escassez generalizada das infra-estruturas básicas constitui, há já muitos anos, um dos mais graves constrangimentos com os quais está confrontada a economia nacional. Em particular, o sector da electricidade está mergulhado numa crise profunda e estrutural que limita a competitividade da economia e entrava todas as possibilidades de mutação face a emergência de sectores modernos, tais como a indústria manufactureira e as actividades de serviço com forte valor acrescentado e capazes de acelerar o desenvolvimento nacional. Em 2010, estimava-se em menos 20% a taxa de electrificação a nível nacional, contra mais de 40% ao nível regional. Apesar deste sector ter sido considerado prioritário no DENARP I, os múltiplos esforços empreendidos pelo Governo ainda não permitiram registar resultados tangíveis no terreno. Esta situação é idêntica para todas as infraestruturas de trasportes e do desenvolvimento das trocas internas e externas.

a. Energia

O consumo de energia na Guiné-Bissau situa-se a volta de 0,3 tep / pessoa / ano, sendo um dos mais baixos do mundo. Mesmo na capital, apenas 40% da população tem acesso à eletricidade, enquanto que no conjunto do país, essa proporção é de 20%. Este acesso é por si só muito irregular. A Empresa Pública de Electricidade e Águas (EAGB) sofre perdas técnicas e comerciais que representam mais de 50% da produção efectiva. Os equipamentos na sua maioria são obsoletos, ultrapassados e fora de uso. O Governo reconhece que a situação actual neste sector não é compatível com o objetivo de promover o crescimento económico e o desenvolvimento de empresas competitivas.

Profundas reformas foram aprovadas em 2010 no quadro da implementação da Carta de Política de Desenvolvimento do Sector, com vista à:

- melhorar o acesso à energia eléctrica através de extensão da rede de distribuição assim como a aplicação de uma política de preços acessíveis à maioria da população;
- incentivar o investimento privado no domínio de produção e distribuição de energia, incluindo as energias renováveis, através da implementação da lei sobre as parcerias público-privadas aprovadas em 2010,
- implementar uma política de tarifas inovadora e diferenciada que toma em conta as diferentes categorias de consumidores, os prazos de amortizações dos investimentos feitos e a competitividade da economia;
- mobilizar recursos financeiros públicos e privados massivos para investir no sector da energia, a fim de garantir uma cobertura média de 80% nas áreas urbanas e 60% a nível nacional, até 2015.
- operacionalizar a interconexão das redes sub-regionais, acelerando a implementação do programa da OMVG;
- reforçar as actividades de formação e reciclagem a todos os níveis para melhorar as competências técnicas e tecnológicas do sector;
- efectuar a reestruturação institucional e legal do sector;
- proceder à liquidação da EAGB e criar uma nova entidade para prestação de serviços de fornecimento de energia;
- criar uma entidade para a regulação do sector da electricidade e água;
- adoptar uma estratégia para otimizar as diversas iniciativas em curso no sector. (PMRI, Livro Branco, OMVG, viabilizar o projecto de construção da barragem do Saltinho...)

A médio e longo prazo, tratar-se-á de: i) continuar o desenvolvimento das capacidades energéticas do país, incluindo no quadro de iniciativas sub-regionais que poderão favorecer o acesso à hidroletricidade mais baratos, ii) promover as fontes de energia alternativas como meio de reduzir a dependência de produtos petrolíferos, e iii) promover o acesso aos serviços de energia moderna nas áreas rurais e semi-urbanas.

Em 2020 , espera-se ter uma rede eléctrica que cubra 80% dos centros urbanos contra uma cobertura actual do país de 60%. Para 2015, as metas são de 60% e 35% respectivamente.

Para remediar esta situação, o Governo ira concentrar os seus esforços em:

i. ampliação das infra-estruturas de produção e sistemas de distribuição, nomeadamente para capital, Bissau, incluindo a implementação de projetos em curso ou em fase de negociação com os parceiros;
ii. reforço das capacidades técnica e operacionais da EAGB e a implementação de reformas institucionais necessárias ao desenvolvimento do sector;
iii. melhoria da gestão comercial, através do aumento da taxa de recuperação do consumo de electricidade de 40 a 70% ou mais com vista a estabilização financeira da EAGB (para este propósito, a luta contra ligações ilegais, através do reforço do quadro jurídico e reforço de capacidades de controle serão prioridades);
iv. revisão da estrutura tarifária e a introdução de um sistema de pré-pagamento,
v. planificação do desenvolvimento do sector para atender às necessidades futuras, incorporando oportunidades de desenvolvimento e interligação de redes no âmbito da Organização para o Desenvolvimento do Rio Gâmbia (OMVG) e,
vi. promover sistemas alternativos de energia doméstica com maior eficácia para reduzir o consumo de lenha e carvão vegetal per capita e assim garantir a sustentabilidade dessa fonte de energia crucial para a maioria da população.
vii. Promoção da eficácia energética: (i) nos prédios, domicílios e sector industrial, a fim de reduzir a factura pretolífera do país e ter capacidades de responder à procura crescente da electricidade, (ii) na produção e consumo de carvão a fim de preservar os recursos florestais do país ;
viii. A implementação de uma estratégia de abastecimento dos agregados familiares em combustível para proteger os recursos florestais, assim como as finanças públicas e a balança de pagamentos do país.

Tabela 7: Indicadores de Desempenho do Sector de elétricidade (2010-2015)

	2010	2015
Produção de electricidade (MW)	5,5	15,5
% da produção facturada e efectivamente paga	40	70

O combustível à base de madeira representa cerca de 90% do consumo nacional de energia e assegura praticamente todas as necessidades nas áreas rurais. As mulheres desempenham um papel importante nesta actividade, tratando quer da produção, comercialização ou do consumo no meio rural e urbano. Também toda a acção empreendida a este nível no quadro do DENARP II terá em consideração este papel feminino. A procura ultrapassa, sem dúvida, os 550.000 toneladas de madeira por ano (incluindo cerca de 137 mil para o abastecimento de

carvão à Bissau). Isso representa um volume de 1,2 milhões de m3, correspondentes a mais de 80% da produção florestal. Como se sabe, a cobertura florestal tem diminuído bastante na Guiné-Bissau. Portanto, neste domínio, afigura-se necessário conciliar as necessidades energéticas das populações, particularmente as mais pobres e rurais, com a preservação da floresta.

O Governo continuará a envidar esforços para acelerar a implementação dos programas previstos no âmbito do CILSS: painéis solares para a iluminação, e a satisfação das necessidades domésticas em pequena escala (televisão, preparação de alimentos) e as necessidades colectivas (dispensários, telecomunicações).

Por outro lado, tendo em conta o potencial hídrico, solar e em biomassa do país e com vista a atingir os seus engajamentos internacionais em matéria de redução das emissões de gaz com efeitos de estufa, o Governo vai-se engajar na promoção das energias renováveis, através da adopção de uma política nacional para a promoção de energias renováveis (eólica, solar, pequenas e micro hidroeléctrica a partir da biomassa), com o seu esquema director.

b. Infra-estruturas de Transportes (rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo)

Progressos significativos foram realizados na reabilitação da rede viária primária e na construção de travessias, graças a um vasto programa iniciado há vários anos com o apoio de parceiros externos. A maioria das sedes regionais são actualmente desenclavadas e ligadas aos países vizinhos (Senegal e Guiné-Conakry), e quase praticáveis em todo o ano.

Do total da rede rodoviária do país (2.755 km) apenas 770 km são asfaltadas (27,5%). A totalidade desta rede encontra-se no continente. Mais de 75% de estradas nacionais e regionais estão em mau estado de conservação. Apenas 45% das estradas locais são asfaltadas e a nivel nacional, 75% das estradas são em terra batida. As ilhas contam apenas com 79 km de estradas, sendo apenas 13 km asfaltada.

Todavia, os obstáculos permanecem, nomeadamente: (i) o estado de degradação da rede rodoviária[14], que limita o acesso as zonas de produção, sobretudo no sul do país, e ii) o limite das capacidades portuárias do país. Inicialmente previsto para 5000 contentores por ano, o Porto de Bissau, o único do país, assegura actualmente o tráfego de cerca de 20.000 contentores, o que origina, de facto, o tempo de espera. A isto acresce-se a degradação de condições de acesso e os custos exorbitantes das operações portuárias, sendo os mais elevados da sub-região.

Para sanear estes constrangimentos, são previstas as seguintes acções prioritárias no sector rodoviário: i) melhoria do acesso as zonas de produção do país, através da implementação do programa de reabilitação de pistas rurais (será dada uma atenção especial as regiões do sul), ii) manutenção e expansão da rede rodoviária nacional, através da criação de programas de manutenção, reabilitação e / ou construção de estradas e travessias; e iii) prosseguir esforços da interligação permanente entre o Senegal, Guiné-Bissau e a Republica da Guiné, através das estradas trans-oeste africana e de interconexão (corredor intercomunitário do programa económico regional-PER).

[14] Segundo os dados da DGEP (ver relatório costing dos ODM, Set. 2010) o país dispõe de 2755 km de estradas, dos quais apenas 770 km asfaltadas. No total, mais de 75% das estradas nacionais e regionais estão em mau estado de conservação, enquanto que 45% das estradas locais são revestidas e 75% de terra batida.

No domínio dos transportes marítimos e fluviais, a reabilitação e a expansão da capacidade do Porto de Bissau constitui uma prioridade, tendo em vista a sua importância estratégica para a economia nacional, incluindo a exportação da castanha de caju[15]. No mesmo espírito, devem ser considerados: i) a melhoria das condições de segurança no mar, através de: disponibilização de equipamentos de auxílios à navegação (faróis, bóias e outros equipamentos), ii) os levantamentos hidrográficos para atualizar as cartas náuticas de pequena escala; iii) a construção de um segundo porto de águas profundas (Porto de Buba), como parte de um plano integrado de desenvolvimento do potencial agrícola e mineral do país, após o estudo do Impacte Ambiental, iv) o apoio à revitalização do transporte fluvial e marítimo, nomeadamente para o desenclavamento das ilhas e do Sul do país (elaboração e implementação de um plano para restauração do sistema de transporte fluvial e marítimo: a criação de uma frota fluvial, dragagem de vias navegáveis, aquisição de equipamentos de comunicações e de segurança etc.).

Neste sentido, o Governo focaliza na actualização dos estudos técnicos e na criação de mecanismos necessários à promoção e o apoio ao investimento privado. Para apoiar esta dinâmica e favorecer uma implementação bem sucedida deste programa será necessário reforçar as capacidades institucionais das estruturas concernentes, nomeadamente a Direcção-Geral da Marinha Mercante, cuja função é de assegurar a regulação, a supervisão e a instalação de um centro meteorológico de transporte marítimo.

Tratando-se do transporte aéreo, o essencial será a modernização do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira com vista a atender as normas da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e pela normalização do sistema de navegação aérea.

c. **Telecomunicações:**

O sector das telecomunicações conheceu, nos últimos anos, progressos significativos, graças a abertura às diferentes operadores económicos. Actualmente existem três operadoras de telefonia celular (Guinetel, MTN e Orange), onde 39,3% da população têm telefones celulares. A fim de promover o desenvolvimento do sector, o Governo adoptou, vários textos legislatívos e regulamentares, incluindo a lei-quadro sobre a administração das telecomunicações: i) interconexão e o acesso à rede, ii) fornecimento de rede e serviços de informação e comunicação, iii) execução de acções, sanções e resolução de conflitos, e iv) consulta pública.

Para os próximos anos, os principais desafios serão: i) a extensão da cobertura dos serviços de telecomunicações, incluindo a Internet (taxa de acesso está limitado a menos de 1%), e ii) melhoria da qualidade dos serviços.

Nesta perspectiva, a política do Governo incidirá sobre: i) a consolidação do quadro jurídico para promover o investimento privado, reforçar a livre concorrência e melhorar a qualidade dos serviços à população, ii) o reforço das capacidades do Instituto de Comunicação da Guiné-Bissau (ICGB) enquanto entidade reguladora, iii) a preparação e a implementação de um plano de desengajamento do Estado na Guiné-Telecom, e iv) a promoção do

[15] Actualmente, mais de 85% das importações e 95% das exportações da Guiné-Bissau efectuam-se no porto de Bissau

desenvolvimento da telefonia rural, nomeadamente a criação de um fundo de acesso universal aos serviços de telecomunicações.

Além disso, a questão do desenvolvimento da telefonia fixa permanece aberta. A mudança da clientela para a telefonia móvel contribuiu para o desenvolvimento desse serviço, essencial para a transferência de dados a alto débito. Para remediar esta situação, o desenvolvimento de uma rede nacional de fibra óptica seria salutar. Para isso, dado ao volume dos investimentos necessários, a acção do Governo consistirá na promoção de investimentos privados.

d. Desenvolvimento Urbano, Habitação, Cartografia e Ordenamento do Territorio

No contexto do desenvolvimento urbano, na perspectiva de melhoria de vida das populações, o Governo adoptou: (i) o Regulamento geral da construção civil e habitação urbana; (ii) a Agencia de promoção imobiliária; (iii) a Lei de ordenamento de território e urbanismo; e, (iv) a Politica nacional do ordenamento de território.

No âmbito do DENARP II, de acordo com as linhas diretrizes definidas na Carta da Política do sector das infra-estruturas, serão implementadas as seguintes medidas: i) o desenvolvimento e a aplicação dos planos do ordenamento do território; ii) o desenvolvimento de instrumentos coerentes de gestão de espaços fisicos nacionais e recursos naturais (Plano Nacional de Ordenamento do Território e a actualização das cartas); iii) a regulamentação dos direitos fundiários (Lei da terra); iv) a adoção de politicas nacionais de habitação e de urbanização, v) o início do processo de reestruturação e requalificação urbana das cidades do País; vi) a reabilitação e construção de infraestruturas urbanas (mercados, matadouros, latrinas públicas, instalações de lazer, etc.); vii) a actualização de mapas topográficos nacionais e dos centros urbanos; viii), o reforço das capacidades nacionais nos domínios da planificação urbana, dos sistemas de informações geográficas, cartografia e do ordenamento; ix) a criação de espaçoes verdes nas zonas urbanas.

Alem do estatuto social da mulheres relativamente a propriedade imobiliária e o acesso aos recursos financeiros, as mulheres chefes de agregados familiares, viúvas, divorciadas ou solteiras, têm mais dificuldades do que os homens em relação as suas casas e o contexto do seu habitat. O DENARP II irá trabalhar no sentido de integrar e responder especificamente às necessidades dessas mulheres, que afinal, são proporcionalmente as mais pobres entre os pobres.

3. Melhoria da governanção nos sectores emergentes de minas e do petróleo

O país dispõe de recursos minerais, cuja exploração poderia ser uma verdadeira alavanca para acelerar o crescimento económico, proporcionar receitas importantes para o orçamento do Estado financiar a prestação de serviços sociais de base e reduzir a pobreza. Os trabalhos de prospeção permitiram identificar importantes jazigos de bauxite, fosfato e ieminite, bem como a presença de outros minerais, com interesse económico.

No entanto, o desenvolvimento deste sector enfrenta grandes desafios, nomeadamente: i) a dificuldade de mobilizar os necessários investimentos, ii) a fraca capacidade nacional em matéria de negociação e de acompanhamento de instrumentos jurídicos para proteger os interesses do país e, iii) controlo do impacto das actividades mineiras sobre o meio ambiente.

Para fazer face a estes desafios, o Governo preconiza para os próximos anos os seguintes eixos de intervenção:

i. a melhoria do quadro de investimento através da revisão das Leis das Minas e dos Hidrocarburantes, a fim de tornar o quadro de investimentos mais transparente e melhor adaptado ao contexto actual do país (esta revisão será concluída em 2012),
ii. o reforço das capacidades técnicas e institucionais da administração responsável pelas minas e hidrocarborantes, para permitir a elaboração em 2011-2012 de uma politica nacional para as minas e petróleo; a formação dos quadros e dotação das estruturas em meios de equipamentos consequentes; melhoria da transparência no processo de negociação e aprovação de acordos;
iii. a previsão medidas para a optimização das oscilações de exploração de recursos para o país (revisão e adaptação de fiscalidade mineira e petrólifera conforme as normas internacionais, maior implicação das sociedades mineiras no desenvolvimento local, a adesão a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas - EITI + + em 2011);
iv. a implementação de medidas de preservação do meio ambiente (elaboração e implementação de uma política adaptada, incluindo a efectiva implementação de medidas rigorosas, tais como: obrigação dos operadores de realizar estudos de impacto ambiental e, para aqueles que já tenham iniciado os trabalhos de reabilitação das zonas exploradas ou afetadas, a institucionalização de taxas para a restauração e preservação do meio ambiente e reforço de capacidades de controle e de seguimento de serviços públicos assim como da sociedade civil. Também foi previsto o reforço das capacidades e de avaliação de seguimento de impacto das industrias extrativas sobre o ambiente.

Por outro lado, uma atenção particular será dada a prevenção dos riscos de propagação do VIH/SIDA e VBG nas zonas de exploração mineira logo no início dos trabalhos. Igualmente, será garantida a protecção das mulheres nessas zonas, com vista a prevenir e mitigar todos os actos de violência sexual contra elas, que, além de ser uma violação dos seus direitos e de afectar a sua saúde mental, pode ser um factor de transmissão de infecções sexualmente transmissíveis, entre os quais o VIH/SIDA.

Enquanto se aguarda pela implementação deste quadro institucional, o Governo não estará em condições de atribuir novas concessões nem de permitir o arranque dos trabalhos de grande envergadura. Excepto o caso de jazigos de Boé, onde será autorizado o recomeço dos trabalhos, respeitando as normas ambientais, incluindo a reparação dos danos já causados. As concessões já feitas em relação aos metais preciosos em Varela e os jazigos de fosfato de Farim devem ser revistos em conformidade com as normas convencionais sobre a protecção do ambiente.

4. Desenvolvimento da industria de transformação

Confrontado com numerosos constrangimentos, a começar pelo fornecimento e os custos elevados da electricidade, o sector industrial está num estado embrionário, e não conheceu nenhum dinamismo no passado recente. Os estudos e consultas realizadas (inclusive no quadro de preparação do DENARP), não consideram este sector como sendo portador de crescimento para os próximos cinco anos. Em consequência, como foi no caso do DENARP I, não foi proposto um programa específico para este sector. O potencial existente de transformação de castanha de caju e de produtos de pesca foi aboradado foi consagrados às fileiras correspondentes. O potencial existente para a agro-indústria (sumos de frutas, por

exemplo), também será tido em conta no quadro de medidas gerais de melhoria de ambiente de negócios. Mas, o Governo iniciará um estudo aprofundado sobre o tipo de industrialização que Guiné-Bissau poderá implementar à médio e longo prazos na base das suas vantagens comparativas e tomando em consideração a concorrência dos países da subregião com a tomada em consideração dos estudos dos impactos ambientais.

5. Melhoria e desenvolvimento do mercado de emprego

À espera de uma análise mais aprofundada e actualizada da situação do emprego na Guiné-Bissau, os primeiros elementos do censo populacional em 2009 e inquérito sobre a pobreza em 2010, bem como o estudo sobre a pobreza não-monetária (Fevereiro 2011) permitem indicar, pelo menos, seis (6) níveis de prioridades:

- a dimensão transversal de emprego através de certas arbitragens das políticas macroeconómicas e estratégias para a implementação de programas de investimento que integram as preocupações do mercado de trabalho e a pressão social de pessoas à procura de empregos dignos e sustentáveis;
- a implementação de um observatório de emprego com informações desagregadas por sexo, para que as medidas a serem tomadas sejam adaptadas e possam beneficiar tanto as mulheres como os homens;
- os programas específicos para resolver problemas do sub-emprego no meio rural e o desemprego no meio urbano;
- a elaboração de uma estratégia para o emprego dos jovens, integrando a politica de salvaguarda social e ambiental do Estado;
- o quadro jurídico e incitativo e protector dos direitos dos trabalhadores;
- a criação de um programa de empregos relacionados aos investimentos urbano e rodoviários, permitindo colocar a questão do emprego no centro da estratégia, através do uso de técnicas de forte intensidade de mão-de-obra, de formação e de desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

Para os próximos cinco anos, o Governo irá privilegiar os seguintes aspectos:

- a formulação de uma política nacional de emprego e formação profissional;
- o desenvolvimento dos indicadores sobre o emprego para compreender melhor a situação do desemprego e orientar as suas intervenções em função das zonas de habitação (urbana e rural);
- o estabelecimento de um programa de emprego para os jovens, integrando a questão da igualdade de género em termos de oportunidades de acesso e de formação;
- o estabelecimento de um programa regionalizado para criar empregos, usando as técnicas de forte intensidade de mão-de-obra na implementação de certos tipos de obras no Programa de Investimento público.

6. Gestão e protecção do ambiente

Comparado a outros países da sub-região, a Guiné-Bissau parece ter preservado melhor o seu equilíbrio ambiental. A intensificação das actividades económicas em certas áreas (agricultura, pesca e particularmente as industrias extractivas) pode ser uma verdadeira ameaça para o ecossistema e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Várias práticas envolvendo a exploração dos recursos do solo, da água e das florestas estão entre as principais causas de amplificação das formas de degradação dos solos, da fragmentação dos habitats, da erosão dos solos, diminuição da disponibilidade de recursos hídricos a perda dos serviços de ecossistema e a diminuicao rápida de diversidade biológica. Entre essas ameaças, pode-se citar a agricultura itinerante, a caça de subsistência, a produção de carvão e pequena pecuária, as práticas extensivas de gestão do gado, o abate indiscriminado dos recursos florestais para extracção dos ultimos povoamentos de madeira e rápida expansão das plantações da castanha de caju, e ainda, a caça insustentável e as queimadas (o fogo é frequentemente utilizado como uma técnica de caça). Esta tendência é particularmente preocupante neste contexto de alterações climáticas, cujos impactos podem agravar progressivamente os efeitos negativos da perda da floresta sobre a biodiversidade e comprometer a capacidade de subsistência e sobrevivência das comunidades rurais.

As soluções adoptadas pelos documentos nacionais de gestão de recursos naturais (NBSAP, NAPA, PAN, LCD, Comunicações nacionais ...) baseam-se em cinco pilares: (a) reforço das capacidades institucionais, técnicas e financeiras para a gestao dos recursos naturais; (b) reforço do quadro regulamentar; (c) integração da gestão ambiental e dos recursos naturais nas políticas de desenvolvimento económico; d) sensibilizacao das populacões rurais sobre o papel dos serviços de ecosistemas de desenvolvimento; e, e) participação das partes interessadas, incluindo as comunidades na gestão dos ecossistemas.

Para atingir os objectivos do PNGA as medidas a tomar são as seguintes: i) revisão do PNGA, ii) desenvolvimento de instrumentos coerentes de gestão de espaços físicos nacionais e os recursos naturais (Plano Nacional de Ordenamento do Território), iii) concepção de uma estratégia nacional para assegurar uma boa gestão dos recursos hídricos e garantir o acesso a todos os usuários de uma forma racional, iv) promoção das energias renováveis para garantir a satisfação durável das necessidades energéticas, reduzindo pressão sobre os recursos florestais (lenha), v) estabelecimento de um sistema fiável de informação acessível a todos os utilizadores para uma melhor gestão do ambiente, vi) desenvolvimento da investigação no domínio do ambiente, vii) implementação de um programa de reflorestação para reduzir ou reverter a degradação dos recursos naturais, viii) aplicação das convenções e protocolos relacionados directa ou indirectamente com o ambiente e assinatura de outros considerados pertinentes e ix) modernização das actividades económicas, nomeadamente através da intensificação da agricultura para a segurança alimentar com a exploração sustentável dos recursos naturais, x) desenvolvimento do plano nacional de mitigação de gazes com efeito de estufa (NAMA), Estratégia de Desenvolvimento Carbono Zero do País e do Plano de investimento estratégico de gestão durável das terras; xi) reforço da capacidade operacional das instituições encarregues de seguimento, avaliação e protecção do ambiente; e, xii) mobilização dos recursos financeiros para a implementação dos planos estratégicos acima citados.

2.4.4. Eixo IV: Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano

Este eixo estabelece as acções prioritárias em matéria de educação, saúde, água e saneamento, tendo em conta a necessidade de se acelerar a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (ODM). Para o efeito, uma atenção especial continuará a ser dada aos pobres e grupos vulneráveis, particularmente às mulheres e às crianças dos agregados mais pobres e às pessoas que necessitam de tratamentos especiais, com o desafio de assegurar a toda a população o acesso aos serviços sociais de base de maneira equitativa. O presente eixo inscreve as suas acções numa visão de aceleração do desenvolvimento da qualidade de vida dos recursos humanos atrvés do desenvolvimento e da melhoria da qualidade dos serviços da educação, saúde, abastecimento da água potável e saneamento.

1. Desenvolvimento e melhoria da qualidade do sistema educativo

O diagnóstico do sector educativo na Guiné-Bissau revela progressos consideráveis no domínio da cobertura escolar, em todos os níveis do sistema, ao longo dos últimos 7 anos, em parte, graças à contribuição das comunidades ao nível primário.

De acordo com os resultados provisórios do inquérito MICS/IDSR (2010) a taxa líquida de escolarização ao nível primário em 2009/2010 foi de 67,4% ao nível nacional, contra 56,9% em 2003/2004. Isto significa uma progressão de 10,5 pontos percentuais em seis anos. Esta taxa atingiu 87,1% em Bissau, 83,5% no conjunto das zonas urbanas e 56,5% no meio rural. A diferença entre as raparigas e os rapazes contínua relativamente limitada (65,4% para as raparigas e 69,3% para os rapazes) no ensino básico. No nível secundário, a taxa líquida de escolarização é de 23,5% ao nível nacional, sendo o das raparigas apenas 19,9%.

No entanto, estes progressos relativos não superam os graves problemas de disfuncionamento do sistema educativo do país. O acesso à escola está longe de estar ao alcance de todos e a retenção das crianças na escola contínua fraca, tendo em conta que, em cada 100 crianças que se inscrevem no primeiro ano, somente 40 atingem o sexto ano de escolaridade.

Uma situação comparável é observada ao nível do ensino secundário, marcada ainda mais pelas disparidades regionais e entre os sexos. Com efeito, nas zonas rurais, as raparigas têm duas vezes menos chanche de terminar o ensino básico do que os rapazes e nas urbanas esta diferença situa-se em 1,4. Pior ainda, a qualidade do ensino deixa muito a desejar, sendo marcada nomeadamente pelas insuficiências de infra-estruturas, por meios pedagógicos praticamente inexistentes (poucos ou nenhum manuais disponíveis para os alunos), pela insuficiência e fraca qualificação do pessoal docente e consequentes perturbações estruturais observadas nos últimos anos. Quanto a taxa de alfabetização, ela contínua ainda muito fraca (apenas 42% da população adulta está alfabetizada), em decorrência da ausência de uma política eficaz de alfabetização[16].

Com o objectivo de remediar a situação, o Governo adoptou a Carta Política do Sector da Educação para o período 2009-2020, cuja implementação permitirá entre outros: i) elevar a taxa de inscrição ao nível pré-escolar para 11% em 2020, contra os 5% em 2006, ii) assegurar a escolarização primária completa a todas as crianças, iii) alargar o acesso ao ensino básico (7ª-9ª classe), com vista a proporcionar a maioria dos jovens, os 9 anos de escolaridade, iv)

[16] Estimativa a partir do MICS 2000.

melhorar o ensino superior e promover a pesquisa científica e, v) melhorar a qualidade de educação em todos os níveis.

O DENARP II inscreve-se na dinâmica da execução da Política de Desenvolvimento do Sector da Educação.

O DENARP II traduzir-se-á na implementação das acções previstas que incidirão sobre:

- **Ao nível pré-escolar :** i) desenvolvimento dos modelos comunitários e de madrassas; ii) promoção de centros privados para elevar a capacidade de acolhimento a 10% por ano; iii) melhoria da oferta pública, nomeadamente pela racionalização dos meios alocados aos jardins-de-infância;
- **Ao nível do ensino básico**: O objectivo fixado é fazer 100% de crianças de uma faixa etária, matriculadas na 1ª classe num dado ano, beneficiarem de uma escolaridade completa de 6 anos, em 2020. Durante a implementação do DENARP II, os objectivos visarão: 68,8% em 2011 e 81,6% em 2015.

Em relação ao apoio aos grupos vulneráveis, o Governo pretende, igualmente no âmbito do DENARP II, desenvolver programas de apoio aos pobres e muito pobres. Estes programas devem privilegiar uma abordagem sistemática que tenha em conta a oferta e a procura em matéria da educação das crianças. As acções concretas a serem implementadas são:

- fornecimento de equipamentos, materiais didácticos e de reforço de capacidade do pessoal;
- redução dos custos da escolarização das crianças com vista a implementação da política da educação gratuíta;
- supressão de custos de escolarização para crianças na situação de extrema vulnerabilidade;
- alargamento e diversificação das cantinas escolares;
- desenvolvimento dos programas de alfabetização e instrução para adultos, como forma de contribuir para a redução da pobreza nos agregados familiares.

A materialização deste objectivo impõe a implementação das seguintes acções: i) redução da taxa de repetência para 10% a partir de 2015 contra 14,8% em 2010; ii) assumpção progressiva pelo Estado das escolas comunitárias e madrassas; iii) promoção da oferta do ensino privado através de medidas de incentivos (10% do custo unitário do aluno do sector público por cada aluno do sector privado); iv) eliminação de disparidades no que concerne ao acesso à escola; v) implementação, com o apoio das comunidades, de cantinas escolares prioritariamente nas zonas de fraca procura escolar e de elevadas taxas de abandono, no âmbito da sua universalização; vi) recurso sistemático às turmas multi-classe nas zonas com fracos efectivos escolares; vii) construção e reabilitação de 365 salas de aula em média por ano; e viii) recrutamento de cerca de 635 professores, em média por ano. A realização destas medidas previstas permitirá escolarizar 546 mil crianças no horizonte 2020 contra 362 mil em 2010.

Quadro 8 : Alvos e indicadores a nível primário

	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015
Número de manuais escolares a distribuir	941 727	969 234	997 578	1026 786	1056294
Taxa de conclusão do ciclo	66.8%	70.5%	74.2%	77.9%	81.6%

Modelo de simulação ME/GIPASE, versão junho 2009

A melhoria da qualidade requererá: i) reforço da formação inicial e contínua dos docentes; ii) redução progressiva do número de salas de aula que funcionam em regime de múltiplos turnos; iii) redução do rácio alunos/docente; iv) distribuição gratuita dos manuais escolares e de materiais didácticos às escolas; v) elaboração e adopção, a partir de 2012, de novos programas escolares adaptadas às realidades económicas e sociais do país; vi) reforço da gestão administrativa e pedagógica das escolas. Neste contexto, a Iniciativa Fast-Track poderá constituir uma oportunidade para a mobilização de financiamentos adicionais necessários à iniciativa escolarização primária para todos.

Ao nível do ensino secundário (ES): O objectivo é de melhorar o acesso à uma educação de qualidade. Para o efeito, as intevenções incidirão sobre: i) aumento da capacidade de acolhimento no ES público, que passará a 28 mil alunos em 2020 contra 13 mil em 2006, ii) recrutamento de cerca de 115 docentes em média por ano, iii) construção de cerca de 35 salas de aula em média por ano e, iv) assumpção, por parte do Estado, das propinas e da compra de manuais para os alunos mais desfavorecidos. A estas acções preconizadas se acrescentam as seguintes medidas: i) o aumento progressivo do tempo de aprendizagem efectivo dos alunos, de 20 semanas actuais para 25 semanas em 2020, ii) aumento do número de horas semanais por docente, de 17 para 25 horas até 2020, iii) revisão da formação inicial de docentes e implementação de uma formação contínua apropriada, iv) reforço do ensino das disciplinas científicas, através da construção e equipamento de laboratórios, v) reforço da gestão administrativa e pedagógica das escolas e, vi) reorganização do ciclo escolar com a introdução do 12º ano para harmonizar com as práticas subregionais, incluindo a revisão do programa e curriculum.

Quadro 9 : Alvos e indicadores a nível de ensino secundário

Indicadores	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015
Capacidade de acolhimento	17 303	18 033	18 701	19 301	19 825
Taxa de retenção nas 10ª e 11ª classes	89.5%	90.1%	90.7%	91.3%	91.9%

Modelo de simulação ME/GIPASE, versão junho 2009

ENQUADRAMENTO 1

Necessidades para atingir a escolaridade universal no horizonte 2015 : OMD2

De acordo com a Carta Política sectorial da educação, o Governo assumiu o engajamento de fazer destas, as principais prioridades: a escolarização primária universal e a conclusão universal do ensino de base 3º ciclo (1º ciclo do secundário) com serviços de qualidade melhorados. Para isso, a política será articulada em torno de: i) promoção do ensino pré-escolar, ii) melhoria da cobertura do ensino de base 3º ciclo na perspectiva de progredir em direcção a uma cobertura mais alargada, de um sistema que oferece a maioria dos jovens 9 anos de escolaridade iii) melhoria da qualidade dos serviços educativos oferecidos e, iv) desenvolvimento ao nível dos jovens, das competências apropriadas para as suas inserções na sociedade.
O Governo, consciente dos desafios a enfrentar, realizou uma avaliação das necessidades mais relevantes para atingir o OMD2 até 2015. Os resultados se apresentam como se segue:
Salas de aulas a construir:

Ciclo	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	Média
Primário	304	907	972	987	971	828
Secundáirio 1	15	128	196	354	505	240
Secundário 2	7	38	84	62	69	52

Novos docentes a recrutar:

Ciclo	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	Média
Primário	1.360	1.459	1.575	1.615	1.615	1.525
Secundário 1	364	529	852	1.607	1.608	992
Secundário 2	97	115	175	42	67	99

Ao nível do ensino técnico e formação profissional (ETFP), o propósito é de: i) aumentar o acesso à formação técnica e profissional, ii) melhorar a qualidade e diversificar os programas de formação *e* iii) melhorar o sistema de seguimento das formações técnicas e profissionais.

Para alcançar esses resultados, diversas medidas serão implementadas, nomeadamente: i) reforço de capacidades do Instituto de Formação Técnica e Profissional, ii) reestruturação do dispositivo de pilotagem como quadro de concertação e de colaboração entre instituições de formação e empresas responsáveis, ii) institucionalização de um sistema de pilotagem baseado na revisão permanente da adeaquação entre a formação e o emprego, iv) exigência de uma formação inicial e contínua dos formadores, v) elaboração e implementação de programas de formação adequados, incluindo o espírito de criação de empresa, vi) renovação de equipamentos e materiais didácticos, vii) promoção de formações em alternância, viii) reforço de seguimento-avaliação e do controlo de qualidade e, ix) implantação de mecanismos de apoio à inserção sócio-profissional dos jovens formados, nomeadamente através de facilidades de acesso aos equipamentos de base, assim como, o acompanhamento inicial.

Para além disso, as capacidades de ETFP serão desenvolvidos para permitir às escolas de formação profissional de acolher, até 2020, 15% dos jovens finalistas dos ciclos de ensino prmário e secundário e expandir o ETFP clássico. Para isso, impõe-se: i) o reforço das capacidades de acolhimento dos estabelecimentos existentes e a criação de novas estruturas, em função das necessidades, assim como das capacidades nacionais, de acolher de 447 em 2010, para 604 alunos em 2020, ii) a assumpção parcial dos custos de formação profissional e de inserção com vista a torná-la acessível ao maior número de jovens, iii) a diversificação das

especialidades direccionadas aos sectores prioritários da economia e, iv) o recrutamento de formadores.

Ao nível do Ensino Superior e Investigação Científica: O principal objectivo é a melhoria da eficácia do sistema, a fim de responder às necessidades em quadros nacionais de alto nível para o desenvolvimento económico e social do país. Para este efeito, a política será articulada em torno das seguintes prioridades: i) diversificação e profissionalização das formações; ii) implantação de um dispositivo de observação e de exploração mercado de emprego; iii) promoção do ensino privado e de formação à distância, para colmatar as fracas capacidades do sector público neste domínio; iv);formação contínua de professores; v) melhoria de recursos pedagógicos (laboratórios, bibliotecas, redes electrónicas, NTIC, etc.); vi) desenvolvimento de parceria entre a Universidade Pública e as Universidades estrangeiras.

Ao nível de alfabetização de adultos, a política visa i) alargar as possibilidades de acesso ao saber para as pessoas com idades compreendidas entre 15 e 35 anos; ii) reduzir a taxa de analfabetismo a 21% em 2015 contra os 42% em 2010. Uma abordagem da alfabetização funcional orientada nas actividades dos alfabetizandos. Desenvolver o programa intensivo de alfabetização através do audiovisual Alfa-TV.

O desenvolvimento desta política far-se-á através de: i) identificação da população alvo (explorar os resultados de recenseamentos); ii) mobilização de todos os actores na luta contra o analfabetismo; iii) desenvolvimento de programas e guias de alfabetização; iv) formação de animadores/alfabetizadores; v) reforço do sistema de seguimento-avaliação; e vi) implementação de programas de alfabetização aos pais de alunos, com o apoio dos professores de ensino básico.

No que concerne especificamente as questões de gênero, a intervenção do DENARP II será através de sete (7) acções prioritarias: (i) conceder uma atenção especial às raparigas para que a sua taxa de inscrição escolar, de retenção e de finalização dos ciclos seja uma realidade em todos os níveis; (ii) garantir a inscrição e a retenção das raparigas no sistema educativo durante a idade legal; (iii) criar em todos os níveis, condições administrativas, sociais e jurídicas de protecção do(a)s aluno(a)s e do(a)s estudantes do assédio sexual (iv) facilitar e promover a inscrição e retenção de mulheres nas estruturas de alfabetização assim como seu acompanhamento pós-alfabetização; (vi) garantir o equilíbrio de gênero na retenção e recrutamento de professores; e, (vii) incluir as questões de género nos programas transversais de formação de professores e alunos, a partir da primária.

2. Desenvolvimento do sector sanitário e melhoria da qualidade dos servicos fornecidos

A situação sanitária do país é caracterizada pela baixa utilização dos serviços de saúde e vulnerabilidade sanitárias das populações, afectando mais particularmente as crianças menores de 5 anos e a mãe. As visitas às estruturas sanitárias é inferior à 0,4 por habitante por ano, apesar da melhoria da cobertura geográfica do país, pelas estruturas da saúde. A utilização dos servicos sanitários pelas mulheres é ainda muito fraca, devido ao seu próprio estatuto, principalmente nas zonas rurais. O estado de saúde da população continua preocupante. Apesar dos progressos realizados, uma em cada dez crianças (104 por mil) morre antes de completar um ano de idade e a mortalidade materna permanece entre as mais elevadas na subregião. Verifica-se que o risco de uma mulher morrer durante a vida fértil na Guiné-Bissau é 184 vezes superior, que o daquele que vive nos países desenvolvidos.

O nível de cobertura territorial dos serviços de saúde continua baixo, especialmente nas zonas rurais. As necessidades de saúde tendem a aumentar, devido i) ao crescimento demográfico (2,47%, de acordo com os resultados do censo populacional de 2009); ii) as exigências da população em termos de acolhimento, da disponibilidade e da qualidade dos serviços de saúde; e iii) a necessidade de melhorar a taxa de cobertura da saúde da população.

As principais causas que constituem morbi-mortalidade da população são as doenças transmissíveis, incluindo o HIV/SIDA[17] e as complicações obstétricas e neonatais. Assim, apesar dos progressos realizados no domínio dos cuidados primários de saúde, o paludismo continua a ser uma doença endémica de transmissão estável e de prevalência elevada. Os grupos mais vulneráveis ao paludismo são crianças menores de 5 anos e mulheres grávidas.

Segundo o Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose (PNLT), a incidência de tuberculose, em 2005, foi 206 por 100.000 pessoas/ano (OMS, sd) sendo que 19% dos novos casos em adultos eram seropositivos (OMS, sd) e a prevalência, no mesmo ano, foi de 293 casos por 100.000 habitantes (OMS, sd). A evolução desta doença está estreitamente ligada a infecção do VIH/SIDA.

Para além das doenças transmissíveis e doenças preveníveis pela vacinação, destacam-se a má nutrição, como o primeiro problema de saúde pública entre as doenças não transmissíveis. Ela dá um assinalável contributo para a mortalidade tanto infanto-juvenil como materna. No quadro clínico das doenças não transmissíveis, sobressaem as doenças cardiovasculares (DCV), particularmente a hipertensão arterial, a diabetes e outras doenças crónico-degenerativas, como cancros.

O estatuto social da mulher com corolários de dependência da decisão do homem, da incapacidade de recusa do acto sexual no contexto conjugal e culpabilização em casos de violência, fazem-no um grupo estruturalmente vulnerável a doença, agravando, assim, a sua vulnerabilidade fisiológica nos casos de DSTs, entre os quais o VIH/SIDA.

O nível de cobertura nacional dos serviços de saúde ainda é baixo, sobretudo nas zonas rurais. As necessidades de saúde tendem a aumentar, devido: i) ao crescimento demográfico (2,47% segundo RGPH-2009); ii) as exigências da população em termos de disponibilidade de alojamentos e qualidade de serviços de saúde; e, iii) a necessidade de melhorar as taxas de cobertura sanitária das populações.

Para remediar o estado sanitário do país, o Governo acaba de adoptar o II Programa Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS), cujos objectivos estão em perfeita coerência com os OMD (4,5,6). Trata-se essencialmente de reduzir a mortalidade materno-infantil, promover a saúde reprodutiva e combater o VIH/SIDA. A estratégia nacional de saúde articula-se em torno do desenvolvimento de cuidados de saúde primário com a implicação das comunidades na formulação e implementação de programas de desenvolvimento sanitário, incluindo a gestão de serviços de saúde. Conforme definido no PNDS – Instrumento de operacionalização - o objectivo principal do sector é de melhorar o estado de saúde da população, através do reforço do sistema nacional de saúde, incluindo os serviços de cuidados, estruturas de gestão e suas ligações funcionais.

[17] Por si só, as três (3) primeiras doenças transmissíveis estão na origem de mais de 70% das consultas clínicas.

Os desafios estratégicos que o plano estratégico do Desenvolvimento Sanitário contempla serão materializados no quadro do DENARP II, através das seguintes medidas: i) construção, reabilitação e equipamento das infra-estruturas de saúde; ii) desenvolvimento e valorização dos recursos humanos; iii) aprovisionamento em produtos farmacêuticos e não farmacêuticos; iv) promoção das estratégias avançadas de controlo de doenças infecciosas e contagiosas (tuberculose, hepatite); v) operacionalização do sistema de referência e contra – referência; vi) vigilancia, seguimento, avaliação e desenvolvimento da pesquisa operacional; vii) reforço da governação, liderança, parceria e controlo de qualidade; viii) desenvolvimento da colaboração intersectorial e promoção da saúde; ix) adopção e operacionalização dos cuidados obstétricos; x) apoio a estratégia avançada de vacinação das crianças; xi) prevenção e mitigação de epidemias de cólera e apoio às autoridades na prevenção e combate ao VIH/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis e endémicas; e, xii) distribuição de kits para tratamento do paludismo às crianças;

A estratégia de desenvolvimento do sector baseia-se na consolidação dos cuidados primários de saúde, através de um pacote mínimo de actividades (PMA) a todos os centros de saúde, visando responder às necessidades da população. Ela consiste, também, na promoção de uma verdadeira parceria com as comunidades, nos domínios da gestão financeira e orçamental ao nível local, de acordo com a estratégia da Iniciativa de Bamako, cuja expansão, combinada com outros sistemas de financiamento, deve assegurar a viabilidade dos serviços de saúde. Ela deve igualmente, assegurar uma perfeita complementaridade entre as estruturas centrais, regionais e locais e das instituições que respondem as necessidades operacionais da população em termos de serviços curativos, preventivos e promocionais.

Outros princípios directores contribuirão para orientar a acção do Governo. São nomeadamente: i) o reforço da estratégia avançada com a implementação de mecanismos para recuperação de custos, facilitando o acesso aos cuidados por parte de grupos vulneráveis; ii) a distribuição equitativa dos recursos, tanto humanos, materiais como financeiro; iii) a melhoria do funcionamento dos serviços de saúde e de qualidade dos cuidados; iv) a descentralização progressiva do sistema de saúde, acompanhado da melhoria das capacidades de gestão; v) o desenvolvimento de uma política de recursos humanos, incluindo um plano de formação e de melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde; e, vi) o desenvolvimento de uma melhor colaboração e coordenação programática e operacional.

Para combater a pobreza que se acentuou nos últimos anos, o Governo pretende desenvolver uma nova estratégia, através de criação de um sistema de cobertura parcial de encargos referentes aos cuidados de saúde para as famílias pobres e os muito pobres. Este sistema consistirá na identificação das famílias em causa e atribuição de cadernetas de suporte parcial de cuidados médicos, que devem ser apresentados nas estruturas de saúde, para beneficiar da cobertura dos custos que poderão situar entre 80 e 90%. Os centros de cuidados com os quais foram assinados os contratos de assistência aos pobres e muito pobres, receberão as contrapartidas em formas de medicamentos, equipamentos e capacitação de pessoal.

Necessidades para atingir os ODM no sector da saúde: ODM 4,5 e 6

As intervenções identificadas são principalmente as seguintes: i) desenvolvimento de infra-estruturas; ii) recrutamento, formação e distribuição de pessoal; iii) outras necessidades relacionadas com a gestão do sistema de saúde (gestão de custos, S&A, etc); iv) oferta de cuidados de saúde da criança (cuidados primários, cuidados hospitalares, vacinação) e materna (planificação familiar, cuidados pré-natal e parto); v) luta contra o paludismo (distribuição de MII, tratamento de mulheres grávidas com TPI); vi) luta contra o VIH / SIDA (sensibilização dos jovens, serviços completos PTME às mulheres grávidas, serviços completos de despistagem, encargos com o tratamento ARVs).

As principais estratégias preconizadas são: a subvenção de certos medicamentos, vacinas e consumíveis; a promoção de medicamentos essênciais genéricos; a assumpção de encargos com as urgências, incluindo pessoas desfavorecidas e a promoção de mecanismos de solidariedade, a racionalização dos cuidados, a harmonização das tarifas, a definição e aplicação de critérios de repartição e de utilização de recursos e a promoção de mecanismos de partilha de riscos em matéria da saúde (Estado, PTF e as famílias).

Infrastructuras a reabilitar

	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
USC	60	60	60	60	61
CS"C"	17	17	17	17	17
CS"B"	4	3	0	0	0
CS"A"	2	2	2	2	0
HR	1	1	1	0	0
CRN	0	0	0	0	0
HN	0	0	0	0	0

Necessidades em recursos humanos

	2011	2012	2013	2014	2015
Médico de clinica geral	68	68	68	68	68
Médico integrado	8	8	8	8	8
Médico cerurgião	18	20	20	20	20
Médico Ginéco Obstetricia	16	16	16	16	16
Médico Pediatra	22	24	24	24	24
eInfermeiras/Parteiras	637	685	685	685	685
Técnico de saúde pública	43	43	43	43	43

Auxiliares de enfermagem	459	459	459	459	459
Auxiliares de Laboratório	145	153	153	153	153
Técnico de Laboratório	53	53	53	53	53
Técnico oftalmologia	22	24	24	24	24
Técnico oftalmologista Communitaria	8	8	8	8	8
Técnico Optometrista	14	16	16	16	16
Técnico anatomia patológica	2	2	2	2	2
Técnico de fisioterapia	14	16	16	16	16
Técnico de radiologia	36	40	40	40	40
Técnico Optometrista	10	10	10	10	10
Auxiliar Optometrista	14	16	16	16	16
Técnico estomatologista	14	16	16	16	16
Técnico Anestesista	44	48	48	48	48
Técnico Instrumentista	58	64	64	64	64
Técnico cirurgião	36	40	40	40	40
Técnico de Farmácia	44	48	48	48	48
Assiste Social	14	16	16	16	16
Administrador Supérior	23	23	23	23	23
Secrétario	20	20	20	20	20
Administrador Média	22	22	22	22	22
Diétista	5	5	5	5	5
Cuisinheira	23	23	23	23	23
Lavandaria	45	45	45	45	45
Motorista	45	45	45	45	45
Pessoal delimpeza	486	486	486	486	486
Técnico de estatística	27	27	27	27	27
Eletrecista	9	9	9	9	9
Agente de saúde comunitário (ASC)	4206	4206	4206	4206	4206

3. Intensificação e extensão das acções de luta contra o VIH/SIDA

Em 2009 e segundo o SPECTRUM ONUSIDA, a taxa de prevalência global de VIH/SIDA na Guiné-Bissau é de 2,6%. O perfil epidemiológico é caracterizado pela coexistência de dois tipos de vírus, VIH1 e VIH2. No entanto, assiste-se a uma inversão do perfil epidemiológico da infecção dominado pelo VIH1(até início dos anos 90) que registou uma maior frequência, particularmente entre jovens mulheres grávidas com idade inferior a 25 anos. Os resultados do estudo sentinela sobre VIH/SIDA entre as mulheres grávidas mostram que as taxas entre as mulheres jovens representam o dobro da prevalência de VIH1 comparadas com às das mulheres com idade superior a 30 anos. As capitais das regiões da Guiné-Bissau são as de maior prevalência da infecção. O estudo de INASA e IHMT concluem que a taxa média de prevalência é de 5,8%.

Por isso, o Governo irá implementar um programa ambicioso, focalizado em: i) informação, educação e comunicação (IEC) para o melhor conhecimento do VIH/SIDA e os meios da sua transmissão; ii) sensibilização para mudança de comportamento; iii) alargamento do acesso aos anti-retrovirais (ARVs), bem como apoio psico-social; iv) assistência às PVVIH e suas famílias, incluindo órfãos de SIDA; e, v) reforço das capacidades nacionais para dar resposta ao combate ao VIH/SIDA. Para enfrentar este desafio, a estratégia concentrará na desconcentração e descentralização das intervenções e no envolvimento das PVVIH nas campanhas de informação e sensibilização. Embora o apoio dos parceiros seja necessário, o Governo, apesar das suas limitações em termos financeiros, irá contribuir com recursos substanciais na luta contra o VIH/SIDA.

A mulher está enfrentando uma situação particular, pois, mais do que sua fragilidade fisiológica é a sua condição social que a torna a maior vítima da pandemia do VIH/SIDA. Na Guiné-Bissau, tal como na maioria dos países africanos, assiste-se a uma feminização da epidemia que atinge particularmente as jovens raparigas na faixa etária entre 15 e 24 anos. O estatuto social da mulher, destituído de todo o poder de dispôr do seu corpo e de decisão, coloca-a, no quadro conjugal ou não, em situação de desvantagem e de vulnerabilidade, exigindo que essa situacão seja tida em conta de forma específica.

Para lutar eficazmente contra o VIH/SIDA, o Governo, no quadro do Plano Estratégico Nacional (PEN), centrou as suas intervenções, para o período 2011-2013, em quatro metas e cinco objectivos intermédios, a saber:

1. Reduzir as tendências da infecção pelo VIH na população em geral. Trata-se de: reforçar a capacidade de aconselhamento e despistagem voluntária e de comunicação para mudança de comportamento para a grande maioria de população sexualmente activa e que conheça o seu estatuto serológico; garantir um pacote integrado de prevenção PTME à 50% de mulheres que frequentam os serviços que prestam os cuidados pré-natais; e garantir à 100% a segurança do sangue e os seus derivados nos serviços de transfusão de sangue;

2. Melhorar as condições de vida das pessoas vivendo com VIH/ SIDA: trata-se de melhorar a qualidade de vida de mais de 80% das PVVIH elegíveis ao tratamento ARV e IO, incluindo órfãos e crianças vulneráveis ao VIH/ SIDA;

3. Fornecer informações completas e fiáveis sobre as tendências estratégicas da epidemia para a tomada de decisão e alocação de recursos necessários;

4. Implicar todos os atores / parceiros na luta contra SIDA no país a fim de conseguir uma resposta nacional adequada à epidemia, reforçando a capacidade dos órgãos de coordenação institucional e programática de luta contra VIH/SIDA aos níveis local, regional e central.

Para inverter a tendência da infecção, o PEN II (2007-2011) recomenda os seguintes objectivos agrupados em quatro domínios de intervenções:

- Primeiro domínio de intervenção: acesso universal à prevenção das ITS / VIH/SIDA

  - Aumentar de 7% para 60%, a percentagem de população, com ênfase nos jovens para os permitir conhecer e identificar correctamente pelo menos três vias de transmissão de VIH/SIDA;
  - Aumentar de 33% para 60% a utilização do preservativo nas relações sexuais ocasionais durante os 12 últimos meses;
  - Reduzir de 8% para 4%, a proporção da população sexualmente activa, que teve uma IST nos últimos 12 meses;
  - Aumentar em pelo menos 30% a proporção da pessoa sexualmente activas que conhece o seu estatuto serológico;
  - Assegurar a que 100% das transfusões de sangue continuam a ser realizados em conformidade com normas de segurança;
  - Assegurar a 100% as condições mínimas de prevenção da infecção por via de transfusão do sangue e dos objectos agudos e cortantes nos estabelecimentos de saúde.

- Segundo domínio: redução do impacto do VIH/SIDA

  - Garantir o acesso aos tratamento das infecções oportunistas (OI) e terapia anti-retroviral (TARV) para 80% dos custos do tratamento das PVVIH;
  - Garantir o acesso aos cuidados e o apoio comunitário das pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA;
  - Reduzir a vulnerabilidade dos OCV infectados e afectados pelo VIH/SIDA;
  - Reduzir a estigmatizaçao das pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA.

- Terceiro domínio: fortalecimento da vigilância epidemiológica, seguimento & avaliação e promoção da pesquisa operacional

  - Determinar a prevalência e as tendências da epidemia e os comportamentos de risco na população em geral e entre os grupos vulneráveis prioritários;
  - Acompanhar a sensibilidade dos germes responsáveis pelas IST, sua resistência aos antibióticos, aos ARV e a co-infecção com VIH/tuberculose;
  - Determinar o peso das epidemias nos serviços de saúde e outros sectores;
  - A operacionalizar o monitoramento nacional unificada e avaliação contra o SIDA na Guiné-Bissau;
  - Reforçar as capacidades nacionais no domínio da investigação operacional;

- Quarto dominio: a reforma da coordenação para melhorar a parceria e mobilização de recursos, implicando as organizações da sociedade civil, estrutura pública que operam no domínio de VBG.

- Obter um engajamento político e institucional na luta contra a SIDA a todos os níveis;
- Velar para que cada sector, público ou privado e a sociedade civil se aproprie da luta contra o SIDA como uma urgência nacional;
- Melhorar a capacidade de mobilização de recursos suplementares e de gestão finançeira para atingir os objectivos do PEN;
- Reforçar as capacidades técnicas de implementação das actividades de luta contra a SIDA;
- Implementar um mecanismo que permite mobilizar os recursos para lutar contra o SIDA a todos os níveis.

4. Melhoria do acesso aos serviços de água e saneamento

Segundo o plano OMD-SMDD de 2010, apenas 40% da população tem acesso à água potável (da torneira ou fontanários públicos, poços protegidos ou reservatórios) e cerca de 35% das famílias a nível nacional não têm latrinas com requisitos mínimos para proteger a saúde pública. Não há um sistema organizado de evacuação e tratamento dos resíduos urbanos. O abastecimento de água potável às famílias e a evacuação dos seus resíduos competem à mulher, por serem tarefas socialmente codificadas como pertencentes à esfera doméstica, particularmente nas zonas rurais.

Estes dados vêm confirmar que, apesar dos esforços desenvolvidos no decurso dos últimos quatro anos, a situação não mudou. Mas foram registados progressos significativos: ampliação da rede de canalização da água potável para mais de 3.000 famílias, realização de dezenas de fontenários públicos nos bairros de Bissau, a construção de furos e poços modernos nas regioes, a construção de 300 pontos de água nas zonas rurais assim como um grande número de latrinas familiares e escolares.

O desafio do DENARP II nesta área é melhorar sensívelmente o acesso das populações aos serviços de água e de saneamento básico de qualidade. Conforme os objectivos do Plano Director de Água e Saneamento 2010-2020, a taxa de acesso à água potável deverá aumentar em 40% a 65% e a taxa de acesso às latrinas melhoradas de 22% para 61% até 2015.

Para este efeito, as acções prioritárias incluem: i) a aprovação do documento de política e estratégia nacional de desenvolvimento do sector, bem como o código da água; ii) expansão da capacidade de produção, tratamento e controle de qualidade da água, incluindo a construção de novos reservatórios de água de grande capacidade para grandes centros urbanos, nomeadamente Bissau; iii) a modernização e ampliação da rede de água na cidade de Bissau; iv) construção de 3.291 pontos de água a nível nacional, nomeadamente nas zonas mais carenciadas daqui a 2015; v) construção 125.078 latrinas a nível nacional, em particular nas zonas desfavorecidas; vi) implementação e / ou reforço das capacidades das estruturas de gestão, com vista a promover o desenvolvimento durável do sector a nível central e regional, nomeadamente através da formação dos intervenientes; vii) a criação de um centro de formação profissional no domínio do abastecimento de água e saneamento, gestão integrada das bacias hidrográficas e zonas húmidas,; viii) promoção da educação cívica em matéria de

saneamento; ix) construção de mercados com condições sanitárias aceitáveis; x) estabelecimento de parcerias entre autoridades, ONGs e comunidades neste domínio.

5. Melhoria e extensão da protecção social

Não obstante o princípio da solidariedade estar amplamente afirmado nas várias leis que regem a vida nacional (Constituição da República, Convenções internacionais ratificadas) o acesso à um sistema de protecção social é muito limitado, reservado a uma minoria da população à volta de 2% da população, constituída por funcionários da administração pública e de alguns empregados do sector privado: bancos, seguros etc.

De uma maneira geral, a precaridade e a vulnerabilidade atingem uma boa parte da população. Esta situação se explica por uma combinação de vários factores, entre os quais o nível de pobreza no país e a ausência de mecanismos formais de proteção acessíveis à maioria da população. A isto se acrescenta a situação dos grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, pessoas idosas sem recursos, jovens em idade escolar à procura de emprego, e crianças[18], etc. Muitas pessoas, incluindo mulheres grávidas, morrem devido à falta de acesso aos serviços sociais de qualidade.

No âmbito do DENARP II, o desafio é de contribuir para a eqüidade e para o desenvolvimento humano, através da melhoria do acesso da população, especialmente os mais vulneráveis, aos seus direitos de proteção e de acesso aos serviços essenciais: alimentação, educação, saúde, água potável e saneamento. Isso será levado em consideração em todas as políticas sectoriais através dos diferentes programas a serem implementados.

Para este efeito, o Governo realça as seguintes prioridades estratégicas: i) criação de mecanismos viáveis e fiáveis para a definição, estruturação e implementação de um sistema de segurança social mais justa e real; ii) a padronização de diferentes regimes de segurança social e a redução das desigualdades, a fim de garantir esses direitos aos servidores do Estado; iii) a prevenção da exclusão social através da promoção da solidariedade e da adaptabilidade do sistema de segurança social às novas realidades (pobreza, toxidependencia, género, HIV /SIDA, grandes vulnerabilidade, etc.); iv) criação de fundos de pensão melhoradas para os funcionários públicos, proporcionando-lhes cuidados médicos e melhores tratamentos; v) definição e implementação de legislação adequada e políticas sociais inclusive para as crianças em situações vulneráveis (para inclusão no OGE dos fundos canalizados para a implementação de políticas e planos de acção a favor dos grupos vulneráveis, especialmente mulheres, crianças e os deficientes); vi) promoção e apoio à implementação de programas para o reforço e a participação comunitária para proteger a criança e o acesso aos serviços sociais básicos; vii) o reforço dos mecanismos institucionais para a protecção das mulheres e das crianças em situação de risco contra a violência e os abusos, incluindo o trabalho infantil e a criação de um sistema de coordenação e de gestão das respostas; viii) melhoria do acesso aos serviços sociais básicos para as crianças, os idosos e pessoas com necessidades especiais e

[18] Segundo o MICS 2010, 57% das crianças de 5 a 14 anos são submetidas ao trabalho infantil (655 nas zonas rurais contra 455 no meio urbano)

/ ou em situação de vulnerabilidade ou de riscos; e ix) melhoria da assistência nutricional das crianças.

Além disso, no que diz respeito a certas práticas em determinadas estruturas formais do sector privado, será necessário reforçar as capacidades e a eficácia da administração do trabalho, com o propósito de uma aplicação rigorosa das disposições legais relativos aos direitos de trabalho (estabelecimento de contratos, subscrição do sistema de seguro, etc). No mesmo espírito, pretende-se i) promoção da educação, alfabetização e formação profissional para mulheres e jovens e suas actividades geradoras de rendimento, e ii) a assistência jurídica às mulheres para lutar contra a violência e o tratamento degradante.

6. Desenvolvimento de acções e de advocacia para a igualdade e equidade de género

A Guiné-Bissau, desde os primórdios da independência, sempre atribuiu importância à questão da promoção da mulher. Isto levou o Governo a ratificar todas as convenções, tratados, protocolos e recomendações a nível internacional, continental e regional voltadas para a promoção dos seus direitos e melhoria das suas condições de vida. Esforços têm sido feitos para traduzir os engajamentos em leis nacionais e planos de acção concretizados, nomeadamente, através da realização de uma série de estudos [análise institucional das capacidades nacionais no dominio de género, inquéritos sobre VBG, condições de vida das mulheres e dos homens], proposta de um projecto de lei sobre a MGF, a criação de um grupo de activistas dotado de um Plano de Acção para a implementação da Resolução 1325 e a elaboracão do relatório comulativo sobre a aplicação da CEDAW. Além disso, o Governo dispõe de um Ministério encarregue da questão da mulher, correlacionado com as questões relativas à família, a coesão social e a luta contra a pobreza. Este Ministério é a estrutura que tutela o IMC, responsável pelas acções e abordagens do Governo na área específica do gênero e de promoção da mulher. Além disso, a sociedade civil integra muitas associações e ONGs envolvidas neste domínio específico e que se especializaram em diversas áreas, tais como microcrédito, VBG, sistema mutual de saúde, escolarização, VIH/SIDA.

Hoje, o país está a finalizar a Política Nacional sobre Igualdade e Equidade do Género (PNIEG). A finalização deste documento irá permiir o país de dispôr de um quadro de orientação, concertação e coordenação em matéria de género. Este quadro, pondo fim à dispersão dos esforços neste domínio e à adopção de abordagens pluralistas nem sempre adaptadas à realidade sócio-cultural, favorecerá a eficácia das acções realizadas e a perenização dos resultados daí decorrentes, para todas as intervenções, incluindo as do DENARP II.

No entanto, os esforços ainda estão abaixo das expectativas. Os dados de numerosos quadros estatísticos raramente são desagregados por sexo, uma abordagem mulher e desenvolvimento persiste, as competências em matéria de género são escassas, as acções são por vezes demasiadas dispersas e os intervenientes não têm recursos para realizar e assegurar o seguimento das acções.

O desafio para o DENARP II nesta área específica situa-se em quatro dimensões. Trata-se de: (i) assegurar que a contribuição da mulher seja rentabilizada nas acções desenvolvidas em cada sector e domínios considerados, tendo em vista sua eficiência e eficácia; (ii) assegurar que os benefícios esperados sejam de proveito tanto das mulheres como dos homens, de forma a tirá-los da pobreza e, consequentemente tirar o país da pobreza em massa; (iii)

permitir ao país cumprir os seus engajamentos no que diz respeito aos direitos da mulher; e, finalmente, (iv) evoluir positivamente durante os próximos cinco anos no sentido de se alcançar todos os ODM.

Para responder a este desafio, dois objectivos devem ser atingidos de forma a contribuir para: i) reduzir as disparidades económicas e sociais entre homens e mulheres; e, ii) eliminar as desigualdades e inequidades aos quais a mulher está confrontada.

Tendo optado por uma abordagem transversal do género, a tomada em consideração do género foi colocada como uma dimensão transversal para a concepção, orçamentação, quadro institucional e gestão da sua aplicação, assim como seguimento & avaliação que será feita. Da mesma forma, a realização dos dois objectivos será feita com base numa análise transversal em todos os sectores e domínios, através das acções relacionadas ao género que serão propostas. Trata-se, com essa abordagem, de impedir que a especificação num programa complementar de acções sobre o género possa levar a um "esquecimento" dessas acções, durante a implementação, a alocação de recursos ou de monitorização. É indispensável a participação nesse processo, das estruturas nacionais públicas e não-governamentais, que operam no domínio da promoção da igualdade e da eqüidade de gênero (EEG), das mulheres em paridade com os homens, e de competências nacionais no domínio do género. Pois, ela constitui, igualmente, um desafio para a garantia desta integração transversal e obtenção dos resultados na redução da pobreza, devendo beneficiar tanto as mulheres como os homens.

2.5. Enquadramento macroeconómico, financiamento do DENARP II e principais riscos.

A Guiné-Bissau, assinou em Maio de 2010, com o Fundo Monetário Internacional um programa de médio prazo por um período 2010-2012, apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF) e atingiu o ponto de conclusão da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) em Dezembro de 2010. Estes dois acontecimentos revelam os esforços envidados pelo Governo para implementar as reformas necessárias para o saneamento das Finanças Públicas, melhorar a atractividade da economia do país, os progressos no funcionamento da administração e a solução de problemas de defesa e segurança. É neste contexto económico, político e de segurança que o DENARP II será implementado. O DENARP II irá se enquadrar nas perspectivas macroeconómicas mais favoráveis, tendo em conta a consolidação dos ganhos e o aprofundamento das reformas económicas e financeiras do país.

2.5.1 Principais tendências e lições da evolução macroeconómica 2006-2010

1. Crescimento Económico

Durante o período 2006-2010, a taxa de crescimento real do PIB foi de 3,2% em média. Este crescimento é caracterizado por um progresso lento, mas positivo, marcado pelo dinamismo do sector terciário, não obstante ser ainda dominado pelo sector primário (44% do PIB). O dinamismo do sector terciário neste período, cujo crescimento foi de 4,4% em termos reais, em média, ajudou a mitigar o impacto de um crescimento negativo no sector secundário (-0,4%), enquanto que o crescimento do sector primário manteve-se baixa (2,4%).

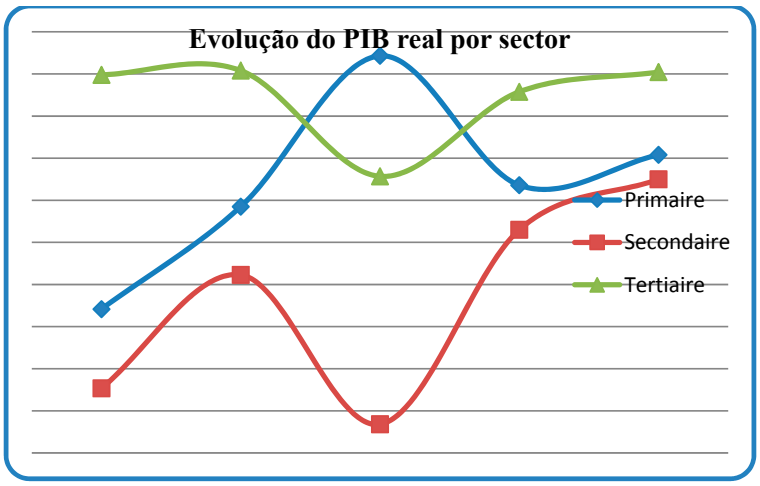
Em 2010, o crescimento real do PIB foi de 3.5%, enquanto que para 2011 é projectada em 4,3%, o ano 2011 deve confirmar a tendência ao reforço do sector terciário em prejuízo do sector primário.

O sector primário pesou em média 44% do PIB real no período 2006-2010. É caracterizado por um crescimento real de cerca de 2,4%, dominada pela agricultura, que representa em média 72% da produção do sector, impulsionado pela produção de castanha de cajú, enquanto que a pecuária e a pesca, representam 11% e 12%, respectivamente, da produção do sector. A produção de castanha de caju foi estimada em 136 000 toneladas em média, durante o período 2006-2010. Em 2009 e 2010, o sector foi marcado pelos esforços de reabilitação das capacidades de produção nos subsectores da agricultura e pescas.

O sector secundário conheceu um processo de regressão no período 2006-2010, com uma taxa de crescimento real de -0,4% em média. O fraco desempenho do sector está ligado aos resultados negativos do subsector agro-alimentar (-1,4% em média), que pesa 75% da produção do sector secundário. No entanto, o subsector da construção, com os grandes trabalhos de construção de edifícios administrativos, hospital militar, o palácio do Governo e Ponte de São Vicente denotou maior dinamismo. O subsector de água e electricidade conheceu um ressurgimento da produtividade (3,2%), com a reabilitação da rede de distribuição de água e electricidade. O aumento do preço de petróleo com a crise energética, teve um impacto evidente sobre a evolução da actividade industrial.

O crescimento do sector terciário contribuiu no bom desempenho da economia da Guiné-Bissau no período 2006-2010, com 4,4% da taxa de crescimento anual em média. Ele foi

impulsionado principalmente pelos subsectores dos Transportes e Telecomunicações, que registaram um aumento de 10,3%, 10% da produção do sector do comércio e 7,4% em média ao longo do período, pesando 53,8% da produção do sector. O fraco desempenho nos subsectores dos serviços financeiros (-3,7%) e, principalmente, dos serviços públicos (-2,6%), que pesam 22% do sector, limitaram o desempenho do sector terciário.



O crescimento no período 2006-2010 foi suportado pelo investimento, que aumentou, em média de 24,6%, impulsionado pelo investimento público (35,9%), nomeadamente pelas grandes obras. A procura interna nominal cresceu 5,7% no período em análise. Concernente as exportações, registou-se um aumento de 7,45%, mas foram marcadas por uma forte queda no preço da castanha de caju, particularmente em 2006 e 2009, enquanto que as importações aumentaram 7,5%. A inflação média foi de 4% no mesmo período, marcada por um ano de pressão inflacionista acentuado em 2008 pelo aumento de preços dos produtos petrolíferos e cereais importados.

2. Finanças Públicas

Com uma carga fiscal em média de 6,3% ao longo do período 2006-2010, muito longe das exigências da UEMOA (17%), as receitas fiscais (excluindo donativos) registaram um aumento nominal, passando de 18,5 bilhões em 2006 para 32,4 bilhões em 2010. Esta evolução foi marcada pela boa arrecadação de impostos em 2009 e 2010, acima dos compromissos assumidos com o FMI. Os recursos orçamentais do país foram caracterizados pela importância de doações (de projectos e programas) que representaram mais de 50% das receitas orçamentais, em média, durante este período, passando de 19,1 biliões em 2006 a 50,4 biliões em 2010.

As despesas totais registaram um aumento contínuo, passando de 58,7 bilhões em 2006 para 97,1 bilhões em 2010. Elas são caracterizadas por fraca despesa de investimentos por recursos próprios, contráriamente aos que são financiadas pelos recursos externos, que passaram de 17 bilhões em 2006 para 35,4 bilhões em 2010. No entanto, o rácio massa salarial sobre as receitas fiscais seguiu uma tendência decrescente desde 2008, passando de 96% para 65% em 2010, graças aos esforços de controlo dos efectivos da Função Pública e melhoria de arrecadação das receitas fiscais. O saldo orçamental de base em relação ao PIB sofreu um déficit de -4% em média, ao longo do período, enquanto que o saldo global excluindo

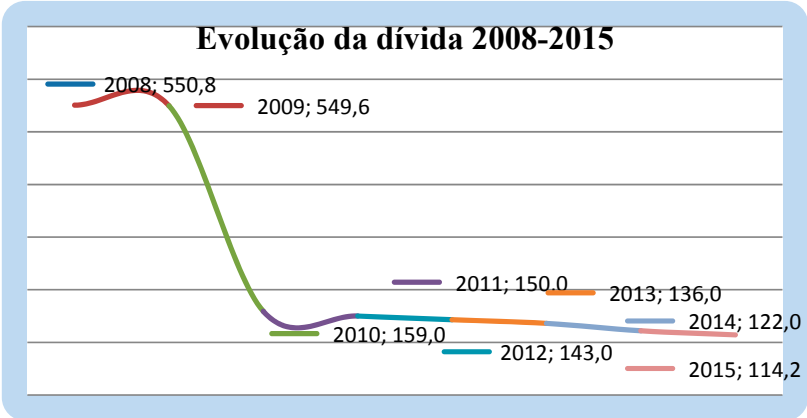
donativos e empréstimos líquidos, passou de -27,2 biliões em 2006 para -51,8 biliões em 2010.

3.Pagamentos externos e dívida

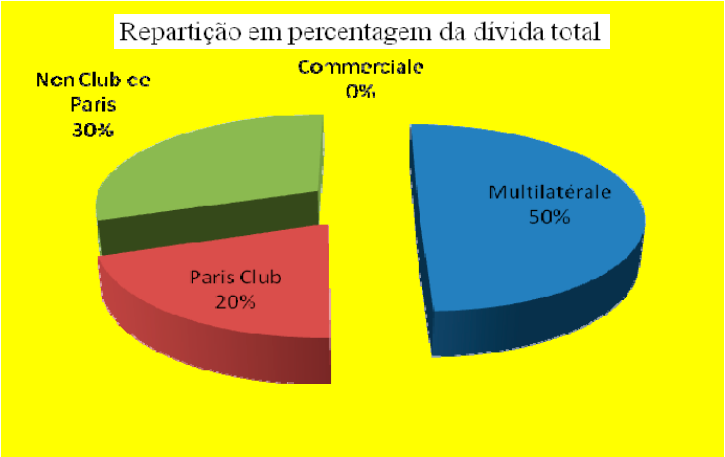
A análise da evolução das contas externas revelou um saldo global excedentário da balança de pagamentos de 9,5 biliões Fcfa em média, durante o período de 2006-2010, marcada por uma diminuição sensível do excedente global em 2010 (5 biliões Fcfa contra 12 a 14 biliões de Fcfa nos anos anteriores. Isto foi devido, principalmente, ao desempenho da conta de capital (23,7 biliões, em média, durante este período) e as transacções financeiras (5,8 bilhões), apesar da deterioração da conta corrente (-19,6 biliões, em média) com uma persistência do deficit comercial (-32.2 biliões) e uma deterioração da balança de serviços (-18,5 bilhões), embora o saldo das transferências tem sido positivo, situando-se em 36,9 bilhões, em média.

A Guiné-Bissau depende fortemente do endividamento[19] para financiar o seu orçamento, nomeadamente os investimentos. A dívida pública no final de 2009 elevou-se à 1.065.1 milhões de dólares americanos, dos quais 427,5 milhões em atrasados. A dívida multilateral representava 528,3 milhões de dólares, correspondendo à 49,6% do stock total da dívida, enquanto que a dívida bilateral foi de 5,4%, dos quais 30,11% face aos credores do Clube de Paris. A dívida comercial representava 0,02% do stock total da dívida. Os principais doadores multilaterais da Guiné-Bissau são: IDA, FMI, BAD, BADEA, BID, CEDEAO, BEI, FIDA e a OPEP. A IDA continua a ser o maior doador, com 57,49% do total da dívida multilateral, seguido do BAD com 29,05%. De referir que a Guiné-Bissau não tem dívidas em atraso com o IDA BAD e o FMI.

O facto de, a Guiné-Bissau ter atingido o ponto de conclusão da iniciativa HIPC em Dezembro de 2010, o que resultou no perdão de mais de 86,5% da sua dívida, Esta situar-se-a, um pouco menos de 120 biliões de FCFA em 2015



[19] Ver a análise da dívida, MEETING THE CHALLANGE, FOR AID COORDINATION AND PARTNERSHIPS IN GUINEA-BISSAU, United Nations



2.5.2 Perspectivas macroeconómicas 2011-2015

As projecções macroeconómicas baseiam-se num conjunto de hipóteses que tomaram em conta o desenvolvimento económico do país nos últimos anos, assim como todas as reformas e medidas políticas e económicas que estão em curso ou previstas a médio prazo. Também, o acordo de parceria (ECF) com o FMI e os objectivos estratégicos do DENARP II constituem o quadro de referência, permitindo a definição das hipóteses que orientam as projecções macroeconómicas a médio prazo, assegurando a coerência global da estratégia adoptada. Estas hipóteses referem-se: (i) ao reforço da estabilidade sócio-política com os resultados tangíveis das reformas da administração, defesa e segurança, (ii) ao prosseguimento dos esforços de modernização da gestão das finanças públicas, nomeadamente na melhoria de capacidade de arrecadação e aumento das receitas fiscais (aumento do preço de referência de castanha de cajú de USD 600 a 750 por tonelada, aumento de preços de referência aplicados pelas administrações aduaneiras para a determinação dos impostos sobre as importações de arroz, açúcar e farinha de trigo, a reintrodução de taxas sobre as bebidas alcoólicas, a implementação da SYDONIA ++ e sua harmonização com as declarações fiscais dos grandes importadores) e o controlo das despesas (nomeadamente salário) (iii) ao reforço da contribuição dos sectores portadores de crescimento (agricultura, agro-indústria, pesca e turismo), em que a Guiné-Bissau goza de vantagens comparativas baseada na diversificação de produtos (além da castanha cajú, arroz e cereais), (iv) ao aumento do investimento público e privado, com o aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, os fluxos de investimento directo estrangeiros e recursos adicionais esperados do cancelamento da dívida e a melhoria do ambiente de negócios com a operacionalização do Centro de Formalização de Empresas (Guichet Único) e a simplificação dos procedimentos para a criação de empresas, (v) a melhoria da produção e distribuição de energia eléctrica.

As previsões dos principais parâmetros do enquadramento macroeconómico foram orientadas com o propósito de manter os equilíbrios macroeconómicos e orçamentais com base nas potencialidades reais da economia e dos objectivos globais e sectoriais do DENARP II. Para este fim, foram considerados três cenários de projecção,:

- um cenário “base” (tendencial) que pressupõe que os recursos adicionais de capital, previstos no DENARP II não serão mobilizados ou absorvidos. Sendo assim, o crescimento real manter-se-á em média 5,3% ao ano, no período 2011-2015.

- um cenário "médio", que assume apenas 50% dos recursos adicionais de capital previstos no DENARP II, serão absorvidos ou mobilizados. Nesta prespectiva, a taxa de crescimento esperado situar-se-á em média em 6,5% no período em referência.
- um cenário "optimista", com as hipóteses de um forte crescimento nos sectores promissores e de desempenho fiscal sustentado, associado à mobilização de recursos adicionais de capital previstos no DENARP II na sua totalidade (100%).

1. O cenário de base

O objectivo de crescimento para o período 2011-2015 será de atingir uma taxa média anual de 5%. A evolução dos diferentes sectores da economia sob este cenário de referência para a realização dos objectivos de crescimento e estabilidade macroeconómica são os seguintes:

A nível do sector primário, a taxa de crescimento médio deverá crescer, aproximadamente, 4,4%, influenciado por um crescimento do sub-sector agrícola de 4,4%, com a implementação de programas visando a diversificação da produção agrícola e a melhoria da produção de castanha de cajú. O crescimento do sub-sector da pecuária e da pesca deverão atingir 5,2% e 2,7% respectivamente, contra uma taxa média de 4,6% e -0,3% entre 2006 e 2010. O sub-sector da pesca deverá beneficiar das obras de construção do porto de Alto Bandim. Para o sub-sector da floresta é esperado uma taxa média de crescimento de 3,5% anuais.

O sector secundário deverá registar uma reviravolta em relação ao período anterior, com uma taxa de crescimento médio de 4% contra -0,4% entre 2006-2010. Este revés virá da melhoria do crescimento do sub-sector agro-alimentar, que pesa 75% da produção do sector. A contribuição dos sub-sectores da construção civil (6,1%) e da água e eléctricidade (5,2%) deverão reforçar esta dinâmica com a prossecução de esforços de melhoria da rede de distribuição eléctrica e a política das grande obras públicas, especialmente na construção civil. A reorientação do investimento público, contribuirá na eliminação das barreiras à produtividade das empresas associadas à fraca produção da energia.

O sector terciário deverá continuar a sua progressão com uma taxa de crescimento médio de cerca de 6,4% no período 2011-2015, principalmente pelo bom desempenho do sector dos Transportes e Telecomunicações e Comércio, que apontam um crescimento de 11,2% e 8,1% em média anual. A retoma do sub-sector dos serviços financeiros, observado em 2010, deve continuar com um crescimento médio de 2,1% ao longo do período, enquanto que a implementação das reformas da administração deverão melhorar o desempenho dos serviços da administração pública.

Tabela 10: Taxa de crescimento real dos sectores no período 2011-2015

	2011	2012	2013	2014	2015
Sector primário	**3,8%**	**4,1%**	**4,4%**	**4,6%**	**4,9%**
Agricultura	4,0%	4,3%	4,5%	4,8%	5,1%
pecuária	4,9%	4,9%	5,2%	5,5%	5,6%
Pesca	2,1%	2,3%	2,6%	3,1%	3,5%
Floresta	3,1%	3,1%	3,4%	3,7%	3,9%

Sector secundário	**3,1%**	**3,5%**	**4,0%**	**4,5%**	**4,7%**
Actividades extractivas	5,8%	6,4%	6,8%	7,0%	7,1%
Agroalimentar	2,6%	2,9%	3,5%	4,0%	4,2%
Outras indústrias	4,4%	4,9%	5,2%	5,6%	5,8%
Construção	5,2%	5,7%	6,2%	6,5%	6,7%
Água – electricidade	4,7%	4,9%	5,2%	5,4%	5,7%
Sector terciário	**5,6%**	**6,1%**	**6,4%**	**6,9%**	**7,2%**
Transportes e telecomunicaçoes	10,8%	10,9%	11,3%	11,4%	11,6%
Comércio	7,6%	7,9%	8,0%	8,5%	8,7%
Serviços financeiros	1,3%	1,6%	2,1%	2,4%	2,8%
Serviços da administração pública	-2,1%	-1,8%	-1,5%	-1,4%	-1,3%
Outros serviços	4,1%	4,2%	4,5%	4,7%	4,9%

Em termos de emprego do PIB, o investimento deverá permanecer dinâmico (9,3%) em média, apesar de uma correcção da tendência em relação ao período 2006-2010, tendo em conta a conclusão dos trabalhos de reabilitação de algumas estradas e construção de pontes, hospital militar, e o palácio do governo. O consumo final registará um ligeiro aumento (4%), graças ao controle do consumo público. A procura externa líquida deverá melhorar com um crescimento médio das exportações de bens e serviços de 6,1% em termos reais, ainda dominado pelas exportações de castanha de cajú (90%), enquanto que as importações de bens e serviços crescerão, para se situarem em 4,5% em termos reais. O nível geral de preços é projectado em média de 3% ao longo desse período, após as pressões inflacionistas relacionadas ao aumento dos preços do petróleo verificado nos últimos anos no mercado internacional.

Quanto à balança de pagamentos, o saldo das transacções correntes irá melhorar de -4,6% do PIB em 2011 para -1,9% do PIB em 2015. Esta performance resultará de uma melhoria da balança de transferências (9,8% de crescimento, em média) e da balança comercial (-8% do PIB em 2011 para 6% em 2015), devido ao aumento sustentado das exportações de 6% em média (com maiores resultados em castanha de caju), em relação as importações 3,5%, em média. O saldo global irá melhorar durante este período, passando de 2,7% do PIB em 2011 para 4,6% do PIB em 2015, devido ao bom desempenho da conta de capital e das operações financeiras com os investimentos directos, passando de 5 bilhões em 2011 para 9 biliões em 2015.

Ao nível das finanças públicas, as receitas totais passariam de 83,9 bilhões em 2011 a 120,7 biliões, em 2015, ou seja um aumento de 5,3% em média durante o período. A carga fiscal se situará em média 8,3% ao longo do período, com base numa evolução moderada do alargamento da base tributária.

Tabela 11: Projecção das receitas 2011-2015 (em biliões Fcfa)

RUBRICAS	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas totais e donativos	**83,9**	**100,1**	**107,4**	**113,9**	**120,7**
Receitas orçamentais	47,0	49,8	53,3	57,2	61,1
Receitas fiscais	35,0	37,4	40,1	43,0	46,0
Receitas não fiscais	11,9	12,4	13,2	14,1	15,1
Donativos	36,9	50,3	54,1	56,8	59,6
Projectos	25,7	32,7	34,9	37,2	39,7
Programa	11,2	17,6	19,2	19,5	19,8

Quanto as despesas totais, elas evoluiriam de 92,8 biliões em 2011 para 123 biliões em 2015. As despesas de capital irão registar uma progressão contínua, impulsionada pelo investimento financiado pelos recursos externos. As despesas com salários evoluirão de acordo com a vontade de controlar a sua evolução como estipulado no programa da reforma da administração, embora os sectores sociais (educação e saúde) permaneçam protegidos.

Tabela 12: Projecção das despesas 2011-2015 (em biliões Fcfa)

RUBRICAS	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas totais e empréstimos líquidos	**92,8**	**99,5**	**106,3**	**115,2**	**123,0**
Despesas correntes	52,2	58,6	61,4	66,6	70,4
Encargos da dívida	2,2	2,0	2,0	1,8	1,7
Despesas em capital	38,3	40,9	44,9	48,5	52,7
Com financiamento interno	3,2	3,4	4,9	5,8	7,1
Com financiamento externo	35,1	37,5	40,0	42,7	45,6

Globalmente, o saldo primário continua deficitário de -3 biliões em 2011 a -7,5 biliões em 2015, enquanto o saldo global incluindo os donativos vai continuar a melhorar, passando de -9 biliões em 2011 para -2.3 biliões em 2015. O saldo global, excluindo donativos e empréstimos, permanece negativo e, relativamente alto em percentagem do PIB, passando de -10,5% em 2011 para -11,3% em 2015.

Tabela 13: Saldos orçamentais 2011-2015

RUBRICAS	2011	2012	2013	2014	2015
Saldos primários	**-3,0**	**-6,8**	**-6,1**	**-7,7**	**-7,5**
Saldo Global (base compromisso)					
Donativos incluídos	-9,0	0,6	1,1	-1,3	-2,3
Donativos e empréstimos líquidos excluídos	-45,9	-49,7	-53,0	-58,0	-61,9
Donativos excluídos	-45,9	-49,7	-53,0	-58,0	-61,9
Saldo global (base caixa)	**-9,0**	**0,6**	**1,1**	**-1,3**	**-2,3**

Em relação aos critérios de convergência da UEMOA, nota-se uma ligeira melhoria no desempenho económico da Guiné-Bissau, embora alguns esforços devem ser consentidos em relação aos critérios de segundo rang. No que concernente aos critérios do primeiro rang, apenas um referente ao saldo orçamental de base, reportado ao PIB não será alcançado, ficando -2,65% em média. O rácio dívida/ PIB será alcançado pelo facto de o país ter atingido o ponto de conclusão no âmbito da iniciativa HIPC. Relativamente aos critérios do segundo, rang nota-se uma certa melhoria no desempenho. Apesar de tudo, nenhum dos critérios será alcançado. Significativos avanços serão possíveis em termos de investimento financiados pelos recursos internos em relação as receitas fiscais, passando de 9,2% em 2011 para 15,3% em 2015. Quanto ao déficit corrente, excluindo donativos reportado ao PIB, aproxima-se à 5%, o máximo autorizado, para -5,5% em 2015. A carga fiscal ficaria ainda aquém do mínimo de 17% exigido pela UEMOA, com uma média de 8% entre 2011-2015.

Tabela 14: Critério de convergência da UEMOA

RUBRICAS	2011	2012	2013	2014	2015
CRITÉRIOS DO PRIMEIRO RANG					
Saldo orçamental de base raportado ao PIB nominal	-1,94%	-2,68%	-2,68%	-2,98%	-2,99%
Não acumulação dos atrasados de pagamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxa de Inflação média anual	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Rácio do stock da dívida pública total/PIB	34,33	31,27	28,10	23,71	20,95
CRITÉRIOS DE SEGUNDO RANG					
Massa salarial/Receitas fiscais (em %)	65,43%	63,15%	61,57%	60,54%	59,95%
Investimentos com os recursos internos/Receitas fiscais (em %)	9,24%	9,22%	12,13%	13,57%	15,38%
Défice externo corrente excluindo donativos/PIB	-7,14%	-7,71%	-7,12%	-6,22%	-5,52%
Carga fiscal	8,0%	8,2%	8,3%	8,4%	8,4%

2.Os cenários alternativos

Ao nível do cenário médio, considera-se que apenas 50% dos recursos adicionais de capital previstos no DENARP II, serão absorvidos ou mobilizados. Além disso, estima-se que a carga fiscal poderá atingir, em média, 9,9% do PIB, graças a reformas na administração fiscal e da fiscalidade. A taxa de crescimento esperado em média anual é de 6,5%, com aumento dos investimentos na produção agrícola, turismo, pescas, construção e melhoria de ambiente de negócios. Assim, ao nível sectorial, o sector primário será impulsionado pelo dinamismo da agricultura (6,4% de crescimento médio anual entre 2011 e 2015) e pecuária (7,3% da taxa de crescimento médio anual). O sector secundário será impulsionado por um melhor desempenho do sub-sector das indústrias extractivas (13% de crescimento médio anual), o sub-sector da construção (13,1% de crescimento médio anual) e os sub-sectores de água e energia eléctrica (7,8% de crescimento médio anual). Os sub-sectores de serviços financeiros e do comércio permitirão ao sector secundário manter o seu dinamismo com um crescimento médio anual, entre 2011-2015 respectivamente, 6,2% e 9,7%. As despesas de capital, reportado ao PIB, aumentará de 10% em média, enquanto que as despesas adicionais de investimento relacionadas ao DENARP, reportado ao PIB se situará, em média anual em 4,2%. O saldo orçamental de base, reportado ao PIB, foi estimado em torno de 4,7% em média anual. O défice global, incluindo donativos melhorará, passando de -21.3 biliões em 2011 para -12,4 em 2015.

Tabela 15: Enquadramento macroeconómico do DENARP II Cenário médio

TÍTULOS	2011	2012	2013	2014	2015	Média 2011-2015
Carga fiscal	8,56	9,2	10,0	10,6	11,2	9,91
Massa salarial/Receitas fiscais (em %)	61,21%	56,32%	50,91%	47,98%	45,73%	52,43%
Despesas em capital	40,4	46,9	50,0	54,2	61,8	50,67
Investimentos financiados com recursos próprios	5,3	9,5	10,0	11,5	16,2	10,51
Investimentos financiados com recursos externos	35,1	37,5	40,0	42,7	45,6	40,17
Despesas adicionais do Investimentos ligados ao DENARP II	16,19	16,19	21,59	21,59	32,38	21,59
Taxa de crescimento do PIB	4,99%	5,83%	6,64%	7,26%	7,95%	6,53%
PIB nominal	438,4	461,9	494,9	533,8	575,7	500,92
Saldo orçamental de base reportado ao PIB nominal	-4,73%	-5,55%	-4,59%	-4,41%	-4,58%	-4,78%
Saldo Global (base compromisso)						
Donativos incluídos	-21,3	-12,8	-8,6	-9,5	-12,4	-12,92
Donativos e empréstimos líquidos excluídos	-63,4	-67,8	-71,9	-74,5	-90,0	-73,51

Financiamento do DENARP II no quadro do cenário médio

Com base nos pressupostos do quadro macroeconómico e orçamental relativo ao ritmo de crescimento, a carga tributária e do défice orçamental sustentável, pode ser elaborado um plano previsional de financiamento do DENARP II, em função da estimação do custo global da estratégia. Os custos retidos na versão actual são os do DENARP I. A sua programação para o período 2011-2015 permitiu obter a tabela abaixo indicado. Tendo em conta que apenas 50% do custo é mobilizado, o custo global de implementação da estratégia para o cenário médio é estimado em 113.610 biliões de FCFA contra uma capacidade total de financiamento de 62.62 biliões de FCFA, em função de um défice orçamental de base reportado ao PIB de 4,7% em média.

O custo global dos investimentos ascende a 107.93 biliões de francos CFA, contra as despesas adicionais de funcionamento ligados ao DENARP (5.68 biliões de FCFA) para o período 2011-2015. O financiamento da estratégia será assegurado com 55,11%, através dos recursos próprios do orçamento e 44,89% dos recursos externos a mobilizar, constituindo as necessidades do financiamento. O défice de financiamento será, pois, proporcional ao défice dos recursos externos adicionais não mobilizados.

A mobilização dos recursos externos será também feita recorrendo aos parceiros bilaterais e

multilaterais tradicionais, assim com os emergentes. Para financiar as necessidades de financiamento identificadas no DENARP II, a Guiné-Bissau ira privilegiar uma estratégia de mobilização crescente dos donativos.

Tabela 16: Financiamento do Cenário médio (em biliões Fcfa)

TÍTULOS	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Custo global do DENARP II (A)	17,04	17,04	22,72	22,72	34,08	113,61
Despesas de funcionamento	0,85	0,85	1,14	1,14	1,70	5,68
Depesas de investimento	16,19	16,19	21,59	21,59	32,38	107,93
Financiamento com recursos próprios (B)	10,96	11,55	12,37	13,34	14,39	62,62
Necessidades de financiamento (C=B-A)	-6,08	-5,49	-10,35	-9,38	-19,69	-51,00
Financiamentos externo a mobilizar (D)	6,08	5,49	10,35	9,38	19,69	51,00
Investimentos (donativos e emprestimos a projectos)	40,36	46,94	50,02	54,25	61,80	253,37
Gap (C+D)	0	0	0	0	0	0

3. Cenário optimista

O cenário "**optimista**" basea-se em pressupostos de forte crescimento nos sectores promissores e de desempenhos fiscais mais sustentados, associado à mobilização de todos os recursos adicionais de capital previstos no DENARP II (100%). Embora optimista, este cenário é realista. Assim, considerando as potencialidades fiscais da Guiné-Bissau, a melhoria da carga tributária prevista em torno de 10,5% em média durante o período, impulsionado pelos esforços de arrecadação por parte das estruturas de cobranças e pelo alargamento da base tributária. Quanto ao ritmo de crescimento, ele se situar-se-á em 7,5% em média, ao longo do período 2011-2015. À nível do sector primário, os sub-sectores da agricultura (7,6%), pecuária (8,3%) e da pesca (3,5%) serão os motores da dinâmica do crescimento; O sector secundário, será apoiado pela dinâmica dos sub-sectores da construção 18,8% (em média), água e electricidade 10,6% (em média). O sector terciário será impulsionado através da melhoria do desempenho do sector de serviços da administração pública (3.8%) e comércio (10,7%). As despesas de capitais adicionais ligadas ao DENARP II se situar-se-ão neste cenário a 8,3% em média, em relação ao PIB. O défice orçamental de base será fixado em torno de -6,4% do PIB, o que permite um financiamento significativo, utilizando os recursos internos para as despesas da estratégia.

Tabela 17: Enquadramento macroeconómico do DENARP II Cenário optimista

TÍTULOS	2011	2012	2013	2014	2015	Média 2011-2015
Carga fiscal	**9,0**	**9,8**	**10,5**	**11,1**	**12,1**	**10,5**
Massa salarial/Receitas fiscais (em %)	57,80%	51,91%	47,71%	44,36%	40,25%	48,41%
Despesas em capital	40,4	45,0	49,2	54,3	60,2	49,8
Investimentos com recursos próprios	5,3	7,6	9,2	11,6	14,6	9,7
Investimentos financiados com recursos externos	35,1	37,5	40,0	42,7	45,6	40,2
Despesas de Investimento DENARP II	32,38	32,38	43,17	43,17	64,76	43,2
Taxa de crescimento do PIB	**5,62%**	**6,58%**	**7,50%**	**8,50%**	**9,48%**	**7,54%**
PIB nominal	441,1	468,0	505,4	551,3	602,9	513,7
Saldo orçamental de base reportado ao PIB nominal	-6,92%	-7,02%	-6,60%	-6,14%	-5,38%	-6,41%
Saldo Global (base compromisso)						
Donativos incluídos	-31,0	-20,0	-19,3	-19,8	-18,4	-21,7
Donativos e empréstimos líquidos excluídos	-78,2	-79,3	-91,3	-92,2	-112,6	-90,7

Financiamento do DENRAP II, no quadro do cenário optimista

Os pressupostos deste cenário implicariam uma avaliação do custo global da estratégia em mais de 227 biliões de FCFA, no período 2011-2015. O financiamento deste montante será repartido durante este período de forma crescente, com a hipótese de uma melhoria gradual das condições sócio-politicas e das capacidades de absorção, permitindo uma mobilização crescente dos recursos externos. As despesas serão repartidas da seguinte maneira: 15% anuais nos dois primeiros anos, 20% anuais em 2013 e 2014 e 30% em 2015. O custo global dos investimentos ascenderia aos 216 biliões de FCFA no mesmo período, enquanto que os encargos suplementares de funcionamento ligados ao DENARP II seriam estimados em 11biliões de FCFA.

O financiamento da estratégia será assegurado à 56,5% pelos recursos próprios e 43,5% pelos recursos externos. O défice de financiamento é teoricamente nulo, devido à hipótese de financiamento a 100% das necessidades, através da mobilização de financiamento externo. Na realidade, será proporcional a ausência de mobilização de recursos externos. Assim, excluindo os apoios externos previstos no cenário de base, e se os recursos externos suplementares não forem mobilizados, o défice será mais de 98 biliões de FCFA neste período.

Tabela 18: Financiamento do cenário optimista (em biliões Fcfa)

TÍTULO	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Custo global do DENARP II (A)	34,08	34,08	45,44	45,44	68,17	227,22
Despesas de funcionamento	1,70	1,70	2,27	2,27	3,41	11,36
Despesas de investimento	32,38	32,38	43,17	43,17	64,76	215,86
Financiamento com recursos próprios(B)	22,05	23,40	25,27	27,57	30,14	128,43
Necessidade de financiamento (C=B-A)	-12,03	-10,68	-20,17	-17,88	-38,02	-98,79
Financiamento externo (D)	12,03	10,68	20,17	17,88	38,02	98,79
Investimentos (donativos e empréstimos a projectos)	40,36	46,94	50,02	54,25	61,80	253,37
Gap adicional (C+D)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2.5.3 Os Riscos de financiamento do DENARP II

Os riscos da estratégia estão ligados, por um lado, às evoluções da situação política, que garantem a estabilidade do quadro de intervenção dos parceiros e por outro lado, pelos choques exógenos que podem comprometer os objectivos macroeconómicos do país.

Os riscos de ordem política e institucional, afectando a capacidade de mobilização dos recursos externos são integrados nos diferentes cenários. Eles estão, principalmente, ligados ao processo de reforma do sector da defesa e segurança, e que podem afectar directamente a implementação dos investimentos previstos ao longo do período da execução do DENARP II. O fraco nível das despesas de investimento poderia afectar significativamente o crescimento e comprometer, neste caso, a realização das metas fixadas para 2015.

O risco de ordem natural é associado a pluviómetria que continua a ser o principal determinante da produção agrícola. A evolução do sub-sector da agricultura pode ser afectada pela fraca pluviosidade, implicando o mau desempenho na produção de cajú, penalizando gravemente as receitas externas do país.

No plano económico, o principal risco está ligado à evolução dos preços no mercado internacional, de forma em geral e,mais concretamente o da castanha de caju e o do preço do petróleo bruto. O sub-sector da energia é assim muito exposto a forte flutuação do mercado internacional de petróleo.

A não mobilização da totalidade dos recursos externos esperados é também um risco importante já reflectido nos cenários. Assim, o sucesso da estratégia assenta no pressuposto de que todos os recursos necessários são mobilizados. Os meios para minimizar todos esses riscos, devem ser integrados nas estratégias de implementação do DENARP II.

III. Dispositivo institucional de implementação, seguimento e avaliação do DENARP II

3.1 Balanço e lições do Seguimento e avaliação do DENARP I

3.1.1 Balanço do Seguimento e Avaliaçao do DENARP I

No âmbito do DENARP I, foi proposto um quadro de S&A, com base nos princípios directores, respondendo as normas dos documetos estratégicos para a redução da pobreza. Este quadro devia organizar-se em torno de:

- um quadro institucional susceptível de assegurar uma particpação regular, inclusiva dos diferentes actores implicados, na implementação do DENARP ;
- um quadro de programação operacional (Programa Prioritário para 2005 e Plano de Acções Prioritárias 2006-2008);
- um sistema de informação baseado nos: (i) relatórios trimestrais produzidos pelos gabinetes de estudos e planificação (GEP) dos diferentes Ministérios e (ii) relatório anual de seguimento de implementação do DENARP consolidado.
- uma base de indicadores - chaves para o seguimento, por eixo.

Porém, seis anos após a adopção do primeiro DENARP, o sistema de S&A não deu resposta aos objectivos fixados, continuando a ser inoperacional:

1. ***Quadro institucional :*** O quadro institucional de S&A praticamente não chegou a funcionar. O Comité de Pilotagem, suposto reunir-se semestralmente, reuniu-se apenas uma vez. A célula de implementação e de seguimento do DENARP (CISD), pivot de todo o sistema, nem sempre foi funcional. Quanto às conexões sectoriais (GEP) e regionais, quando estiveram activos, exerceram actividades de seguimento que não se inscreveram, na maioria das vezes, no quadro geral do seguimento do DENARP. Este défice, deve-se as razões técnicas (indefinição das missões e tarefas de diferentes órgaõs de S&A), institucionais (ausência de cultura de seguimento-avaliação, instabilidade intra-ministerial, fraca propenção entre os Ministérios), carências de recursos humanos (escassez de pessoal qualificado) e de incentivos financeiros (motivação dos quadros, financiamento das missões de seguimento…).
   O processo de participação e apropriação em torno da execução do DENARP não se concretizou devido a inexistência de um quadro institucional preciso e operacional.

2. ***Quadro de Programação Operacional :*** O Plano de Acções Plurianuais - PAP (2006-2008), foi tardiamente adoptado e não conseguiu servir de referência, por falta de realismo e priorização das acções e financiamentos que ele comporta (os financiamentos disponíveis representavam apenas 20% do total). Por outro lado, o PAP não identificou os indicadores para o seu seguimento.

3. ***Informações estatísticas e base de dados:*** a fragilidade do sistema estatístico nacional, constitui igualmente um enorme constrangimento: a disponibilização de dados estatísticos é globalmente limitada, particularmente no que concerne as estatísticas administrativas e, a fiabilidade dos dados se afigura, muitas vezes, duvidosa, na ausência de capacidade de verificação e controlo da qualidade da recolha de informações e ausência de uma formação adequada dos produtores primários de dados. Esta fraqueza, diz respeito não somente aos indicadores de produtos, resultados e impactos, mas também aos dados relativos aos recursos humanos e financeiros

mobilizados pelas políticas públicas. Os efectivos, bem como a sua repartição por região e domínio de intervenção, são muito mal geridos (ausência de reconciliação entre os dados do Ministério das Finanças, do Ministério da Função Publica e dos Ministérios sectoriais). Relativamente ao seguimento das despesas, ele comporta um triplo problema: de exaustividade, de fiabilidade e de alinhamento com os objectivos do DENARP, principalmente no que concerne a ajuda externa. De igual modo, o projecto de constituição de uma base de dados dos projectos de investimentos públicos não desembocaram em resultados tangíveis.

4. ***Sistema de informação do seguimento :*** O governo conseguiu produzir dois relatórios de execução : um primeiro relatório « final » de S&A do DENARP (adoptado em Agosto de 2009) e um segundo relatório, relativo ao exercício 2009 (em agosto 2010). Todavia, a apropriação do trabalho continua sendo limitada, os relatórios intermédios (GEPs sectoriais e regionais) não foram produzidos e nenhum dispositivo de informação perene foi implementado.

5. ***Indicadores de S&A:*** Os esforços para dotar o DENARP de indicadores foram realizados com atraso (com o PAP 2010). Por outro, a produção de indicadores identificados (resultados e impactos) dependeu enormemente dos inquéritos, cuja realização só se efectuou em 2010. Enfim, nem o MEPIR, nem os Ministerios sectoriais estiveram em condições de identificar os indicadores « intermediários » susceptíveis de constituir a base de um seguimento anual sectorial.

No quadro do DENARP II, será necessário encontrar soluções para os constragimentos identificados, adoptando uma abordagem baseada, simultaneamente, no pragmatismo (dar resposta, de preferência, aos objectivos operacionais de S&A), na precisão (definir os termos de referência dos actores de S&A, acordar-se sobre o conjunto de indicadores estáveis e ressaltar metas claras para 2015, e no realismo tomada em consideração os constrangimentos estruturais, privilegiando as ferramentas e os mecanismos simples e de baixo custo. Por conseguinte, o sistema de S&A do DENARP II deverá ser capaz de beneficiar dos progressos mais recentes.

3.1.2 Principais trunfos para um sistema de seguimento & avaliação operacional

Várias acções recentes ou em curso, deixam pensar que o seguimento e a avaliação do DENARP II se apoiaram nas novas oportunidades, tais como:

Uma base estatística renovável sobre as condições de vida das populações: Deve ser disponibilizado, logo no início, uma base de informação actualizada e rica, com base nos dados do recenseamento geral de população de 2009, MICS4[20] e ILAP2[21]. Outros trabalhos foram igualmente realizados (inquérito nutricional, inquérito sobre fluxos fronteiriços, estudos temáticos…), podendo também contribuir na constituição de uma base sólida para a situação de referência do DENARP II. Para todas estas fontes de informações, espera-se que

[20] Inquérito aos indicadores múltiplos - *MICS*) foi realizado com o apoio de UNICEF segundo uma periodicidade doravante trienal.

[21] Inquérito ligeiro para a avaliação da pobreza – *ILAP*) foi realizado em 2002 e em 2010, a partir de módulo de base do questionário standard sobre os indicadores de bem-estar (Core Welfare Indicators Questionnaire - CWIQ).

nas tabelas estatísticas os dados estejam desagregados por sexo e faixa etária, de forma a permitir fazer análises adequadas e mais detalhadas.

- ***A adopção de estratégias e planos de acção sectoriais*** **:** Estes quadros de referência são essenciais para definir as prioridades e as metas a serem atingidas no quadro do DENARP. Em 2009-2010, vários documentos foram adoptados ou estão em fase de preparação:

Sectores	Quadros estratégicos e de programação
Segurança	• Plano de Reestruturação e de Modernização do Sector de Defesa e Segurança (2006)
	• Plano Prioritário para a Reforma da Defesa e Segurança – PPRSDS (aprovado em jan. 2010)
Justiça	• Política Nacional de Justiça (Março 2010)
Agricultura	• Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) 2011-2015 (2010)[22]
Pesca	• Plano Estratégico 2011-2015 para o sector das pescas (elaborado em 2009)
Electricidade / água	• Política Sectorial de Electricidade (draft submetido ao CM ; Março 2010)
	• Programa de Reforma para a Água e Electricidade (Março 2010)
Educação	• Carta Política Sector Educativo 2010-2010
	• Plano Trienal para o Desenvolvimento do Sector de Educação 2011-2013 (concluído em Junho 2010)
Saúde	• 2e Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário – PNDS 2011-2017 (aprovado em Maio de 2010)
Género	• Política Nacional de Igualde e Equidade do Género (PNIEG)

- ***Melhoria dos instrumentos de seguimento das finanças públicas*****:** O governo procedeu a implementação do sistema integrado de gestão de finanças públicas (SIGFIP), cujos módulos de preparação e de execução orçamental estão funcionais desde 2009, enquanto o módulo contabilístico está em curso de operacionalização. Os sistemas de informações especializadas foram igualmente instalados no domínio do serviço da dívida (instalação de SYGADE no 3º trimestre de 2009) e das alfândegas (instalação AYSCUDA++ em Agosto 2010). Por outro lado, a instalação do novo sistema de gestão de informação para o pagamento está em estudo. Enfim, uma plataforma de gestão de ajuda (PGA) deve ser implementada a partir de 2011, com o apoio de Development Gateway.

- ***A emergência de projectos de reorganização de sistema de informação sectoriais:*** Alguns ministérios estão a trabalhar na reorganização do seu sistema de informação. Assim, o Instituto Nacional de Saúde (INASA), foi encarregue pelo Ministério da Saúde, para estabelecer um conjunto de indicadores essenciais, susceptíveis de constituir o núcleo duro do seguimento sectorial anual. Em relação a educação, os trabalhos em curso, com vista a poderem beneficiar da iniciativa Fast Track, deverão igualmente, permitir a definição dos indicadores essenciais. Simultaneamente, o Gabinete de Informação, Planificação e Avaliação do Sistema Educativo de Base deverá ter, em 2011, uma nova maquete de sistema de informação sectorial.

[22] Existe uma carta de política agrícola mas ela é antiga (elaborada em 1997 e revista em 2002).

- ***A coordenação dos apoios orçamentais*** **:** em Fevereiro de 2009 foi assinado, entre o Ministério das Finanças e seis dos seus parceiros técnicos e financeiros (Espanha, França, Portugal, União Europeia, FMI, Banco Mundial), um quadro conjunto de concertação para a ajuda orçamental (QCAO). O QCAO oferece um espaço de partilha de informação, de diálogo e de coordenação, materializado nos encontros trimestrais (Abril, Julho, Outubro, Janeiro).

- ***A planificação do desenvolvimento do sistema estatístico nacional*****:** Após a realização de um inventário em Junho 2010, foi iniciado, com o apoio financeiro e técnico do BAD e do PNUD, a elaboração de uma estratégia nacional de desenvolvimento da estatística (ENDE), cobrindo o período 2011-2015. Isto deverá desembocar num plano de acção operacional e de orçamentação das acções prioritários.

- ***Adopção do quadro harmonizado das finanças públicas da UEMOA*****:** As novas directivas de Março e Junho de 2009 aplicáveis ao conjunto dos oito países da UEMOA já estão a ser transferidas para a legislação guineense. Uma nova lei orgânica de leis de finanças foi adoptada em Março de 2010. Prevê-se, entre outras coisas, a passagem de orçamentação dos meios para a orçamentação dos resultados. Desta feita, todos os ministérios e instituições deverão adoptar, daqui a 2017, os orçamentos - programas. Para cada programa, serão elaborados projectos anuais de desempenho, resultado de uma selecção de indicadores de desempenho para cada objectivo. A lei prevê que, anualmente, sejam elaborados os relatórios anuais de desempenho, com vista a medir o resultado das metas estabelecidas, por programa, que em seguida serão anexas a lei de regulamento a ser submetido a ANP. Estas novas disposições, que deverão ser objecto de uma implementação progressiva, constituem uma grande oportunidade para estabelecer um mecanismo de seguimento das políticas ministeriais, estruturado em torno dos objectivos predefinidos e ligados as dotações orçamentais bem identificados.

3.2. Sistema de Seguimento & Avaliaçao do DENARP II

3.2.1. Quadro Institucional de Implementação e de Seguimento & Avaliação

O quadro institucional reformulado organiza-se em torno de um dispositivo simplificado que compreende:

- uma estrutura de orientação e de diálogo político (Comité de Pilotagem);
- uma estrutura de seguimento técnico e administrativo do dispositivo (Comité Técnico de Validação);
- Comités Sectoriais de Programação e Seguimento, articulados com os Gabinetes de Estudos e de Planificação Sectoriais (GEPs) e de dispositivos de seguimento de estratégias e planos de acção eventualmente existentes (ou a criar).

Comité de Pilotagem (CP) é uma estrutura de orientação, de diálogo e de decisão política que : i) fornece as grandes orientações para a implementação do DENARP; ii) aprova os planos de acções prioritárias (PAP) e suas eventuais revisões; iii) valida os relatórios anuais de progresso do DENARP e os eventuais relatórios de S&A; e iv) formula recomendações para a melhoria do processo de implementação, seguimento e avaliação da estratégia. A presença de representantes de doadores bilaterais e multilaterais no seu seio, permite, igualmente, ao CP desempenhar o seu papel como espaço de concertação de alto nível, entre o

Governo e os parceiros de desenvolvimento. O Comité de Pilotagem é presidido pelo Primeiro-Ministro e reagrupa todos os representantes das partes concernentes da estratégia (Governo, ANP, Sector Privado, Sociedade Civil e parceiros de desenvolvimento).

O bom funcionamento do CP será essencial, na medida em que lhe cabe: i) impulsionar as estruturas técnicas; ii) assegurar a apropriação da estratégia e das suas performances a nível político; e iii) promover um diálogo de alto nível entre o Governo e os parceiros bi- e multilaterais do país. As reuniões do CP realizar-se-ão semestrealmente em sessão ordenária, sem prejuizo de ser convocada extraordinariamente sempre que haja razões para tal, com base num relatório detalhado sobre a implementação do DENARP. A reunião do final de ano, fará o balanço das actividades e dos resultados dos 12 meses de execução. Estas reuniões constituirão o ponto forte de concertação entre o Governo e os seus parceiros que, aliás, será objecto de outros encontros em domínios mais especializados, como, por exemplo, o Quadro Conjunto de Concertação sobre Ajuda Orçamental (QCAO) ou das revisões anuais de políticas sectoriais. Por outro lado, o CP também tem a vocação de tratar questões estreitamente ligadas ao DENARP, como as referentes ao seguimento dos OMD's ou ainda, aquelas relacionadas com a eficácia da ajuda. Relativamente a esta última, a dupla representação do MEPIR e do Ministério dos Negócios Estrangeiros no Comité Técnico deverá facilitar o seguimento conjunto do DENARP e da ajuda ao desenvolvimento, com o firme propósito de melhorar o alinhamento das ajudas com as estratégias nacionais. Em contrapartida, a produção de informações de base para o seguimento da Declaração de Paris poderá se efectuar ao nível de uma unidade distinta, especialmente criada para esse efeito. Dada a sua função, será necessário garantir que esta Comissão integre mulheres e estruturas que operam no domínio do gênero e de promoção das mulheres e também nas outras áreas, para garantir o seguimento das questões transversais ainda que não estejam reflectidas como eixos do DENARP mas que são importantes.

Comité Técnico é a estrutura operacional que coordena, no plano técnico, o conjunto do processo da implementação e do S&A do DENARP, vela pelo bom funcionamento do dispositivo e assegura a validação técnica dos documentos de programação e de seguimento antes de serem submetidos ao nível político. O Comité Técnico reunir-se-à trimestralmente sob a presidencia do Ministro encarregue do Planeamento. Será composto pelas direcções estratégicas do MEPIR (Plano, INE), pelo Ministério das Finanças (Orçamento), pelo Ministério encarregue da luta contra a pobreza, assim como por representantes dos Ministérios implicados na implementação da estratégia.

Comités Sectoriais de Programação e de Seguimento (CSPS) constituem o centro do seguimento e da avaliação das estratégias, das políticas e dos programas sectoriais. Devem funcionar como pontos de centralização de informação sobre o seguimento de cada sector e região e, como tal, representam a estrutura de referência para o Comité Técnico e o seu Secretariado. A configuração, a representação e a atribuição de pilotagem dos comités sectoriais ficam sob a consideração dos Ministros dos respectivos sectores ou Governadores regionais. Porém, os CSPS devem ser constituídos, não apenas pelos GEP, mas também, pela Direcção Administrativa e Financeira (DAF) dos Ministérios concernentes e suas principais direcções técnicas. A abordagem deve ser pragmática, ou seja, trabalhar-se nos dispositivos ligeiros baseados, na medida do possível, sobre o existente.

Devido ao défice de competências no domínio do género, na maior parte das estruturas publicas, instituições do Estado e organizações da sociedade civil e, tendo em vista a importância que foi conferida a esta problemática no DENARP II, os seminários de formação

sobre o diagnóstico, planificação e seguimento & avaliação, segundo o género, serão realizados com vista a desenvolver os conhecimentos e as competências nesta área, criando condições para o uso adequado da abordagem gênero e, assim, garantir a obtenção de resultados tangíveis. Estes ateliês terão lugar durante e após a elaboração do plano de acções prioritarias do DENARP II.

A arquitectura aqui proposta responde **a cinco (5) imperativos**: i) simplificar o quadro institucional (imperativo, do ponto de vista das capacidades disponíveis e da dificuldade em organizar a concertação); ii) evitar a dispersão das responsabilidades no S&A da estratégia nacional ao nível central; iii) reforçar a responsabilidade dos Ministérios sectoriais na implementação e no S&A do DENARP; iv) implicar os parceiros técnicos e financeiros no quadro de diálogo de alto nível; e v) assegurar a operacionalidade efectiva da Célula de implementação e do Seguimento do DENARP (CISD) no seio do MEPIR.

Este quadro constitui o dispositivo genérico, o qual se apoia "de facto" sobre as diversas outras estruturas de concertação ou de gestão operacional, cuja existência não está ligada à implementação do DENARP. É o caso, nomeadamente de: i) QCAO, que deve ser considerado como um quadro de concertação, absolutamente necessário, entre o Governo e os doadores, para o seguimento de certas componentes do DENARP e, ii) estruturas susceptíveis, em termos mais ou menos de aproximação, com vista a impulsionar o desenvolvimento regional e municipal.

3.2.2 Sistema de seguimento e avaliação do DENARP II

1. Organização do Sistema de Informação

O sistema de elaboração do relatório irá funcionar tomando em consideração: (i) os esforços realizados para reforçar a produção de informação a montante e desenvolver bases de dados para alimentar os relatórios de S&A, (ii) os procedimentos em vigor e respeitados para garantir a circulação, o controlo e análise de dados.

O sistema de informação para o seguimento será estruturado em torno de duas componentes principais: (i) a componente seguimento da pobreza e das condições de vida das famílias, (ii) a componente seguimento de implementação[23] do DENARP.

a) Componente seguimento da pobreza e das condições de vida das famílias

Este primeiro componente será coordenado pelo INE. Baseia-se nas seguintes actividades:

1. Planificação de produção dos dados provenientes dos inquéritos (planificação dos inquéritos, mobilização de recursos financeiros, elaboração de cadernos de encargos);
2. desagregação sistemática por sexo e idade de todas os dados e informações fornecidas;
3. Desenvolvimento de sistemas de informação de rotina para a produção de dados administrativos anuais (visando a produção de dados relacionados com a agricultura, educação, saúde, água e saneamento, infra-estruturas solidariedade social, emprego e dos sectores da segurança e justiça) e promoção de projectos de

[23] Estas duas componentes correspondem aos dois primeiros subsistemas do CRESMIC.

apoio a esses sistemas, com foco nos produtores / colectores primários de dados (directores das escolas, responsáveis dos centros de saúde, ...);
4. realização de estudos sectoriais quantitativos e qualitativos sobre o género;
5. Consolidação da base de dados DevInfo, um instrumento centralizador para armazenamento das Estatísticas Sociais;
6. Produção de um quadro de seguimento anual dos indicadores (indicadores chave de impacto e resultados);
7. Encorajamento de mecanismos de controlo da fiabilidade das informações;
8. Reorganização e desenvolvimento das capacidades institucionais dos serviços que constituem o Sistema Estatístico Nacional;
9. Formação contínua dos quadros dos serviços estatísticos.

Este segundo componente, coordenado pela Direcção-Geral do Plano, refere-se as principais actividades seguintes:

1. produção da situação de execução orçamental trimestral na base do SIGFIP (classificação administrativa, funcional e económico das despesas);
2. produção de um relatório anual sobre a execução do PIP baseado nas informações dos GEPs, das informaões sobre a ajuda externa e uma recolha específica de dados junto duma selecção de projectos estratégicos;
3. produção, a médio prazo e no fim, de um relatório sobre as disparidades, as inequidades e as desigualdades de gênero em termos de evolução;
4. estabelecimento de uma plataforma de gestão da ajuda externa;
5. introdução gradual dos orçamentos-programas (documentos de programação plurianual de despesas - DPPD) com base num roteiro que cobre o período 2011-2017;
6. desenvolvimento de um sistema para gestão de orçamentos-programas ministeriais, a fim de dispôr de um instrumento padrão para o processamento de informação sobre os programas orçamentais (2012/2013);
7. acções de acompanhamento ligados a formação em gestão, reestruturação dos serviços em departamentos relacionados com a implementação das directivas da UEMOA, disponibilidade de informação e equipamentos, etc.

Tendo em conta os prazos para a operacionalização completa da plataforma de gestão de ajuda externa, um banco de dados provisório será alimentado pelos dados colectados trimestralmente junto das instituições estatais (MEPIR, MF, MNECIC, etc) e dos parceiros de desenvolvimento (incluindo os principais ONGs internacionais).

O componente de avaliação, o terceiro subsistema CRESMIC, devem ser desenvolvidos, uma vez que foi instalada a capacidade de seguimento sólido. Inicialmente, o objectivo essencial será colectar e explorar as avaliações a meio-percurso ou em finais dos projectos financiados pelos parceiros de desenvolvimento. Se os dois primeiros sub-sistemas funcionarem de forma eficaz, o sistema de S&A poderia, no fim do período, enriquecer-se com uma actividade de avaliação estruturada em torno de uma política nacional de avaliação, de um plano anual de avaliação e de pesquisa operacional conduzida por uma estrutura do tipo observatório.

O sistema de seguimento do DENARP II será desenvolvido em duas etapas:

2. Sistema Mínimo (2011-2012)

O seguimento basear-se-á no relatório anual de implementação do DENARP II. A partir de um modelo padrão, a preparação do relatório para o exercício N, começará em Janeiro do ano N+1 e será validado e publicado no sítio (Web site) o mais tardar em Abril. Este relatório sintético, será completado por:

- Um documento anexo, que detalha a execução física e financeira do Plano de Acções Prioritárias;
- Um painel de indicadores de seguimentos, dividido em duas componentes: indicadores chaves de impacto e resultados; e indicadores intermédios anuais de seguimento sectoriais.

3. Sistema reforçado (2013-2015)

Uma vez funcional o sistema mínimo, ele será reforçado pela elaboração dos relatórios de seguimento sectoriais (pelo menos os sectores-chave DENARP II) e os relatórios trimestrais. Assim, o relatório anual de execução será completado por:

- Relatórios trimestrais sintéticos, contendo (i) uma ficha resumo (principais pontos), (ii) um mapa sobre a execução dos grandes programas e projectos, e (iii) um mapa da execução das despesas do Ministério (classificação administrativa, funcional e económica);
- Relatório de desempenho anual dos programas ministeriais, enquanto a reforma orçamental inspirado pelas directivas da UEMOA de 2009 será implementado. Um roteiro irá especificar as modalidades e o calendário do desenvolvimento dos orçamentos-programas dos ministérios. Em 2011-2012, os orçamentos-programas poderão ser desenvolvidos e consolidados em quatro sectores (educação, saúde, agricultura e infra-estruturas). A elaboração dos relatórios de desempenho anual intervirá a partir de 2013.

4. Sistema de Indicadores

O sistema de indicadores proposto baseia-se em dois "painéis":

- O primeiro é composto de indicadores de impacto e resultados (mensurável para a maioria, graças aos inquéritos realizáveis em cada 3 a 5 anos). Ele contém os principais indicadores chaves sobre a pobreza monetária, a desigualdade de rendimento e deterioração das condições de vida. Também contém todos os indicadores dos ODM susceptíveis de serem mensuráveis no país. A sua actualização é altamente dependente da realização dos inquéritos dos agregados familiares (ILAP, inquérito MICS, inquérito 123) e pode ser realizada a cada 3-5 anos, conforme a mobilização de recursos.
- O segundo painel é usado para apoiar o seguimento anual da implementação das políticas do DENARP II (Relatório Anual de Progresso). Ele concentra-se sobre uma selecção de indicadores mensuráveis anualmente, a partir de informações já disponíveis ou a disponibilizar, por meio de um investimento mínimo para reforçar a recolha de dados de rotina. A elaboração do Plano de Acção Prioritário será uma oportunidade para complementar, se for o caso, este segundo quadro. Para certas áreas de difícil mensuração, particularmente no contexto de debilidade estrutural dos sistemas de informação com que a Guiné-Bissau enfrenta, será usado em alguns

indicadores de referência internacional (IDH Indicadores Mundiais de Governação, Doing Business). Os respectivos quadros são apresentados em anexo.

Um sítio (Web site) já existe no MEPIR (www.mepir-gov.org). Ele será alimentado, entre outros, pelos documentos relativos ao DENARP II e os seus documentos conexos:

- documentos de estratégia disponíveis (DENARP, II cartas de políticas sectoriais, planos de acções sectoriais);
- toda a documentação relacionada com a implementação e seguimento do DENARP II: roteiros e cronogramas; textos de organização; plano de S&A e relatórios anuais de implementação;
- quadros dos principais indicadores e dos indicadores anuais de desempenho sectoriais;
- Relatórios de seguimento dos ODM e de seguimento da Declaração de Paris;
- PAP / orçamentos-programa dos ministérios sectoriais.

Tabela 19: Lista de indicadores do impacto do DENARP

Indicadores	**Fonte de verificação**	**Periodicidade**	**Responsável**	**Código CRESMIC**	**Código OMD**
Desenvolvimento humano					
IDH	RDH	Anual	PNUD		
Rang por IDH	RDH	Anual	PNUD		
Pobreza et desigualdade social					
Incidência da pobreza (a)	ILAP	3 anos[24]	INS	10	
Profundidade da pobreza (a)	ILAP	3 anos	INS	11	
Severidade da pobreza (a)	ILAP	3 anos	INS	12	
Proporção da população vivendo com menos de um dólar PPA por dia	ILAP	3 anos	INS	13	1
Índice de desvio da pobreza	ILAP	3 anos	INS	14	2
Parte do quintil muito pobre no consumo nacional	ILAP	3 anos	INS	15	3
Índice de Gini	ILAP	3 anos	INS	16	

A estes indicadores junta-se uma outra lista de indicadores fáceis de calcular, de acordo com os quatro eixos do DENARP II.

[24] Periodicidade que pode variar em função da capacidade de realizar o próximo ILAP

IV. Anexos

Sectores	Quadros estratégicos e de programação
Defesa e Segurança	Estratégia para a Reestruturação e de Modernização do Sector de Defesa e Segurança (2006)
	Plano Prioritário para a Reforma da Defesa e Segurança – PPRSDS (aprovado em Janeiro 2010)
Justiça	Política Nacional de Justiça (Março 2010)
	Plano de Combate ao Tráfico de Droga na Guiné-Bissau (adoptado em 2007)
Agricultura	Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) 2011-2015 (elaborado em 2010)[25]
Pesca	Plano Estratégico 2011-2015 para o sector das pescas (elaborado em 2009)
Electricidade / água	Política Sectorial de Electricidade (Março 2010)
	Programa de Reforma para Água e Electricidade (Março 2010)
Educação	Carta Política Sector Educativo 2010-2010
	Plano Trienal para o Desenvolvimento do Sector de Educação 2011-2013 (Junho 2010)
Saúde	2e Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário – PNDS 2011-2017 (aprovado em Maio de 2010)
Género	Política Nacional de Igualdade e de Equidade do Género
Estatísticas	Recenseamento Geral da População e Habitação (realizado em 2009)
	Inquérito MICS-4 (realizado em 2010)
	Segundo Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza – ILAP (realizado em 2010)
	Estudo sobre pobreza não monetária (realizado em 2010)
	Inquérito Nutricional (realizado em 2010)
	Inquérito sobre os fluxos fronteiriços (realizado em …..)
Estudos	Avaliação das necessidades e dos custos para a realização dos ODM (realizada em 2010)
	Estudo para a identificação das fontes de crescimento económico (realizado em 2010)
	Estudos Temáticos (realizado em 2010)

[25] Existe uma carta de política agricola mas ela é antiga (elaborada em 1997 e revista em 2002).

4.1 Lista dos principais indicadores para o seguimento do DENARP II

- **Indicadores de pobreza**

Indicadores	Situação de referência		Meta		Fonte de informação	Periodicidade	Responsável	Código CRESMIC	Código ODM
	Ano	Valor	2013	2015					
Incidência da pobreza (a)	2010	69,3 %	52,0%	34,6 %	ILAP	3 anos	INE	10	
Proporção da população que vive com menos de 1 (um) dólar PPA por dia	2010	33%	24,75 %	16,5 %	ILAP	3 anos	INE	13	1
Índice de desvio da pobreza		AR			ILAP	3 anos	INE	14	2
Parte do quintil mais pobre no consumo nacional		AR			ILAP	3 anos	INE	15	3

- **Indicadores por eixos e domínios de intervenção**

EIXO 1: REFORÇO DO ESTADO DE DIREITO E DAS INSTITUIÇÕES REPUBLICANAS

Domínio de intervenção	Indicador	Situação de referência		Meta		Fonte de informação	Responsável/ Produtor	Periodicidade	Código CRESMIC	Código ODM
		Ano	Valor	2013	2015					
1.1. Reforma do Sector da Defesa e Segurança (RSDS)	Estabilidade política e ausência da violência	2009	-0,49			World Gouvernance Indicators (WGI) http://info.worldbank.org/governance/wgi/sc_country.asp	Banco Mundial	Anual		
1.2. Luta contra a proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre e trafico de droga	% das armas detidas pelas Forças de Segurança registadas e estocadas na base das normas internacionalmente reconhecidas		ND			Ficheiros administrativos	Ministério de Defesa	Anual		
1.3. Reforco da Justiça e da autoridade da lei	Indice de satisfação da população no aparelho judiciario		ND			Inquerito especifico, ou inquerito satisfação/ serviços publicos, ou modulo QUIBB	INE, Min. Justiça	3 anos	57[26]	
	Porcentagem dos casos julgados sur les affaires enrôlées nos tribunais regionais		AR			Estatisticas judiciarias	Min. Justiça	Anual	60	
1.4. Participação	Taxa de participação as					Estatisticas eleitorais	Comissão	Cada eleição		

[26] Indicador 57 do CRESMIC : « Indice de satisfasão das pessoas administrativas »

civica, dialogo e reconciliação nacional	eleições Legislativas 2008 Presidenciais 2009	2008 2009	82% 60%				Eleitoral ; Min. de Interior			
	Porcentagem de mulheres deputadas	2008	10%			Estatisticas parlamentares	Assembeia Nacional	Anual	56	12
1.5. Decentralização e desenvolvimento local	Porcentagem dos recursos públicos alocados as colectividades territoriais		AR			Estatistica orçamental	Min. Finanças	Anual	61	

AXE 2 : RACIONALIZAÇÃO E MELIORIA DA GESTÃO DAS FINANCES PUBLICAS

Domínio de intervenção	Indicador	Situação de referencia		Alvo		Fonte de informação	Responsável/ Productor	Periodicidade	Código CRESMIC	Código OMD
		Ano	Valor	2013	2015					
2.1. Réforma da Administração Publica e Renforço de Capacidade da Gestão publica	Massa salarial/Receitas fiscais (%)	2009	75,6 %		35%	Situação de execução do orçamento de Estado	Ministério Finanças	Anual		
	Proporção de recrutamentos da Administração publique effectuado sob concurs		ND			Registos administrativos	MRAFPT, Ministérios sectorias	Anual		
2.2. Reformas sobre a gestão das finanças publicas	Taxa execução orçamento global		AR			Estat. Finanças públicas	Ministério Finanças	Anual		
	Não accumulação dos atrasados de pagamentos internos (en mil milhões FCFA)	2008	11			Estat. Finanças públicas	Ministério Finanças	Anual		
	carga fiscal em % do PIB (Critério de convergencia UEMOA)	2010	7%			Estat. Finanças públicas Contas nacionais	Ministério Finanças INE	Anual	7	
	Despesas correntes em % do PIB	2009	23,04%			Estat. Finanças publicas	Ministério das Finanças	Anual		

AXE 3 : PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DURÁVEL

Domínio de intervenção	Indicador	Situação de referencia		Alvo		Fonte de informação	Responsável/ Produtor	Periodicidade[27]	Código CRESMIC	Código OMD
		Ano	Valor	2013	2015					
3.1. Estabilização du qudro macro-économico 3.1.3. Macroéconomico	Taxa de crescimento do PIB real	2010	3,5%	4,7 %	5,5%	Conta Nacionais	INE	Anual	3	
	Taxa de inflação(Critério convergencia UEMOA)	2010	2,3%			Estatistica dos preços (IHPC)	INE	Anual	1	
3.1.2. Estabilidade financeira	Saldo orçamental de base em porcentagem do PIB (Critério convergencia UEMOA)	2009	-10,66 %			Estat. Finanças publicas	Ministério Finanças	Anual	9	
3.2 Dsenvolvimento das infraestruturas económicas de base 3.2.1. Transporte	Quilometros de estradas asfaltadas	2010	770 km			Estatisticas infrastructuras	Ministério Infraestructuras (DGPE)	Anual	49	
	quilométros de estradas reabilitados ou reparadas	2009	400 km			Estatisticas infraestructuras	Ministério Infrastructuras (DGPE)	Anual	50	
3.2.2. Energia	Taxa de cobertura de electricidade	2010	16%			RGHP ; ILAP/QUIBB	INE	3 anos	38[28]	27[29]
3.2.3. Telecomunicação	Numero de clientes ao telefone(fixo e movel) por 1000 habitantes		AD			Extratos administrativos	Operadores de telefone	Anual	43,44	47[30]
3.3 Melhoria do quadro dos negocios e promoção do sector privado	Prazo para criação de uma empresa (em dias)	2010	213			Doing Business	Banco Mundial	Anual		
	Numero de empresas privadas	2010	144			Registos administrativos	CFE (Guichet	Anual		

[27] Se a periodicidade das grandes operações estatisticas (MICS, IDS, ICVM) é normalmente de cinco anos, todavia nota-se que um indicador pode ser produzido com uma frequencia mais curta , porque seus dados de base podem ser calculados apartir de varias operações estatisticas.
[28] Indicador 38 CRESMIC : « Proporção da população com acesso a electricidade »
[29] Indicador dos 27 OMD : « PIB por unidade de energia consumido (rendimento energético) »
[30] Numero de linhas telefonicas e de télémoveis por 100 habitantes

	criadas registradas no guichet unico						unico)			
3.4 Apoio aos sectores de crescimento 3.4.1. Aumento da produtividade do sector agricola	Produção					Contas nacionais	INE, Min. Agricultura	Anual	45, 46, 47 [31]	
	- Milho	2010	10540							
	- Arroz	2010	154240							
	- Mandioca	2010	75326							
	- Castanha de cajú	2010	135275							
3.4.2. Diversificação do sector agricola	Parte dos sub-sectores de agricultura, pecuaria e pesca no PIB	2010	39,8 %	33,9 %	30,2 %	Contas nacionais	INE	Anual	48	
3.4.3. Promover a exportação agricola	Evolução das exportações em valor (milhões em CFA) e em % do total :					Estat. Comercio externo	INE	Anual		
	-castanha de cajú (transformado e não transformado)	2010	32085							
	- Outros produtos agricolas	2010	407							
	- Produtos de extração	2010	54							
3.4.4. Promover o turismo	Número de entradas de turistas		ND			Fichas de policia	Min. Intérior	Anual		
3.4.5. Emprego	Taxa de desemprego Homem Mulher Total	2009	18,12 % 4,62 % 10,54 %			RGHP ; ILAP ; inquerito 1-2 ; QUIBB ; MICS	INE	3 anos	32	
	% de Mulheres salariados não agricolas		ND			RGHP ; ILAP ; inquerito 1-2 ; QUIBB ; MICS	INE	3 anos	36	11
3.5 Preservação de meio ambiente e dos recursos naturais	Porcentagem das familias que utilisam combustiveis solidos (lenhas, carvão de lenhas)	2006	98,4 %			RGHP ; ILAP ; inquerito 1-2 ; QUIBB ; MICS	INE	3 ans	55	29
	Proporção das zonas protégidas para preservar a biodiversidade		ND			Estat. ambiental	SEEDD	Anual	54	26

[31] Os três indicadores medindo a produção

AXE 4 : Melhorar a qualidade de prestação de serviços nos sectores socias

Domínio de intervenção	Indicador	Situação de referencia		Alvo		Fonte de informação	Responsável/ Produtor	Período dicidade[32]	Código CRESMIC	Código OMD
		Ano	Valor	Ano	2015					
4.1.Educação	Taxa liquida de escolarização na primária	2009	67% (MICS)		100 %	RGPH, ILAP, MICS	Min. Educação Nacional, INE	3 anos	27	6
	Taxa de conclusão na primária	2006	4,1%			Estatisticas escolares	Min. Educação Nacional, INE	Anual	28	7
	Taxa de alfabetização dos 15 anos e mais Homem Mulher Total	2009	52,04 % 35,88 % 43,72 %			RGPH, ILAP, MICS	Min. Educação Nacional, INE	3 anos		10
4.2. Saude e nutrição	% de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado	2009	44% (MICS)			MICS, ILAP, QUIBB, Inquerito saude e reproducção	Ministério de Saude, INE	3 anos	22	17
	Taxa de mortalidade infanto-juvénil	2009	158‰			RGPH, MICS, ILAP/QUIBB, Inq. Saude & Reproducão.	Ministerio de de Saude, INE	3 anos	19	13
	Taxa de mortalidade infantil	2009	103‰			RGPH, MICS, ILAP/QUIBB, Inq. Saude & Reproducão.	Ministério de Saude, INE	3 anos	18	14
	Taxa de cobertura vacinal por antigènio : BCG Sarampo DTC3 Polio Febre amarelo	2009	93% 61% 76% 73% 49%			MICS, inquerito saude e reprodução, Estatisticos sanitarios	Ministerio de Saude, INE	3 anos	17	15[33]
	Número de orfãos do VIH/Sida	2009	9700 (UNAIDS estima			MICS, inqueritos saude e reprodução	Ministerio de Saude, INE	3 ans		20

[32] Prévisão

[33] Indicador 15 OMD : « Proporção das crianças de 1 ano vaccinados contra o sarampo»

			tes)							
	Taxa de prevalencia do VIH entre as mulheres gravidas de 15 à 24 anos	2010	3,2%			Estudo sentinela	Ministèrio de Saude INASA	Anual		18
	% de crianças de menos de 5 anos apresentanto uma insuficiencia ponderal	2006	19,4%			RGPH, MICS, ILAP/QUIBB, Enq. Santé & Reproduction, Enquête alimentaire	INE	3 anos	25	4
4.3. Agúa e saneamento	Proporção da população com acesso à agúa potável	2009	66% (MICS)			RGHP, MICS, ILAP, EDS, Inquerito 1-2	INE	3 anos	37	30
	Proporção da população com acesso a um sistema de saneamento melhorado	2009	16% (MICS)			RGHP, MICS, ILAP, EDS, Inquerito 1-2	INE	3 anos	39	31
4.5. Proteção social & habitação	Proporção da população com acesso a uma segurança de ocupação de habitação	2009	73,1% (RGPH)			RGHP, MICS, ILAP, EDS, Inquerito 1-2	INE	3 anos	40	32